

2º CONFUP

Congresso Nacional da Federação Única dos Petroleiros
26, 27 e 28 de Julho de 1996
Belo Horizonte-MG

Comissão Organizadora

Pela FUP

Afonso Alves Filho
Clarkson Araújo
Daniel Samarate
David Soares
Rosemberg Evangelista

Pelo Sindipetro/MG

Eugênio Américo Macedo
Márcio Nicolau

ÍNDICE

1. Apresentação	02
2. Regimento Interno	03
3. Análises de Conjuntura Nacional e Internacional	07
• Tese 1 - Sindipetro – MG	07
• Tese 2 - Sindipetro – RN	16
• Tese 3 - Sindipetros – PA/AM	19
• Tese 4 - Sindipetros – SE/AL	23
• Tese 5 - Sindipetro – Ceará	29
• Tese 6 - SUP – Bahia	35
• Tese 7 - Sindipetros Campinas/SJC/São Paulo e Mauá	36
• Tese 8 - Sindipetro – RS	40
• Tese 9 - Sindipetro – Caxias	41
4. Resoluções	48
• Sindicalismo e Ação Sindical	48
• Previdência Complementar.....	58
• Saúde, Segurança e Meio Ambiente/ Terceirização	58
5. Pauta de Reivindicações	60

2º CONFUP

Congresso Nacional da Federação Única dos Petroleiros 26, 27 e 28 de Julho de 1996 Belo Horizonte -MG

Regimento Interno

CAPÍTULO 1 - DA CONVOCAÇÃO E REALIZAÇÃO

Art. 1º - A Federação Única dos Petroleiros convoca o 2º CONGRESSO NACIONAL DA FEDERAÇÃO ÚNICA DOS PETROLEIROS -2º CONFUP, a ser realizado em Minas Gerais, nos dias 26, 27 e 28 de julho de 1996.

CAPÍTULO II - DOS OBJETIVOS

Art. 2º - O 2º CONFUP terá como objetivo:

- a) discussão e deliberação das teses e propostas ao temário referido no artigo 3º;
- b) interação entre as delegados no campo político, ideológico e cultural, pautando-se no relacionamento na fraternidade e na ética da classe trabalhadora;
- c) a solidariedade ao movimento operário nacional e internacional.

CAPÍTULO III - DO TEMÁRIO

Art. 3º - O 2º CONFUP, para cumprir os seus objetivos, discutirá e deliberará sobre o seguinte temário:

Análise de Conjuntura Nacional e Internacional

As posições políticas sobre este tema serão apresentadas pelas forças políticas, no sábado de manhã com a participação de todos os delegados. Não haverá votação e cada visão política apresentará uma síntese para as resoluções do II CONFUP.

Comissão 1 - Sindicalismo e Ação Sindical

- Balanço da Campanha Reivindicatória 95/96;
- Debates sobre organização sindical e
- Metas e Ações Sindicais

Comissão 2 - Políticas Específicas

- Pauta de reivindicações;
- Aposentados e PETROS e
- Terceirização

Comissão 3 - Saúde, Meio Ambiente e Novas Tecnologias

CAPÍTULO IV - DA ORGANIZAÇÃO

Art. 4º - A organização do congresso será desenvolvida pela Comissão Organizadora, composta pela FUP: **Afonso, Clarkson, Daniel, David e Rosemberg e pelo Sindipetro/MG: Eugênio e Márcio Nicolau.**

Parágrafo Único - A mesa diretora do congresso será composta por cinco membros eleitos entre os delegados sendo um presidente, dois secretários e dois relatores, cabendo:

- a) ao presidente, dirigir os trabalhos;
- b) aos secretários, fazer as inscrições e controlar o tempo;
- c) aos relatores, a elaboração do relatório final do 2º CONFUP

CAPÍTULO V - DA DIVULGAÇÃO

2º CONFUP

Art. 5º - A FUP, num prazo máximo de 60 dias, deverá divulgar as resoluções do congresso, quando encerrar-se-ão os trabalhos da Comissão Organizadora.

CAPÍTULO VI - DOS DELEGADOS

Art 6º - Os delegados ao congresso serão eleitos em Assembléias Gerais e/ou Congressos Regionais, ou eleitos nas suas bases, especificamente convocados pelos sindicatos do Setor Petróleo filiados à FUP até 07/07/96, segundo os critérios do artigo 7º do seu estatuto.

Parágrafo Único - Os membros da Diretoria Executiva do FUP serão delegados natos ao 2º CONFUP, conforme parágrafo 7º do artigo 14 do Estatuto da Federação.

Art. 7º - O número máximo de delegados será definido pelo seguinte critério, de acordo com a base de representação sindicalizada, de cada sindicato participante:

Critério: Nº Sindicalizados	Delegados Eleitos
até 1.000	12
de 1.001 02.000	16
acima de 2.000	16 + 1 a cada 360 sindicalizados

Parágrafo 1º - Os delegados e suplentes eleitos para o 2º CONFUP deverão estar inscritos junto à Comissão Organizadora, até o dia 08 de julho de 1996, via documento ou fac-símile.

Parágrafo 2º - Serão inscritos delegados suplentes para substituição a ausentes da chapa em que se elegeram.

Parágrafo 3º - Os delegados suplentes poderão ser credenciados, em substituição aos delegados efetivos, até 2 (duas) horas após o encerramento das inscrições. Os delegados suplentes deverão ser inscritos e credenciados obedecendo a ordem decrescente enviada pelos sindicatos.

Parágrafo 4º - Delegados suplentes poderão se inscrever no horário normal de inscrição, caso haja desistência mediante documento assinado, dos delegados efetivos.

Parágrafo 5º - O delegado só poderá participar com direito a voz e voto da comissão para a qual foi indicado, quando do credenciamento.

CAPÍTULO VII - DAS TESES E MOÇÕES

Art. 8º - As teses e moções terão que ser aprovados em pelo menos uma Assembléia ou Congresso Regional, devendo ser inscritas na Comissão Organizadora até o dia 08 de julho de 1996.

Parágrafo 1º - As teses que não forem enviadas à FUP até o dia 08 de julho de 1996, não serão aceitas. Caberá aos sindicatos que não cumprirem o prazo, reproduzirem as teses.

Parágrafo 2º - As teses deverão ser gravadas no sistema Word e enviadas em dois disquetes, como também sua impressão.

Parágrafo 3º - As moções deverão ser atinentes à questões de interesse geral dos trabalhadores.

Parágrafo 4º - As moções, para que possam ser submetidas a plenário, devem ter sido apresentadas nas comissões de trabalho, obtendo 1/3 (um terço) dos votos dos delegados presentes na hora da votação e apresentadas devidamente redigidas.

Parágrafo 5º - As teses somente poderão tratar dos assuntos constantes do temário, estando a Comissão Organizadora desobrigada de reproduzir qualquer tese, no todo ou em parte, que não conste do temário.

CAPÍTULO VIII - DO FUNCIONAMENTO, CREDENCIAMENTO E INSTALAÇÃO

Art. 9º - O funcionamento do 2º CONFUP deverá obedecer a seguinte programação:

Dia 26/07 (sexta-feira)

08 às 22 horas: Credenciamento.

17 horas: Ato Político na Praça Sete

18às 19 horas: Jantar

19 às 22 horas: Abertura Solene, Plenária inicial para eleição da mesa diretora, Regimento Interno e discussão sobre o Tese Guia.

2º CONFUP

Dia 2 7/07 (sábado)

08 às 12 horas: Plenária de apresentação e debates das visões de análise de conjuntura.

12 às 13 horas: Almoço

13 às 19 horas: Trabalho nas comissões:

Comissão 1 - Sindicalismo e Ação Sindical;

Comissão 2 - Políticas Específicas

Comissão 3 - Saúde, Meio Ambiente e Novas Tecnologias.

19 às 20 horas: Jantar

20 às 22 horas: Continuação dos trabalhos nas comissões.

Dia 28/07 (domingo)

08 às 12 horas: Plenário final com apreciação dos relatórios das comissões.

12 às 13 horas: Almoço

08 às 14 horas: Prazo final para inscrição das chapas para a Direção e Conselho Fiscal da FUP

15 horas: Apresentação e defesa das chapas e eleição da Direção e do Conselho Fiscal.

17 às 18 horas: Posse da Direção e Conselho Fiscal e encerramento.

CAPÍTULO IX - DAS DISCUSSÕES E VOTAÇÕES

Art. 10º - Cada delegado, devidamente credenciado, terá direito a um voto.

Art. 11º - As votações nas comissões de trabalho e sessões plenárias serão feitas levantando-se os crachás de votação.

Parágrafo 1º - A conferência dos resultados das votações, tanto nas sessões plenárias, quanto nas comissões de trabalho, serão feitas por contraste que, em caso de dúvida, a critério do mesa, serão conferidas individualmente por credencial.

Parágrafo 2º - Não serão permitidos votos por procuração.

Parágrafo 3º - Serão convidados pela mesa diretora, quando necessário, 4 (quatro) delegados para contarem os votos dos participantes da plenária.

Art. 12º - Nas comissões de trabalho somente será permitida a discussão de matéria constante da pauta e com intervenções de, no máximo 3 (três) minutos.

Art. 13º - Todo delegado que desejar intervir nas comissões de trabalho, deverá se inscrever previamente junto à mesa, e o fará segundo a ordem de inscrição.

Parágrafo 1º - A inscrição para uso da palavra, será feita com a entrega do crachá de delegado na mesa dos trabalhos, que obedecerá a ordem de chegada.

Parágrafo 2º - As inscrições se encerrarão ao final da palavra do quinto orador.

Art. 14º - O sistema de votação nas sessões plenárias, será o de maioria simples.

Art. 15º - Nas comissões de trabalho as propostas vencidas que obtiverem 1/3 (um terço) dos votos dos delegados presentes na hora da votação, serão encaminhadas à plenário para votação juntamente com a proposta vencedora.

Art. 16º - Na sessão plenária, durante a leitura dos relatórios das comissões de trabalho, a mesa anotarás as propostas conflitantes nos grupos de trabalho. Em seguida colocará em discussão, proposta por proposta, abrindo-se 01 (uma) intervenção para cada proposta e, se necessário, abrir-se-á mais 01 (uma) intervenção a cada uma, antes da votação do relatório final do grupo, no tempo máximo de 5 (cinco) minutos cada.

Parágrafo 1º - Qualquer delegado poderá solicitar à mesa “Questão de Ordem”, “Questão de Esclarecimento” ou “Questão de Encaminhamento”, limitado a 01 (um) minuto.

Parágrafo 2º - Qualquer delegado poderá solicitar à mesa “Declaração de voto” após ter se absterido na votação e será limitado a 01 (um) minuto e até 03 (três) delegados por votação.

CAPÍTULO X - DAS COMISSÕES DE TRABALHO E DA PLENÁRIA

Art. 17º - Cada comissão estabelecerá suas próprias normas de trabalho, sujeitas, porém, aos dispositivos deste Regimento Interno.

2º CONFUP

Parágrafo Único - Cada comissão de trabalho será instalada por um membro da Comissão Organizadora e, dentre os seus delegados, elegerá uma mesa composta por um coordenador, um secretário e um relator. Ao coordenador caberá dirigir os trabalhos, ao secretário, redigir a ata e controlar as inscrições e os horários, e ao relator, fazer o relatório e apresentá-lo na plenária.

Art. 18º . As comissões de trabalho serão formadas pelos delegados devidamente credenciados e visivelmente identificados pelos crachás.

Art. 19º - Os delegados integrantes das comissões poderão apresentar emendas de caráter aditivo, supressivo ou modificativo, assim como aprovar ou rejeitar, total ou parcialmente, as propostas teses e moções que lhes forem submetidas.

Parágrafo Único - Será obrigatório o encaminhamento das emendas por escrito, em formulário próprio, integrante da parte do delegado.

Art. 20º - As comissões de trabalho adotarão o título do assunto para a qual foi instituída, seguindo a pauta, o que dará um total de três comissões.

Art. 21º- A plenária é órgão máximo e soberano do 2º CONFUP e será composta pelos delegados devidamente credenciados e visivelmente identificados pelos crachás.

Parágrafo 1º - A plenária só poderá modificar, aprovar ou rejeitar, em parte ou totalmente este Regimento, na sua primeira sessão.

Parágrafo 2º - A plenária poderá aprovar ou rejeitar, na sua totalidade, as deliberações dos comissões de trabalho, na sua segunda sessão.

Parágrafo 3º - Serão vedadas emendas modificativas ou aditivas na segunda sessão da plenária.

CAPÍTULO XI - DOS OBSERVADORES

Art. 22º - A Comissão Organizadora poderá credenciar observadores com direito a voz, até 1 (um) por sindicato, e sem direito a voto, previamente apresentados pelos sindicatos ou pela FUP.

Parágrafo Único - Também poderão ser credenciados, a critério da Comissão Organizadora, todos os assessores, com direito somente a voz, quando solicitados pela mesa de trabalho, ligados às entidades do movimento sindical e sindicatos dos petroleiros, tais como: DIEESE, DIESAT etc., previamente apresentados pelos sindicatos ou pela FUP.

CAPÍTULO XII - DAS DESPESAS

Art. 23º - As despesas do 2º CONFUP serão de responsabilidade dos sindicatos e rateadas proporcionalmente entre os sindicatos, tendo como base o número de delegados eleitos nas assembleias, independente do número de delegados efetivamente credenciados. As despesas rateadas são as que envolvem transporte e despesas de infra-estrutura do 2º CONFUP, tais como, alimentação, papel, transporte e hospedagem.

Parágrafo Único - Não estão contempladas no rateio as despesas efetuadas pelos sindicatos sem autorização da Comissão Organizadora.

Art. 24º - Todas as delegações participantes do 2º CONFUP deverão estar em dia com suas obrigações financeiras junto à FUP.

Parágrafo 1º - Os sindicatos em débito deverão quitar suas dívidas até 24/07/96.

Parágrafo 2º - Não serão aceitos pagamentos individuais por delegados.

CAPÍTULO XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 25º - Os horários e prazos definidos neste Regimento Interno serão rigorosamente observados pela Comissão Organizadora

Art. 26º - Caberá à Comissão Organizadora, a centralização do recebimento dos informações dos sindicatos e manter os respectivos controles documentais e financeiros.

Congresso Nacional da Federação Única dos Petroleiros
26, 27 e 28 de/ Julho de 1996
Belo Horizonte- MG

Análises da Conjuntura Nacional e Internacional

Tese 1

Sindipetro – Minas Gerais

CONJUNTURA INTERNACIONAL

PRODUTIVIDADE EM CRISE

1. A economia capitalista, em nível global, vive nas duas últimas décadas, uma fase crítica de decadência caracterizada pelo progressivo declínio das taxas de crescimento econômico e o desemprego estrutural. Entre as causas do declínio das taxas de crescimento está a queda das taxas de lucro relacionada com as modificações na relação entre máquinas e trabalhadores (denominada de composição orgânica do capital). Por outro lado, observa-se o crescimento de produtividade a partir das inovações tecnológicas, seguido do crescente desemprego tecnológico.

CREPÚSCULO DO ESTADO PREVIDENCIÁRIO

2. O estado provedor da seguridade se desenvolveu baseado nas idéias de Keynes e como contraponto ao Estado socialista em construção na URSS. A crise atual, identificada como sendo a crise do modelo Keynesiano, ensaiou reação das classes dominantes, encorajadas pelo debate do socialismo, fundamentada em velhas teses liberais, cujas características são:
 - desmonte do estado previdência e fim da intervenção estatal na economia;
 - eliminação e flexibilização dos direitos trabalhistas;
 - ampliação do fluxo de capitais e mercadorias e a criação dos blocos econômicos regionais.
3. O neoliberalismo aparece, portanto, como resposta à crise, na tentativa de superar a queda da taxa de crescimento, via redução do custo do trabalho e eliminação dos impostos sobre o capital, que financiavam o estado previdenciário. O resultado, no entanto, é esse que assistimos, em agravamento a décadas: multiplicação dos pobres e miseráveis, inclusive no primeiro mundo, com o desemprego tecnológico massivo e a eliminação de direitos trabalhistas e previdenciários.
4. Entrelaçados com o acirramento da crise ressurgem os movimentos neo fascistas e o crescimento da intolerância étnica. É válido resgatar que a estabilidade democrática, presenciada desde o pós guerra, está associada às condições econômicas favoráveis, que possibilitaram o estado previdenciário e a ampliação de conquistas populares. E, assim, como se alternam fases econômicas, também se alteram as formas de domínio político da burguesia sobre o proletariado.

PERSPECTIVAS E LUTAS

5. Acossados pelos efeitos da crise e pela exclusão própria do sistema, categorias, etnias, povos e nações lutam desordenadamente refletindo o caos e a violência de tão perverso sistema. A natureza destas lutas vai desde as manifestações de categorias em luto até as insurreições e a guerra civil sem, contudo, alcançarem maiores avanços.

2º CONFUP

6. A verdade é que não há solução para a crise nos marcos do atual sistema, e embora as lutas de que falamos tenham um papel importante, estas precisam estar associadas à luta pelo fim do regime capitalista e pela construção de Nova Sociedade. As condições históricas atuais são mais favoráveis a construção do Socialismo, que no início do século, possibilitando o advento de uma sociedade mais avançada e capaz de superar os erros cometidos em outros países

CONJUNTURA NACIONAL

O GOVERNO FHC

7. O aspecto central do governo é a persistência de FHC em continuar aplicando o neoliberalismo no país de acordo com as exigências do imperialismo, marcadamente dos EUA. Vencida a reforma do capítulo da ordem econômica da Constituição, o governo investe na reforma da previdência da administração pública e da legislação trabalhista, utilizando o mais fiel e despudorado estilo fisiológico e autoritário, enquanto manobra tentando garantir sua reeleição.
8. Pelo aspecto econômico e social o quadro é dramático com a recessão dominando todos os setores, a elevação do desemprego e o agravamento das condições de vida do povo, sem mencionar os índices de mortalidade infantil e de criminalidade. O ataque aos serviços públicos só agrava os problemas de uma população cada vez mais excluída do mercado de trabalho e de consumo.
9. O perfil antidemocrático de FHC fica patente em ações como a intervenção nos Sindicatos dos Petroleiros, o massacre dos Sem Terra no Pará, bem como seus ataques às liberdades democráticas. Os escândalos do PROER (o serviço de socorro aos bancos privados), das privatizações financiados pelo BNDS e da compra de votos no Congresso Nacional mostram definitivamente o caráter de um governo voltado às elites e submisso a interesses forâneos.

AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS

10. As eleições de outubro têm importância fundamental na política nacional, tanto que o palácio do Planalto vem se dedicando publicamente em solucionar os impasses que vão sendo criados. As próximas eleições têm caráter plebiscitário sobre a política neoliberal, definirá o quadro das eleições de 1998, e acontecem num momento em que o governo perde popularidade e apoios.
11. Os trabalhadores jogam um papel relevante, podendo derrotar os candidatos de FHC e ao mesmo tempo criar condições que impulsionarão uma alternativa popular em 1998, como ocorreu em eleições anteriores. Precisamos votar e conquistar votos.

PROJETO PARA O BRASIL

12. Os trabalhadores não nutrem qualquer ilusão quanto aos destinos do país: ou rompemos com a política da dependência e exploração de nosso povo pelas elites, ou afundamos na miséria crescente, na corrupção desenfreada e demais mazelas típicas do capitalismo.
13. Só com o advento de um novo sistema econômico e social baseado no trabalho, onde estejam garantidas a terra e as condições de nela produzir, o combate à miséria via criação de empregos, através de investimentos nos setores sociais, no setor produtivo da econômica nacional e pela redução da jornada para 40 horas semanais de trabalho, poderemos alcançar o desenvolvimento para o Brasil, a curto prazo. Estrategicamente, a saída para nosso país está na construção do Socialismo.

2º CONFUP

14. PROPOSTAS

- a) Pela autodeterminação dos povos, contra toda e qualquer política intervencionista;
- b) Não ao pagamento da dívida externa e à submissão aos órgãos representantes do imperialismo;
- c) Em defesa da soberania nacional, contra a desnacionalização da economia;
- d) Em defesa das estatais, do patrimônio público, contra as privatizações
- e) Por uma política econômica voltada ao desenvolvimento autônomo do país, através do fortalecimento do mercado interno, que remunere dignamente aos trabalhadores
- f) Por uma Reforma Agrária, que ponha fim ao latifúndio e estimule a produção agrícola;
- g) Em defesa das liberdades democráticas, contra o voto distrital e contra a instituição da cláusula de barreira para o funcionamento dos partidos políticos no país;
- h) Em defesa da Amazônia, contra os enclaves estrangeiros na região;
- i) Contra a Reforma Constitucional de FHC e sua política neoliberal;
- j) Em defesa da Greve Geral, unificando todos os trabalhadores na luta contra a política de FHC.

SOB O DOMINIO DA “GLOBALIZAÇÃO”

15. A queda do comunismo e o desmembramento da União Soviética abriram as portas para uma expansão mundial do capitalismo. O fim do comunismo e de governos nacionalistas nos países do terceiro mundo (sob pressão americana), fez surgir novos mercados consumidores para o capital e produtos dos países do primeiro mundo.
16. Os EUA, Europa e Japão, procurando assegurar a ordem e o controle da nova ordem, impuseram aos países do terceiro mundo e ex-comunistas as doutrinas do neoliberalismo.
17. Isso quer dizer: abertura total do mercado interno, desestatização, desregulamentação da economia, privatização etc. Mundialmente hegemônico, o capitalismo, aliando-se às propostas neoliberais, dá sinais de crise, levando trabalhadores de diversos países a lutarem contra suas políticas: Assim, o desemprego, um dos mais perversos produtos do neoliberalismo, vai se tomando endêmico em todo o mundo.
18. As soluções dadas para os países da América Latina para reduzir drasticamente a inflação, levaram a uma desnacionalização da indústria, aumento do já grande exército de desempregados, e a quebra do país, como o caso mexicano.
19. Hoje, o capital financeiro dá as coordenadas no sistema capitalista. Com um simples comando no computador, bilhões de dólares voam de um país para outro, trazendo instabilidade, e obrigando aos países pobres a praticarem juros altíssimos para atrair esse capital.
20. A selvageria desse processo pode ser observado no México, onde a indústria quebrou, a fome e o desemprego aumentaram, mas as aplicações financeiras nada perderam, ao contrário, ganharam com a crise.
21. O neoliberalismo, tem como principal meta permitir a circulação e o domínio do capital financeiro internacional, em todos os países do primeiro mundo, sob o manto ideológico da modernidade.
22. A reversão desse quadro exigirá uma coordenação dos trabalhadores de todos os países, no sentido de impor controles ao capital financeiro, voltar o Estado a cumprir suas obrigações sociais, e preparar mudanças profundas na ordem mundial.

IMPACTOS DA GLOBALIZAÇÃO NO BRASIL

23. O Brasil, devido a sua posição na América Latina, é considerado uma das principais presas pelo neoliberalismo.
24. As tentativas de impor ao país as doutrinas neoliberais, vem fracassando, desde Sarney. Collor de Melo tentou implementá-las na base do rolo compressor, mas acabou se dando

2º CONFUP

mal. Itamar Franco ficou indeciso se aderiria ou não e quando decidiu seu governo já estava no fim. Com FHC é que as doutrinas neoliberais ganharam força, e começamos a sentir os primeiros impactos de nossa “globalização” tardia. (México e Argentina iniciaram o processo no final dos anos 80).

25. Apoiado no PFL, PSDB, PMDB, PPB etc, o Governo vem tentando a “toque de caixa” fazer reformas na constituição, privatizar estatais e garantir a reeleição. Todos os objetivos do Sr. Fernando Henrique Cardoso, são os que foram determinados pelo “Consenso de Washington” para os países do terceiro mundo. Temos um Presidente que governa para fora, sem se preocupar de maneira efetiva com a. solução dos problemas internos.
26. A posição de FHC defendendo o Projeto Sivam foi um exemplo claro de como ele está subordinado aos interesses estrangeiros.
27. Os problemas sociais, que eram graves, tomam a dimensão de calamidade. As mortes por falta ou por mal atendimento na área da saúde, vêm aumentando assustadoramente. A crise no campo toma contornos de guerra civil, com o Governo invariavelmente tomando o lado dos fazendeiros. O MST foi declarado pelo governo seu inimigo público número 1, como o foi proclamado os petroleiros, em 1995.
28. Trabalhadores são massacrados no campo e ainda são acusados por FHC de culpados pelas suas próprias mortes. Vestindo a camisa do neoliberalismo, o Governo espera contar com o apoio da população através do Real.
29. Esse apoio vem caindo na medida em que as mazelas da política .para manutenção do real forte, vão fazendo suas vítimas.
30. O desemprego aumenta assustadoramente e não há perspectiva de reversão: quem ficar desempregado é quase certo que não encontrará novo trabalho. Com isso, aumenta a exploração dos que trabalham, cresce a criminalidade, cai o salário e diminui o poder de mobilização das entidades da sociedade civil, como vimos na última greve geral.
31. Com uma maioria, às vezes instável, no Congresso Nacional, apoio total da mídia e do capital financeiro internacional, FHC se dá ao luxo de não dar muita “bola” para a opinião pública nacional.
32. Assim, injetou bilhões de reais em bancos privados falidos, que desgastou a imagem do Governo ante a população, mas ele continua firme com seu programa, chamado de Proer. Aliás, essa “ajuda” vergonhosa aos bancos, deixa bem claro quem domina hoje o jogo dentro do sistema capitalista nacional e internacional.
33. Hoje, numa política de curto prazo, temos de fortalecer os Partidos de Esquerda, numa busca de quebrar o domínio da direita, nas grandes cidades e no parlamento. É urgente o fortalecimento das entidades da sociedade civil, para que elas trabalhem no sentido de mobilizar a população contra o atual governo.
34. A luta parlamentar só não basta, é necessário o envolvimento da sociedade e dos trabalhadores em defesa de nossa soberania.

CONJUNTURA INTERNACIONAL E NACIONAL

A GLOBALIZAÇÃO DA CRISE

35. A “globalização” significa modificações estruturais da economia que foram se impondo por uma necessidade do capital. Os objetivos centrais dos capitalistas eram e são, combater a tendência à queda da taxa de lucros e atacar o movimento operário e suas organizações. O capitalismo desde o fim do “boom” econômico do pós-guerra, no final dos anos sessenta, começou a desenvolver esta série de modificações estruturais conhecidas hoje como a “globalização”, que teve na década de 80 seu grande desenvolvimento com os planos neoliberais.

2º CONFUP

36. Os planos neoliberais (dos anos 80 para a Europa e dos anos 90 para a América Latina) trouxeram profundas mudanças econômicas, sociais e políticas. Estas importantes mudanças estruturais ampliaram as características da etapa imperialista e reforçaram suas contradições. A concentração da produção em oligopólios se acelerou, com as modificações de sua produção e comercialização globalizadas. A dominação do capital financeiro se acentuou, levando a um caráter mais parasitário e especulativo do capitalismo. A exportação de capitais ganhou uma liberdade inédita e assumiu uma forma de “nuvens especulativas” de bilhões de dólares. A repartição do mundo entre os oligopólios e as potências imperialistas assumiu as formas de uma recolonização dos países dependentes e a formação dos blocos comerciais regionais.
37. O imperialismo associa a ofensiva econômica com a ofensiva política, ideológica e militar (as invasões apoiadas pela ONU). Mas, ao contrário da morte do socialismo, do fim da história e da ordem e da estabilidade apregoados pelos propagandistas do capitalismo, estamos perante a ampliação da anarquia da produção capitalista, da desordem, do caos social e da instabilidade.
38. A “globalização” da economia e as políticas de restauração do capitalismo no leste, levaram até mesmo setores da esquerda a sucumbir à propaganda imperialista e a prever a superação, sob o capitalismo, da contradição entre a produção mundializada e as fronteiras nacionais. Para nós, está ocorrendo o oposto: está se ampliando a contradição entre a produção globalizada e os estados nacionais. Isto se manifesta nas guerras comerciais entre os blocos imperialistas, como na disputa feroz entre EUA “versus” Japão, assim como no agravamento das lutas das nacionalidades. Uma melhoria na produtividade de um setor determina a falência de fábricas em regiões inteiras em outro país.
39. Mas a ideologia acabou penetrando até mesmo em setores do movimento operário. Impactados com as novas tecnologias, passaram a assumir a defesa envergonhada da “revolução industrial” que, segundo eles, possibilitaria uma melhoria no padrão de vida da população mundial e uma nova estabilização do capitalismo. Para explicar os evidentes problemas sociais que se agravam sob o neoliberalismo, esses setores tentam mostrar que toda renovação pressupõe problemas no começo: naturais como as dores do parto. No entanto, vivemos numa fase aguda de decadência do capitalismo. E os avanços tecnológicos, ao serem apropriados pela burguesia e estarem ao serviço do lucro, passam a ser fatores de retrocesso no nível de vida das massas e não de sua melhoria. As novas máquinas, que possibilitariam uma diminuição do tempo de trabalho e aumento do tempo livre, são utilizadas para provocar o desemprego estrutural.
40. A cada dia que passa a situação social dos trabalhadores fica pior, mesmo nos chamados países do primeiro mundo, que agora também convivem com altíssimos níveis de desemprego e com a perda de conquistas históricas.
41. A adesão e aceitação das idéias neoliberais pela esquerda reformista facilitou uma série de derrotas do proletariado e gerou confusão. A social democracia, desde o governo da França e Espanha, com Mitterrand e Felipe Gonzales à frente, seguiram Thatcher e Reagan na implementação do projeto neoliberal do imperialismo.
42. Mas, os ataques brutais ao nível de vida dos trabalhadores e a exclusão social produzida pelos planos neoliberais, começa a resultar em instabilidade política. Os ataques neoliberais ampliam a taxa de lucro dos capitalistas, mas resultam em uma instabilidade maior do conjunto do sistema, por uma série de fatores, dos quais o mais importante é a eclosão de grandes lutas do movimento operário e de massas. As mobilizações de dezembro na França são um símbolo do momento que estamos vivendo: iniciou a crise do neoliberalismo, com uma instabilidade crescente se estendendo aos países imperialistas.

CRESCE A LUTA CONTRA O NEOLIBERALISMO EM TODO O MUNDO

43. A greve geral dos trabalhadores do setor público na França foi talvez o movimento contra os planos neoliberais em um país do “primeiro mundo”, que mais se destacou no último período. Mas não foi o único.

2º CONFUP

44. E o que essas lutas vêm expor de forma clara e categórica, a verdadeira realidade gerada pela aplicação do projeto neoliberal. Os elementos de crise e os impasses que teimam em aparecer e reaparecer na economia desses países desmentem categoricamente o efeito milagroso que lhe era atribuído. Por outro lado tem agravado fortemente os problemas sociais. O desemprego cresce em toda a Europa, e os principais indicadores sociais mostram uma franca decadência das condições de vida dos trabalhadores daqueles países. Os planos de praticamente todos os governos dos chamados países industrializados, de extinguir ou diminuir drasticamente os investimentos na previdência social são uma expressão concreta dessa realidade e a face mais cruel da falência do neoliberalismo.
45. Por todo o mundo, então, se multiplicam lutas e mobilizações que, mesmo não tendo forças ainda para derrotar globalmente os ajustes neoliberais que vêm sendo aplicados na grande maioria dos países, pelo menos já jogaram por terra o mito da inevitabilidade da implantação desses ajustes e da impossibilidade de lutar contra eles. Na Espanha, no ano passado tivemos duas greves gerais; na Bélgica houveram, no início desse ano, greves e manifestações contra os cortes na previdência e nos gastos públicos; na Alemanha se iniciaram, neste primeiro de maio, uma grande jornada de lutas contra o governo, dando continuidade às lutas que já vinham sendo travadas pelo setor metalúrgico e pelos servidores públicos. Até mesmo nos Estados Unidos, a recente greve contra a terceirização, que paralisou completamente a gigante General Motors, veio demonstrar mais uma vez que os trabalhadores, de nenhuma região deste planeta, aceitam passivamente que lhe tirem os poucos direitos que têm.
46. Na América Latina - nosso continente - a Situação não é diferente.
47. No México, o ascenso dos camponeses levou ao levante de Chapas. E a explosão da economia mexicana em dezembro de 94 detonou o que era o “exemplo da modernidade neoliberal”.
48. A greve geral do Paraguai, no início de maio, com enfrentamentos violentos com a polícia, é expressão desse nosso momento de lutas no continente. Também na Bolívia, há vários meses vêm acontecendo mobilizações muito fortes, com enfrentamentos de rua com a polícia. A luta dos bolivianos é contra a reforma da previdência e a reforma universitária, contra a privatização da empresa de petróleo e, no campo, em defesa das terras e dos direitos das famílias cocaleiras (plantadores de coca). Na Argentina hoje marchas e uma greve geral no final do ano passado, contra o desemprego, e seguem acontecendo muitas mobilizações contra a política econômica do governo Menem.
49. E assim poderíamos citar exemplos e mais exemplos de país por país, de como se desenvolve a resistência contra o neoliberalismo. Não é necessário. O que sim, é importante destacar, é que o motivo central das lutas em todos esses países é praticamente o mesmo: as consequências dos ajustes neoliberais (só para dar um exemplo: a luta contra as mudanças na previdência social está presente na Bolívia, na França, na Alemanha, na Bélgica, no Brasil etc.).
50. Esse quadro da situação política mundial, por outro lado, torna mais presente e concreta a necessidade e a possibilidade de retomada de uma cara tradição do movimento operário - a solidariedade internacional. A unidade política burguesa e a similaridade dos problemas causados aos trabalhadores de todo o mundo pela globalização da economia recolocam, fortemente, o ‘desafio para os trabalhadores e suas organizações de desenvolverem lutas comuns em nível internacional.
51. Desde já, propomos que tomemos iniciativas concretas no sentido da unificação internacional das lutas e campanhas contra os planos neoliberais. Além do apoio e solidariedade aos trabalhadores e setores em luta, como quando da greve da GM nos EUA, é possível e preciso, de imediato, articular campanhas e lutas unificadas.
52. É possível e preciso uma ação articulada do funcionalismo em toda a América Latina, que tem lutado sistematicamente nos diferentes países, como é o caso do funcionalismo das Províncias na Argentina ou dos professores na Bolívia. É possível articular uma campanha e uma jornada de luta comum em defesa da educação, saúde, previdência e por mais e melhores serviços públicos.

2º CONFUP

53. É preciso articular também uma campanha pela redução da jornada de trabalho, sem redução do salário em nível mundial, como foi a luta pelas 8 horas no início do século em toda a Europa. É preciso iniciar as articulações neste sentido pelos países e trabalhadores do Mercosul, estendê-las para a América Latina, bem como buscar articulações em todo o mundo. É possível de imediato uma campanha e uma jornada de lutas no Mercosul e em toda a América Latina pela redução da jornada de trabalho, sem redução salarial.

BRASIL: INSERÇÃO NA GLOBALIZAÇÃO SOB A BATUTA DO FMI

54. Na tentativa de superação de sua crise, via globalização e neoliberalismo, o imperialismo reservou um papel distinto à América Latina, em particular, aos chamados países emergentes. Na década de 90, esgotado o modelo de exigir o pagamento da dívida externa com o superávit de exportações, o imperialismo se viu obrigado a buscar uma nova saída para aumentar a sangria e manter seus lucros.

55. Partiram para uma política ainda mais colonizadora: fazer os países privatizar suas estatais a baixo preço, entregando patrimônio em troca de títulos da dívida. Forçar a abertura das economias aos produtos imperialistas, abdicando da independência nacional a tal ponto, que suas moedas deixaram de ter uma proteção nacional, passando a ser lastreadas no dólar. Exigir o enxugamento do estado para coibir o déficit público, sucateando e desmontando os serviços sociais. Aí nasceram os planos de dolarização segundo o modelo neoliberal do chamado “Consenso de Washington”.

56. O objetivo fundamental: integrar plenamente as economias nacionais ao circuito mundial, abrindo as fronteiras e os mercados à concorrência imperialista e aos seus produtos, entregando as riquezas e o patrimônio público, debilitando o Estado Nacional e, sobretudo, aumentando a exploração, através da reestruturação produtiva, dos ataques aos direitos trabalhistas e às conquistas sociais do conjunto dos trabalhadores.

57. O Plano de FHC, em essência, não difere do Plano Collor. FHC retornou a ofensiva deste sobre o movimento operário, conforme manda a cartilha do FMI.

58. O governo avançou nas privatizações. Começou agora a entrega do setor de energia elétrica e a Vale do Rio Doce continua na mira. A quebra do monopólio do petróleo e das telecomunicações foi um grande trunfo do imperialismo, ainda que falte sua regulamentação.

59. Outro grande presente para o imperialismo foi a Lei de Patentes aprovada na Câmara, que trará consequências estruturais em inúmeros terrenos.

60. A reestruturação produtiva nas empresas está sendo implantada de forma acelerada, colocando o Brasil na rota do desemprego estrutural e da precarização do trabalho; A abertura comercial, iniciada por Collor, não só se manteve, como se ampliou, o que está levando e acelerando a quebra de vários setores, tais como: calçados e têxtil (que já vinham de antes), bem como autopeças, material elétrico (componentes da indústria eletroeletrônica) etc. Isso também está atingindo o campo, quebrando milhares de pequenos e médios produtores.

61. Por outro lado, fruto da concorrência, há um processo grande de concentração de capital. Tanto que grandes oligopólios ganham as concorrências, levando setores à falência, ou diretamente compram empresas e acabam dominando o mercado, como está havendo um processo grande de fusões. No ano passado houve 314 fusões e aquisições de empresas no Brasil. A Parmalat já engoliu trinta empresas nacionais. Desde o segundo semestre do ano passado, no setor de autopeças se registrou 20 aquisições e 5 “joint ventures”, sem contar que 8 fábricas foram fechadas. A última aquisição, foi a compra da Metal Leve pela empresa alemã Mahle.

62. FHC tem avançado também na reforma do Estado. Em que pese, que este não conseguiu ainda aprovar o conjunto das Reformas que a ordenam: Previdência e Administrativa (as demissões de funcionários nos estados e municípios já ultrapassam 380 mil servidores). De outro lado, o sucateamento e o corte de verbas para os serviços sociais e para a saúde e

2º CONFUP

educação, bem como os ataques brutais ao funcionalismo estão levando à evasão de técnicos, funcionários graduados e professores universitários.

63. A reforma do Estado não corresponde apenas à necessidade de enxugá-lo. É um projeto reacionário que busca concentrar ainda mais riqueza e poder e dar subordinadamente maior racionalidade ao capital.
64. Para tal, faz-se necessário eliminar a possibilidade de que os trabalhadores - em especial os do Estado - possam não apenas contrapor à sua racionalidade, mas - e mais importante - serem elementos ativos na unidade com o conjunto da sociedade na busca de uma racionalidade que ultrapasse os limites do capital. Cientes de que se trata de um profundo embate de projetos - a famosa luta de classes - o governo procura minimizar e centralizar os trabalhadores do Estado. Daí a anunciada passagem dos setores ligados ao atendimento das necessidades da população para fora do Estado.
65. Trata-se do projeto de privatização do serviço público: ficam sob a administração estatal aqueles serviços estratégicos à implementação da racionalidade capitalista. No mais, tudo transformado em espaço reservado ao capital privado.

FHC É O GOVERNO DOS BANQUEIROS, DO GRANDE EMPRESARIADO E DO LATIFÚNDIO

66. A coalizão burguesa que sustenta FHC está articulada em torno do setor dominante: o grande capital financeiro, diretamente vinculado ao imperialismo. A aliança partidária do PSDB com o PFL a expressão da aliança entre a burguesia monopolista do Sudeste e a oligarquia do Nordeste (aquela mais ligada ao projeto de relação com o imperialismo). É o que sustenta essa coalizão exatamente a busca de uma vinculação mais decidida à economia imperialista “globalizada”. Dentro da coalizão estão ‘os principais setores burgueses (os banqueiros, os grandes empresários e o latifúndio), mesmo os que têm determinadas contradições com o plano.
67. Pela sua relação com o imperialismo, a subserviência uma marca registrada desta coalizão, como na Lei das Patentes, no caso Sivam, na unidade burguesa pela quebra dos monopólios do petróleo e das telecomunicações etc. Isso faz com que seu setor mais consequente seja o que está no comando efetivo da área econômica, integrado aos circuitos “globais”, ao capital financeiro internacional. Há setores que têm contradições com esse comando, questionam no varejo, mas não têm uma alternativa ao projeto neoliberal. É o caso de uma parte dos grandes empresários, que até marcharam sobre Brasília porque estão perdendo terreno na concorrência. Eles, em essência, exigem mais Exploração - mudança na Legislação Trabalhista e aceleração das Reformas - para que possam competir no mercado global.
68. Isso não quer dizer que não tenham importância as contradições existentes dentro dessa aliança. O tamanho do parque industrial instalado, do mercado a ser disputado, leva a disputas imensas pelas somas de “mais valia” a ser abocanhadas e os prejuízos a serem socializados (como na crise bancária e nas privatizações). Há uma disputa selvagem pela divisão do bolo e rapina do Estado.
69. Tudo isso prenuncia crises sucessivas nas alturas e acaba abrindo brechas para que o movimento de massas explore em suas lutas.
70. Os interesses a longo prazo dos setores burgueses se choca e se contradiz com interesses localizados ou imediatos de parte desses setores. Tudo isso em detrimento da maioria da população.
71. Assim, esses choques e brechas podem e devem ser explorados pelo movimento, já que os mesmos dividem “n” vezes a burguesia.
72. No entanto, isto não significa que o movimento dos trabalhadores deva aliar-se a qualquer um dos diferentes setores burgueses. Pelo contrário, não há qualquer perspectiva de serem atendidas as reivindicações dos trabalhadores em aliança com qualquer destes setores. Por

2º CONFUP

exemplo, a política das Câmaras Setoriais e a campanha contra o desemprego em aliança com a FIESP, promovida pela direção majoritária da CUT, na verdade, traduzia-se numa campanha pelas reivindicações dos empresários: menos juros e menos recessão e não garantia um único emprego. Ao contrário, a FIESP quer mais exploração, flexibilização de direitos e demissão de funcionários públicos.

CRESCEM AS CONTRADIÇÕES DO PLANO

AS CONDIÇÕES PARA DERROTAR FHC

73. Depois de 1 ano e meio de governo, o rei começa a ficar nu. Os bilhões dado aos banqueiros, o fisiologismo no Congresso, o ridículo aumento de R\$ 12,00 no salário mínimo, o ataque à aposentadoria por tempo de serviço, os massacres de sem terras, a explosão do desemprego, faz despencar a popularidade de FHC.
74. Aumentam as contradições do Plano Real e as dificuldades para o governo FHC tanto no terreno econômico, como social e político.
75. Do ponto de vista econômico, a manutenção do câmbio valorizado e dos altos juros para manter o patamar das reservas em dólares que dão lastro ao real, têm levado à explosão da dívida interna que, somada à externa é o que pressiona de fato o déficit público. Agregue-se a isso a crise do sistema financeiro, na qual o governo já torrou bilhões e está longe de ser resolvida. Do ponto de vista político, as contradições internas no interior da classe dominante têm levado a problemas crescentes no Congresso e mesmo no encaminhamento das Reformas, na velocidade que FHC precisaria. Do ponto de vista social, além do crescimento do arrocho e do desemprego que atinge em cheio a classe trabalhadora, há uma queda generalizada do nível de vida dos setores médios assalariados e a quebra de pequenos proprietários.
76. A indignação dos trabalhadores e da maioria da população com o governo e, fundamentalmente, a disposição para lutar manifestada na própria pesquisa encomendada pela CUT acerca da Greve Geral é o fator mais importante da conjuntura (apesar das poucas adesões em alguns setores). Pois, por mais problemas que tenham, o Plano Real e o projeto neoliberal não vão cair ou serem derrotados simplesmente pelas suas contradições internas. É preciso que os trabalhadores da cidade e do campo se unifiquem, após análise da Greve Geral, e sigam em luta de forma unificada para derrotar FHC e seu projeto.
77. Nesse sentido, negociações e acordos pontuais, nos marcos do projeto do governo, como se pautou a ação da direção majoritária da CUT durante todo o último ano só serve para legitimar e dar fôlego ao projeto do governo. Enfrentar eficientemente o projeto neoliberal e seus agentes no nosso país (FHC, FIESP, Banqueiros e Latifundiários), pressupõe enfrentá-lo globalmente. E só com muita luta, muita mobilização e unidade da classe trabalhadora é que teremos força para “virar a mesa”.
78. A mundialização e a globalização pretendem nivelar por baixo a situação dos trabalhadores e das populações subdesenvolvidas. É a rapina generalizada.
79. Esse processo tem como eixo principal golpear as antigas históricas conquistas da classe trabalhadora, atacando o serviço público social e privatizando as estatais.
80. Do nosso lado a resistência dos trabalhadores é débil e atomizada e a maioria das vezes é prejudicada por ter frente direções sindicais que não estão à altura para levar esta luta, algumas por terem a firme disposição de pactuar com estes planos das multinacionais e serem co-participantes destes chamados “novos” projetos, outros por corrupção e roubo, e outras ainda, apesar de bem intencionadas estão desinformadas e sem capacidade para este enfrentamento.
81. É necessário que a classe trabalhadora vá forjando uma direção alternativa, também a nível internacional, necessitando desenvolver uma política de “globalização sindical”, de “internacionalização de luta”, buscando a integração política e sindical. Retomando o fio

2º CONFUP

da solidariedade internacionalista, aprendendo a compreender a realidade de cada categoria nos diferentes países.

82. Construindo os mais variados tipos de lutas concretas para se defender dos ataques patronais e governamentais
83. Os trabalhadores petroleiros podem cumprir um papel de vanguarda neste processo: Pelo seu papel produtivo a nível mundial, o petróleo ainda é a principal fonte energética do mundo, junto com o gás representam 52% de toda energia do mundo, movimentou em 1995 1,8 trilhões de dólares.
84. Metade do petróleo produzido no mundo é consumido pelas grandes potências mundiais. No entanto a maior parte de sua produção é localizada em países subdesenvolvidos. 75% das reservas mundiais estão localizadas em 7 países (Árabes e Latino-Americanos).
85. O Japão importa 99% do seu consumo, Alemanha 96%, Itália e França 94%. E a maior potência, os USA, vivem um rebaixamento das reservas, em 1992 sua produção foi a mais baixa dos últimos 32 ANOS. Sua produção vem caindo 3% ao ano desde 1986. Em 1995 necessitou de 17 milhões barris/dia, e sua produção foi 9 milhões, portanto já importou quase 50% de sua necessidade, em comparação com a década de 70 que importava somente 20.7% e na década de 80 quando importava 35% a projeção para 1996 é em torno de 53,7%.
86. Esta realidade combinada com instabilidade política do Oriente Médio: Crise do Canal de Suez em 1956, a Guerra dos 6 Dias, em 1967. A Guerra do Yom Kippur em 1973, A Revolução Iraniana em 1974, O conflito Iran/Iraque em 1980, a recente guerra contra o Iraque e o crescente peso do Islamismo na região; fazem com que o imperialismo tenha a necessidade de assegurar uma região de produção energética tranquila e estável. Para eles a América Latina.
87. Pretende entrar com suas próprias transnacionais na exploração do Golfo México, 50 bi.b/dia e produção 2,5 mi.b/dia; Venezuela 64bi/dia e produção 2,5 mi.b/dia; Equador com 400mil barris diários. Expandir sua produção na Colômbia 720 mil barris diários e entrar em áreas do Brasil 750 mil barris diários e Bolívia, para eles é uma questão de “Segurança Nacional”.
88. Assim que a ofensiva sobre a produção petroleira é imediata. Desencadeando em todo o continente os projetos de abertura petroleiras e privatizações das estatais. Assim como os ataques ao nível salarial e as conquistas sociais da categoria.
89. A resistência, como já foi dito, é débil e atomizada, mas existe em todo mundo. Basta nos lembrarmos das greves petroleira da Nigéria e da Noruega.

Algumas vezes é inconsciente e puramente sindical como os “paros” em Colômbia, Venezuela, Equador e Peru (entre 1995 e 1996). Outras vezes, assume um caráter mais global e político, apesar das reivindicações específicas também figuradas, como o caso da greve petroleira no Brasil em maio de 1995 e as greves, marchas, e protestos dos petroleiros bolivianos.

Tese 2

Sindipetro - Rio Grande do Norte

CONJUNTURA NACIONAL/INTERNACIONAL

INTRODUÇÃO

1. O Congresso dos Petroleiros não é apenas o momento de elaboração de uma Pauta de Reivindicações, por mais justa que seja esta. Sua importância está, sobretudo, em permitir

2º CONFUP

a análise do ambiente em que estamos vivendo, bem como todos os acontecimentos que influenciam a nossa realidade, tornando mais fácil ou mais difícil a Campanha Reivindicatória de setembro e as demais lutas. Ao analisarmos a conjuntura do mundo e do Brasil, podemos conhecer e compreender melhor a nossa própria realidade e assim transformá-la.

2. As modificações do mundo do trabalho, seus reflexos no mercado, suas interferências no cotidiano dos trabalhadores, são elementos que influenciam as nossas lutas. A sua correta análise nos permite identificar e diferenciar inimigos e adversários, como também o essencial e o secundário em cada momento e, principalmente, como formular melhor nossas reivindicações e sobretudo traçar a melhor forma de conquistá-las. Eis aí o verdadeiro papel do congresso e de todos os que apostam em fazer avançar a luta dos trabalhadores e de nossa categoria.

CONJUNTURA INTERNACIONAL

PRODUTIVIDADE E CRISE

3. 5 A economia capitalista, em nível global, vive nas duas últimas décadas, uma fase crítica de decadência caracterizada pelo progressivo declínio das taxas de crescimento econômico e o desemprego estrutural. Entre as causas do declínio das taxas de crescimento está a queda da taxa de lucro relacionada com as modificações na relação entre máquinas e trabalhadores. Por outro lado, observa-se o crescimento da produtividade a partir das inovações tecnológicas, seguido do crescente desemprego tecnológico.

CREPÚSCULO DO ESTADO PREVIDENCIÁRIO

4. O estado provedor da seguridade se desenvolveu baseado nas idéias de Keynes e como contraponto ao Estado socialista em construção na URSS. A crise atual, identificada como sendo a crise do modelo Keynesiano, ensejou reação das classes dominantes, encorajadas pela debacle do socialismo, fundamentada em velhas teses liberais, cujas características são:
 - Desmonte do estado previdenciário e fim da intervenção estatal na economia;
 - Eliminação e flexibilização dos direitos trabalhistas;
 - Ampliação do fluxo de capitais e mercadorias e a criação dos blocos econômicos regionais.
5. O neoliberalismo aparece, portanto, como resposta das elites à crise, na tentativa de superar a queda da taxa de crescimento via redução do custo do trabalho e eliminação dos impostos sobre o capital, que financiavam o estado previdenciário. O resultado, no entanto, é esse que assistimos, em agravamento há décadas: multiplicação dos pobres e miseráveis, inclusive no primeiro mundo, com o desemprego tecnológico massivo e a eliminação de direitos trabalhistas e previdenciários.
6. Entrelaçados com o acirramento da crise ressurgem os movimentos neofascistas e o crescimento da intolerância étnica. É válido resgatar que a estabilidade democrática, presenciada desde o pós guerra, está associada às condições econômicas favoráveis, que possibilitaram o estado previdenciário e a ampliação de conquistas populares. E, assim como se alternam as fases econômicas, também se alteram as formas de domínio político da burguesia sobre o proletariado.

PERSPECTIVAS E LUTAS

7. Acossados pelos efeitos da crise e pela exclusão própria do sistema, categorias, etnias, povos e nações lutam desordenadamente refletindo o caos e a violência de tão perverso sistema. A natureza destas lutas vai desde as manifestações de categorias em luta até as insurreições e a guerra civil, sem contudo alcançarem maiores avanços, dentro do capitalismo.

2º CONFUP

8. A verdade é que não há solução para a crise nos marcos do atual sistema, e embora as lutas de que falamos tenham um papel importante, estas precisam estar associadas à luta pelo fim do regime capitalista e pela construção da nova sociedade. As condições históricas atuais são mais favoráveis à construção do Socialismo que no início do século, possibilitando o advento de uma sociedade mais avançada capaz de superar os erros cometidos em outros países.

CONJUNTURA NACIONAL

O GOVERNO FHC

9. O aspecto central do governo é a persistência de FHC em continuar aplicando o neoliberalismo no país, de acordo com as exigências do imperialismo, marcadamente dos EUA. Vencida a reforma do capítulo da ordem econômica da Constituição, o governo investe na reforma da previdência, da administração pública e da legislação trabalhista, utilizando o mais fiel e despudorado estilo fisiológico e autoritário, enquanto manobra tentando garantir sua reeleição.
10. No aspecto econômico e social o quadro é dramático com a recessão dominando todos os setores, a elevação do desemprego e o agravamento das condições de vida do povo, sem mencionar os índices de mortalidade infantil e de criminalidade, O ataque aos serviços públicos só agrava os problemas de uma população cada vez mais excluída do mercado de trabalho e de consumo.
11. O perfil antidemocrático de FHC fica patente em ações como a intervenção nos Sindicatos dos Petroleiros, o massacre dos Sem Terra no Pará, bem como seus ataques às liberdades democráticas. Os escândalos do PROER (o serviço de socorro aos bancos privados), das privatizações financiadas pelo BNDES e da compra de votos no Congresso Nacional mostram definitivamente o caráter de um governo voltado às elites e submisso a interesses forâneos.
12. Não se pode dizer, portanto, que FHC não dê, ao seu modo, o mesmo peso aos ricos e pobres: OURO para os BANQUEIROS e CHUMBO para os SEM TERRA!

AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS

13. As eleições de outubro têm importância fundamental na política nacional, tanto que o Palácio do Planalto vem se dedicando publicamente em solucionar os impasses que vão sendo criados. As próximas eleições têm caráter plebiscitário sobre a política econômica neoliberal, definirá o quadro das eleições de 1998, e acontecem num momento em que o governo perde popularidade e apoios.
14. Os trabalhadores jogam um papel relevante, podendo derrotar os candidatos de FHC e ao mesmo tempo criar as condições que impulsionarão uma alternativa popular em 1998, como ocorreu em eleições anteriores. Precisamos votar e conquistar votos.

PROJETO PARA O BRASIL

15. Os trabalhadores não nutrem nenhuma ilusão quanto aos destinos do país: ou rompemos com a política da dependência e exploração de nosso povo pelas elites, ou afundamos na miséria crescente, na corrupção desenfreada e demais mazelas típicas do capitalismo.
16. Só com o advento de um novo sistema econômico e social baseado no trabalho, onde estejam garantidas a terra e as condições para nela produzir, o combate à miséria via criação de empregos, através de investimentos nos setores sociais, no setor produtivo da economia nacional e pela redução da jornada para 40 horas de trabalho semanais, poderemos alcançar o desenvolvimento para o Brasil, a curto prazo. Estrategicamente, a saída para no país está na construção do Socialismo.

2º CONFUP

PROPOSTAS

- a) Pela autodeterminação dos povos, contra toda e qualquer política intervencionista;
- b) Não ao pagamento da dívida externa e à submissão aos órgãos representantes do imperialismo;
- c) Em defesa da soberania nacional, contra a desnacionalização da economia;
- d) Em defesa das estatais, do patrimônio público, contra as privatizações;
- e) Por uma política econômica voltada ao desenvolvimento autônomo do país, através
- f) do fortalecimento do mercado interno, que remunere dignamente os trabalhadores, respeitando o Salário Mínimo nos valores estabelecidos pelo DIEESE;
- g) Implantação de uma política nacional de geração de emprego, capaz de promover o crescimento da economia nacional, fomentar programas habitacionais e estimular a pequena e média empresa;
- h) Em defesa da Redução ,da Jornada de Trabalho para 40 horas semanais, conforme Projeto de Lei dos Deputados INACIO ARRUDA (PC do B/CE) e PAULO PAIM (PT/RS);
- i) Contra o capital volátil, mantido no Brasil a custos altíssimos para a economia brasileira;
- j) Pela Reforma Agrária, que ponha fim ao latifúndio e estimule a produção agrícola;
- k) Punição de todos os crimes praticados contra os trabalhadores rurais e urbanos;
- l) Em defesa das liberdades democráticas, contra o voto distrital e contra a instituição da cláusula de barreira para o funcionamento dos partidos políticos no país;
- m) Atualização do Código Penal no sentido de coibir a discriminação no nosso país, a partir de amplo debate com toda a sociedade;
- n) Fim do julgamento pela Justiça Militar dos crimes comuns praticados por militares;
- o) Em defesa da Amazônia, contra os enclaves estrangeiros na região;
- p) Em defesa da Previdência Pública e demais direitos sociais e trabalhistas. Contra a
- q) Reforma Constitucional de FHC e sua política neoliberal;
- r) Trabalhar a construção de uma nova Greve Geral no país, unificando todos os
- s) trabalhadores na luta contra a política neoliberal de FHC.

Tese 3

Sindipetro PA/AM/MA/AP

CONJUNTURA NACIONAL/INTERNACIONAL

APRESENTAÇÃO

1. Esta é uma proposta inicial que estamos apresentando para que possamos elaborar coletivamente uma proposta de intervenção no principal evento reunindo a vanguarda da categoria petroleira em 96. Não se trata de uma proposta acabada nem tampouco tem essa pretensão, o que estamos apresentando e um borrador que deve ser modificado em partes ou no todo. Uma espécie de guia para fomentar entre nós a discussão, na busca por elaborar uma tese conjuntamente.
2. A construção do MOVIMENTO POR UMA TENDÊNCIA SOCIALISTA foi e é uma vitória, pela unidade de correntes de distintas origens, moldada pela busca de um programa e uma intervenção comum na luta de classe. Assim sendo, a elaboração desta tese é parte desta busca, se tomando assim um dever dos que comungam com a construção de uma alternativa político-sindical às direções traidoras do movimento operário a participação neste processo de elaboração.
3. Certamente, o texto é parcial, pois é inicial e elaborado por uma parte, por isso, nenhum temor em modificá-lo, mãos a obra, caneta na mão e cabeça para funcionar.

A SITUAÇÃO MUNDIAL - NÃO HÁ UMA NOVA ORDEM

2º CONFUP

4. Ao contrário da ordem e da estabilidade apregoadas pelos propagandistas do capitalismo estamos perante a ampliação da anarquia da produção capitalista, da desordem e da instabilidade.
5. Por um lado, o desempenho econômico obtido no pós-guerra, fruto da reconstrução das forças produtivas nos países centrais e do espalhamento da guerra nos países periféricos, tem nos anos 70 e 80 o início do seu declínio e agora nos anos 90 assistimos a um movimento esquizofrênico da economia mundial num marco em que se aprofunda a crise e a miséria da humanidade - cada recuperação é mais curta, gera crises mais longas. Por outro lado o aparato burocrático estalinista que leva uma enorme importância na sustentação do imperialismo a nível internacional, nos acordos do pós-guerra, foi destruído no leste europeu e gerou a modificação de todas as relações políticas existentes no mundo.
6. Não existe mais o aparelho burocrático estruturado ao redor de vários estados e uma grande potência como era a URSS. A ordem mundial definida após a 2ª Guerra Mundial, entre o imperialismo e a burocracia soviética em Yalta./Potsdam desmoronou e ainda não existe a nova ordem que o imperialismo quer impor. O estalinismo como principal aliado da burguesia no interior do movimento operário esteve no centro da traição do processo revolucionário no pós-guerra da Europa, quando os maquis e os partizanos comunistas armados eram a principal força política e militar de países centrais como a França e a Itália. Com a burguesia em destroços por seus compromissos com o nazifacismo derrotado. Os dirigentes da URSS, respondendo aos acordos de divisão do mundo em Yalta e Potsdam, entregaram a revolução e ajudaram a reconstruir os estados burgueses em ruínas. O estalinismo castrista, mais recentemente, esteve também no centro da derrota da revolução na Nicarágua e em El Salvador junto com os sandinistas e a FNLN com sua política para evitar que a Nicarágua fosse uma nova Cuba e El Salvador uma nova Nicarágua. Na África do Sul, um dos últimos países do mundo em que o estalinismo tem peso de massas, como parte do governo capitalista de Mandela, esta sendo um dos pilares fundamentais na traição da revolução negra.
7. Ainda que às custas da enorme confusão em sua consciência, o movimento operário esta se livrando de um obstáculo estratégico para sua luta. Disso se aproveita a burguesia para ocupar diretamente o espaço do reformismo, mas o socialismo tem que enfrentar um mundo mais instável sem ter o seu maior ponto de apoio no movimento de massas. Como a crise do capitalismo está colocada no centro do cenário político existe cada vez mais elementos de desordem no cenário político mundial.
8. Com o fim do boom iniciado no pós guerra, o capitalismo começou a desenvolver uma série de modificações estruturais na economia conhecidas como Globalização, cujos objetivos centrais são a recomposição da taxa de lucro e o ataque ao movimento operário. Com isso, estabeleceu-se no cenário mundial um enfrentamento contínuo onde em determinados momentos o imperialismo consegue ganhar rounds, como nos ataques neoliberais e nas invasões militares e, em outros, as massas ultrapassam os pactos com as direções traidoras, como o fazem os palestinos no Oriente Médio.
9. Na busca de uma saída para sua crise o imperialismo vem desencadeando um brutal ataque ao nível de vida das massas, cuja expressão atual são os planos neoliberais aplicados a nível mundial. Estes planos incluem a importância crescente para o comércio mundial, a abertura das fronteiras, a regionalização dos grandes blocos mundiais (União Européia, Nafta, Bloco Asiático), a mudança dos fordismo para outras formas de organização do trabalho com destaque para o toyotismo: as privatizações das empresas estatais os ataques diretos aos salários empregados e conquistas sociais dos trabalhadores. Os planos são aplicados tanto nos países periféricos como nos países imperialistas, bem como nos países onde está sendo restaurado o capitalismo
10. Cresce cada vez mais o caráter especulativo financeiro do capital gerando cada vez mais instabilidade. A explosão da economia mexicana não desequilibrou somente esse país, provocou uma reação de cadeia na desgastada economia capitalista mundial batizada de efeito tequila. Explicitou a instabilidade de conjunto da economia mundial por sua interdependência e caráter especulativo. Mostrou a fragilidade de toda a propaganda imperialista sobre a “modernidade” do neoliberalismo e colocou no centro da vida política mundial a crise do capitalismo e não mais somente a crise do “socialismo real”.

2º CONFUP

11. A interdependência crescente da economia leva a possibilidade de “globalização da crise”. Os violentos ataques ao nível de vida os trabalhadores levam a um grau de polarização inédito que atinge não só os países semi-coloniais, mas também os imperialistas. A abertura das fronteiras nos países semi-coloniais pode favorecer a um crescimento momentâneo, mas abre um processo de desindustrialização e empobrecimento crescente gerando um potencial de crises de grande magnitude. Outra decorrência política, há uma ampliação da produção globalizada e os estados nacionais, provocando guerra comercial entre os blocos econômicos e as disputas de nacionalidades.
12. As massas reagem a um ataque inédito a seu nível de vida. Em meio a confusões ideológicas causadas pela contra-ofensiva imperialista e ação das direções reformistas as massas lutam. Existem lutas de maior ou menor intensidade em todo o mundo. Ao contrário de momentos anteriores da luta de classes, não estamos perante o ascenso somente em países coloniais ou semi-coloniais. Existem lutas também do proletariado europeu, como podemos ver na França, Espanha e Itália, o mais tradicional. Em todo o mundo (ainda não é assim nos Estados Unidos e no Japão). As mobilizações atingem os países que antes eram dirigidos pela burocracia soviética, Alemanha e o Leste.
13. Este é um dos fatores fundamentais do porque não se impôs até agora uma “nova ordem mundial” como pretendia essa ação do imperialismo. A instabilidade segue a partir de uma polarização crescente na luta de classes. Ressurgiram guerras como a da ex-Iugoslávia no centro da Europa. A resistência do movimento de massas levou a polarização da luta de classes e crises nos governos e resistência do movimento de massas levou a polarização de luta e classes e crises nos governos e regimes na América Latina, dois governos (Brasil e Venezuela) foram derrubados. No Oriente Médio, a intifada prosseguiu, apesar dos acordos de Arafat com Israel. Na Europa Ocidental existe uma retomada do ascenso no movimento operário. Houve greve gerais na Itália, Bélgica e França. Por outro lado, crescem os grupos de ultradireita (grupos neofascistas na Alemanha, Le Penn na França, etc), expressando a polarização da luta de classes.
14. Estas lutas partem de um nível de consciência marcado pelo ceticismo em relação ao conjunto das direções tanto em relação a esquerda (pela crise do Leste), como aos burgueses (pelos planos econômicos a corrupção etc). Prima na consciência das massas uma negação da alternativas que hoje dominam o mundo sem alternativas pela positiva sólidas. A burguesia recria alternativas desde a democracia burguesa com políticas e políticos como Berlusconi ou Collor ou ainda alternativas bonapartistas como Fujimori Ao nível do movimento de massas as alternativas burocráticas e reformistas surgem como Causa R na Venezuela ou o CTA na Argentina, ainda que sem o peso do estalinismo.
15. Para enfrentar a resistência das massas, o imperialismo e as burguesias têm como arma preferencial a reação democrática e do que será resolvido pela via eleitoral. O acordo na África do Sul, a substituição de Collor por Itamar, a eleição de Menem e a substituição de Berlusconi, são expressões desta política. Quando não é suficiente apelam para os meios ditatoriais, como o estado de sítio na Bolívia, a repressão em Terra do Fogo e exército nas refinarias brasileiras, ou ainda o auto golpe no Peru. Mas, mesmo nestes momentos, faz a combinação com medidas democrático-burguesas; as invasões do Haiti e Panamá foram seguidas de eleições, assim como auto golpe no Peru. Esta combinação de reação democrática e métodos ditatoriais, no entanto, pode variar. O elemento essencial é que as democracias burguesas estão em crise ou tem elementos de crise porque começam a sofrer desgastes ante o movimento de massas, e a aumentar o número de Medidas Provisórias do governo FHC.
16. Militarmente o imperialismo ocupou diretamente o conjunto do espaço aberto com a desintegração da URSS, reforçando uma política de intervenção direta como no Iraque e Haiti, acobertada por organismos internacionais como a ONU. Também aqui, buscou uma cobertura ideológica deixando de lado definições democrático burguesas como a de soberania nacional para defender a intervenção do “comunidade internacional”. Para essa contra-ofensiva, o imperialismo contou com a colaboração das direções políticas e sindicais majoritárias do movimento que incorporaram o discurso da “morte do socialismo”.

2º CONFUP

17. Organizações pró-capitalista encaminharam os países do leste para a restauração do capitalismo. Acordos “de paz” como no Oriente Médio e África do Sul buscavam viabilizar, com o apoio das direções como a OLP e o CNA a reestabilização de regiões centrais da luta de classes. A utilização dos planos neoliberais para abaixar a inflação permitiu vitórias eleitorais como a de FHC, Menem e Fujimori.

BANDEIRAS GERAIS

18. Os petroleiros brasileiros, à luz da atual situação mundial, definem em seu Congresso Nacional:
- a) ABAIXO O MERCOSUL, O NAFTA E TODOS OS PLANOS REGIONAIS DE ESTABILIZAÇÃO CAPITALISTA
 - b) PELA UNIDADE DAS LUTAS DOS TRABALHADORES LATINO-AMERICANOS
 - c) DESENVOLVER UMA LUTA INTERNACIONAL PELA REDUÇÃO DA
 - d) JORNADA DE TRABALHO E CONTRA O DÊSEMPREÇO
 - e) CONTRA O BLOQUEIO IMPERIALISTA À CUBA E AO IRAQUE: ABAIXO AS DITADURAS DE FIDEL E SADAM
 - f) ABAIXO OS PLANOS DE ESTABILIZAÇÃO NO ORIENTE MÉDIO, ABAIXO O ESTADO SIONISTA DE ISRAEL E TODO APOIO A INTIFADA
 - g) PELA RETIRADA IMEDIATA DOS CASACOS AZUIS DA ONU DE TODOS OS PAÍSES DO MUNDO
19. Yaltal - Cidade da Península da Criméia, atual Ucrânia, onde em Fevereiro/45, Churchill, Roosevelt e Stalin fizeram conferência, antecipando a divisão da Alemanha em zonas de dominação.
20. Potsdam - Cidade à nordeste da Alemanha, as margens do Rio Elba, próximo à berlím, onde no dia 09.05.45 foi assinado o acordo de capitulação incondicional da Alemanha.
21. FNLN - Frente Nacional de Libertação da Nicarágua.

POLITICA IMEDIATA

22. Como proposta imediata, estamos propondo para que em janeiro de 1997, se realize um Encontro dos Petroleiros Latino-americanos, sem a tutela da CIOSL, que busque a unificação dos trabalhadores do setor, em escala continental.
23. CIOSL - Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres.

O GOVERNO ENFRENTA CRISES EM SEU PRÓPRIO MEIO

24. No entanto, nem tudo está caminhando conforme o governo quer ou precisa. Cada vez surgem mais focos de problemas e de crises no interior da sua própria base de sustentação política. As conseqüências na economia, do seu plano de estabilização tem gerado críticas de vários setores do empresariado. As crises do sistema financeiro, que segue apesar da ajuda bilionária do governo continua a ser um elemento de tensão política permanente dentro do governo. A crise aberta pelo massacre dos trabalhadores rurais no Pará é de difícil solução, pois as propostas do próprio governo enfrentam resistência da bancada ruralista (que ameaça inviabiliza a votação das reformas no Congresso Nacional). As dificuldades com a justiça enfrentados pelo governo, para o prosseguimento das reformas. As disputas ente e dentro dos partidos que são sua base de sustentação. O desgaste da imagem do governo e do próprio FHC junto a população, que crescer a cada dia que passa, etc.
25. São elementos de crise que mostram que o governo, se por um lado tem força para continuar implementando sua política, por outro lado, tem muitas fragilidades que podem e devem ser exploradas para aprofundar sua crise e assim inviabilizar a continuidade da aplicação dos ajustes neoliberais. Ou seja, o governo passa por dificuldades sim, mas não vai cair sozinho, nem abrir mão da sua política se não for obrigado. E o que está faltando para não deixar o governo se recompor das suas crises, para aprofundá-las até inviabilizar a aplicação da sua política, é o povo nas ruas.

Tese 4

Sindipetro SE/AL

1. CONJUNTURA INTERNACIONAL E NACIONAL

2. A GLOBALIZAÇÃO DA CRISE

3. A “globalização” significa modificações estruturais da economia que foram se impondo por uma necessidade do capital. Os objetivos centrais dos capitalistas eram e são combater a tendência à queda da taxa de lucros e atacar o movimento operário e suas organizações. O capitalismo desde o fim do “boom” econômico do pós-guerra, no final dos anos sessenta, começou a desenvolver esta série de modificações estruturais conhecidas hoje como a “globalização”, que teve na década de 80 seu grande desenvolvimento com os planos neoliberais.
4. Os planos neoliberais (dos anos 80 para a Europa e dos anos 90 para a América Latina) trouxeram profundas mudanças econômicas, sociais e políticas. Estas importantes mudanças estruturais ampliaram as características da etapa imperialista e reforçaram suas contradições. A concentração da produção em oligopólios se acelerou, com as modificações de sua produção e comercialização globalizadas. A dominação do capital financeiro se acentuou, levando a um caráter mais parasitário e especulativo do capitalismo. A exportação de capitais ganhou uma liberdade inédita e assumiu uma forma de “nuvens especulativas” de bilhões de dólares. A repartição do mundo entre os oligopólios e as potências imperialistas assumiu as formas de uma recolonização dos países dependentes e a formação dos blocos comerciais regionais.
5. O imperialismo associa a ofensiva econômica com a ofensiva política, ideológica e militar (as invasões apoiadas pela ONU). Mas, ao contrário, da morte do socialismo, do fim da história, da ordem e da estabilidade apregoados pelos propagandistas do capitalismo, estamos perante a ampliação da anarquia da produção capitalista, da desordem, do caos social e da instabilidade.
6. A “globalização” da economia e as políticas de restauração do capitalismo no leste, levaram até mesmo setores da esquerda a sucumbir à propaganda imperialista e a prever a superação, sob o capitalismo, da contradição entre a produção mundializada e as fronteiras nacionais. Para nós, está ocorrendo o oposto: está se ampliando a contradição entre a produção globalizada e os estados nacionais. Isto se manifesta nas guerras comerciais entre os blocos imperialistas, como na disputa feroz entre EUA “versus” Japão, assim como no agravamento das lutas das nacionalidades. Mas a ideologia neoliberal acabou penetrando até mesmo em setores do movimento operário. Impactados com as novas tecnologias, passaram a assumir a defesa envergonhada da “revolução industrial” que, segundo eles, possibilitaria uma melhoria no padrão de vida da população mundial e uma nova estabilização do capitalismo. Para explicar os evidentes problemas sociais que se agravam sob o neoliberalismo, esses setores tentam mostrar que toda renovação pressupõe problemas no começo: naturais como as dores do parto. No entanto, vivemos numa fase aguda de decadência do capitalismo. E os avanços tecnológicos, ao serem apropriados pela burguesia e estarem ao serviço do lucro, passam a ser fatores de retrocesso no nível de vida das massas e não de sua melhoria. As novas máquinas, que possibilitariam uma diminuição do tempo de trabalho e aumento do tempo livre, são utilizadas para provocar o desemprego estrutural.
7. A cada dia que passa a situação social dos trabalhadores fica pior, mesmo nos chamados países de 10 mundo, que agora também convivem com altíssimos níveis de desemprego e com a perda de conquistas históricas.
8. A adesão e aceitação das idéias neoliberais pela esquerda reformista facilitou uma série de derrotas do proletariado e gerou confusão. A social democracia, desde o governo da França e Espanha, com Mitterrand e Felipe Gonzales à frente, seguiram Thatcher e Reagan na implementação do projeto neoliberal do imperialismo.

2º CONFUP

9. Mas, os ataques brutais ao nível de vida dos trabalhadores e a exclusão social produzida pelos planos neoliberais, começa a resultar em instabilidade política. Os ataques neoliberais ampliam a taxa de lucro dos capitalistas, mas resultam em uma instabilidade maior do conjunto do sistema, por uma série de fatores, dos quais o mais importante é a eclosão de grandes lutas do movimento operário e de massas. As mobilizações de dezembro na França são um símbolo do momento que estamos vivendo: iniciou a crise do neoliberalismo, com uma instabilidade crescente se estendendo aos países imperialistas.

CRESCE A LUTA CONTRA O NEOLIBERALISMO EM TODO O MUNDO

10. A greve geral dos trabalhadores do setor público na França foi talvez o movimento contra os planos neoliberais em um país do “primeiro mundo”, que mais se destacou no último período. Mas não foi o único.
11. E o que essas lutas vêm expor de forma clara e categórica, a verdadeira realidade gerada pela aplicação do projeto neoliberal. Os elementos de crise e os impasses que teimam em aparecer e reaparecer na economia desses países desmentem categoricamente o efeito milagroso que lhe era atribuído. Por outro lado tem agravado fortemente os problemas sociais. O desemprego cresce em toda a Europa, e os principais indicadores sociais mostram uma franca decadência das condições de vida dos trabalhadores daqueles países. Os planos de praticamente todos os governos dos chamado países industrializados, de extinguir ou diminuir drasticamente os investimentos na previdência social são uma expressão concreta dessa realidade e a face mais cruel da falência do neoliberalismo.
12. Por todo o mundo, então, se multiplicam lutas e mobilizações que, mesmo não tendo forças ainda para derrotar globalmente os ajustes neoliberais que vêm sendo aplicados na grande maioria dos países, pelo menos já jogaram por terra o mito da inevitabilidade da implantação desses ajustes e da impossibilidade de lutar contra eles. Na Espanha, no ano passado tivemos duas greves gerais; na Bélgica houveram, no início desse ano, greves e manifestações contra os cortes na previdência e nos gastos públicos; na Alemanha se iniciaram neste primeiro de maio uma grande jornada de lutas contra o governo, dando continuidade às lutas que já vinham sendo travadas pelo setor metalúrgico e pelos servidores públicos. Até mesmo nos Estados Unidos, a recente greve contra a terceirização, que paralisou completamente a gigante General Motors, veio demonstrar mais uma vez que os trabalhadores, de nenhuma região deste planeta, aceitam passivamente que lhe tirem os poucos direitos que têm.
13. Na América Latina - nosso continente - a Situação não é diferente.
14. No México, os camponeses promoveram o levante de Chiapas. E a explosão da economia mexicana em dezembro de 94 detonou o que era o “exemplo da modernidade neoliberal”.
15. A greve geral do Paraguai, no início de maio, com enfrentamentos violentos com a polícia, é expressão desse novo momento de lutas no continente. Também na Bolívia, há vários meses vêm acontecendo mobilizações muito fortes, com enfrentamentos de rua com a polícia. A luta dos bolivianos é contra a reforma da previdência e a reforma universitária, contra a privatização da empresa de petróleo e, no campo, em defesa das terras e dos direitos das famílias cocaleiras (plantadores de coca). Na Argentina houve marchas e uma greve geral no final do ano passado, contra o desemprego, e seguem acontecendo muitas mobilizações contra a política econômico do governo Menem. Naquele momento eram presos vários dirigentes sindicais. Tais como: Horácio Penário e Alcides Chisthasen; membros do movimento socialista argentino, e que continuam presos até hoje, por conta da postura reacionária do Governo Menem.
16. E assim poderíamos citar exemplos e mais exemplos de país por país, de como se desenvolve a resistência contra o neoliberalismo. Não é necessário. O que sim, é importante destacar, é que o motivo central das lutas em todos esses países é praticamente o mesmo: as consequências dos ajustes neoliberais (só para dar um exemplo: a luta contra as mudanças na previdência social está presente na Bolívia, na França, na Alemanha, Bélgica, no Brasil, etc.).

2º CONFUP

17. Esse quadro da situação política mundial, por outro lado, toma mais presente e concreta a necessidade e a possibilidade de retomada de uma cara tradição do movimento operário – a solidariedade internacional, A unidade política burguesa e a similaridade dos problemas causados aos trabalhadores de todo o mundo pela globalização da economia, recolocam fortemente o desafio para os trabalhadores e suas organizações de desenvolverem lutas comuns em nível internacional.
18. Desde já, propomos que tomemos iniciativas concretas no sentido da unificação internacional das lutas e campanhas contra os planos neoliberais. Além do apoio e solidariedade aos trabalhadores e setores em luta, como quando da greve da GM nos EUA, é possível e preciso, de imediato, articular campanhas e lutas unificadas.
19. É possível e preciso uma ação articulada do funcionalismo em toda a América Latina, que tem lutado sistematicamente nos diferentes países, como é o caso do funcionalismo das Províncias na Argentina ou dos professores na Bolívia. E possível articular uma campanha e uma jornada de luta comum em defesa da educação, saúde, previdência e por mais e melhores serviços públicos;
20. É preciso articular também uma campanha pela redução da jornada de trabalho, sem redução do salário em nível mundial, como foi a luta pelas 8 horas no início do século em toda a Europa. E preciso iniciar as articulações neste sentido pelos países e trabalhadores do Mercosul, estendê-las em nível da América Latina, bem como buscar articulações em todo o mundo. É possível de imediato uma campanha e uma jornada de lutas no Mercosul e em toda a América Latina pela redução da jornada de trabalho, sem redução salarial.

BRASIL: INSERÇÃO NA GLOBALIZAÇÃO SOB A BATUTA DO FMI

21. Na tentativa de superação de sua crise via globalização e neoliberalismo, o imperialismo reservou um papel distinto à América Latina, em particular aos chamados países emergentes. Na década de 90, esgotado o modelo de exigir o pagamento da dívida externa com o superávit de exportações, o imperialismo se viu obrigado a buscar uma nova saída para aumentar a sangria e manter seus lucros.
22. Partiram para uma política ainda mais colonizadora: fazer os países privatizarem suas estatais a baixo preço, entregando patrimônio em troca de títulos da dívida. Forçar a abertura das economias aos produtos imperialistas, abdicando da independência nacional a tal ponto, que suas moedas deixaram de ter uma proteção nacional, passando a ser lastreadas no dólar. Exigir o enxugamento do estado para coibir o déficit público, sucateando e desmontando os serviços sociais. Aí nasceram os planos de dolarização segundo o modelo neoliberal do chamado “Consenso de Washington”.
23. O objetivo fundamental integrar plenamente as economias nacionais ao circuito mundial: abrindo as fronteiras e os mercados à concorrência imperialista e aos seus produtos, entregando as riquezas e o patrimônio público, debilitando o Estado Nacional e, sobretudo, aumentando a exploração, através da reestruturação produtiva, dos ataques aos direitos trabalhistas e às conquistas sociais do conjunto dos trabalhadores.
24. O Plano de , em essência, não difere do Plano Collor. FHC retomou a ofensiva deste sobre o movimento operário, conforme manda a cartilha do FMI:
25. O governo avançou nas privatizações. Começou agora a entrega do setor de energia elétrica e a Vale do Rio Doce continua na mira. A quebra do monopólio do petróleo e das telecomunicações foi um grande trunfo do imperialismo, ainda que falte sua regulamentação.
26. Outro grande presente para o imperialismo foi a Lei de Patentes aprovada na Câmara, que trará consequências estruturais em inúmeros terrenos.
27. A reestruturação produtiva nas empresas está sendo implantada de forma acelerada, colocando o Brasil na rota do desemprego estrutural e da precarização do trabalho;

2º CONFUP

28. A abertura comercial, iniciada por Collor, não só se manteve, como se ampliou, o que está levando e acelerando a quebra de vários setores, tais como: calçados e têxtil (que já vinham de antes), bem como autopeças, material elétrico (componentes da indústria eletroeletrônica), etc. Isso também está atingindo o campo, quebrando milhares de pequenos e médios produtores rurais.
29. Por outro lado, fruto da concorrência, há um processo grande de concentração de capital. Tanto que grandes oligopólios ganham as concorrências, levando setores à falência, ou diretamente compram empresas e acabam dominando o mercado, como está havendo um processo grande de fusões. No ano passado houve 314 fusões e aquisições de empresas no Brasil. A Parmalat já engoliu trinta empresas nacionais. Desde o segundo semestre do ano passado, no setor de autopeças se registrou 20 aquisições e 5 “joint ventures”, sem contar que 8 fábricas foram fechadas. A última aquisição, foi a compra da Metal Leve pela empresa alemã Mahle.
30. FHC tem avançado também na reforma do Estado. Em que pese, que este não conseguiu ainda aprovar o conjunto das Reformas que a ordenam: Previdência e Administrativa (as demissões de funcionários nos estados e municípios já ultrapassam 380 mil servidores). De outro lado o sucateamento e o corte de verbas para os serviços sociais e para a saúde e educação, bem como os ataques brutais ao funcionalismo estão levando à evasão de técnicos, funcionários, graduados e professores universitários.
31. A reforma do Estado não corresponde apenas à necessidade de enxugá-lo. E um projeto reacionário que busca concentrar ainda mais riqueza e poder e dar subordinadamente maior racionalidade ao capital.
32. Para tal, faz-se necessário eliminar a possibilidade de que os trabalhadores - em especial os do Estado - possam não apenas contrapor à sua racionalidade, mas - e mais importante - serem elementos ativos na unidade com o conjunto da sociedade na busca de uma racionalidade que ultrapasse os limites do capital. Cientes de que se trata de um profundo embate de projetos - a famosa luta de classes - o governo procura minimizar e centralizar os trabalhadores do Estado. Daí a anunciada passagem dos setores ligados ao atendimento das necessidades da população para fora do Estado.
33. Trata-se do projeto de privatização do serviço público: ficam sob a administração estatal aqueles serviços estratégicos à implementação da racionalidade capitalista. No mais, tudo transformado em espaço reservado ao capital privado.

FHC É O GOVERNO DOS BANQUEIROS, DO GRANDE EMPRESARIADO E DO LATIFÚNDIO

34. A coalizão burguesa que sustenta FHC está articulada em torno do setor dominante: o grande capital financeiro, diretamente vinculado ao imperialismo. A aliança partidária do PSDB com o PFL a expressão da aliança entre a burguesia monopolista do Sudeste e a oligarquia do Nordeste (aquela mais ligada ao projeto de relação com o imperialismo). E o que sustenta essa coalizão exatamente a busca de uma vinculação mais decidida à economia imperialista “globalizada”. Dentro da coalizão estão os principais setores burgueses (os banqueiros, os grandes empresários e o latifúndio), mesmo os que têm determinadas contradições com o plano.
35. Pela sua relação com o imperialismo, a subserviência uma marca registrada desta coalizão, como na Lei das Patentes, no caso Sivam, na unidade burguesa pela quebra dos monopólios do petróleo e das telecomunicações, etc. Isso faz com que seu setor mais conseqüente seja o que está no comando efetivo da área econômica, integrado aos circuitos “globais”, ao capital financeiro internacional. Há setores que têm contradições com esse comando, questionam no varejo, mas não têm uma alternativa ao projeto neoliberal. É o caso de uma parte dos grandes empresários, que até marcharam sobre Brasília porque estão perdendo terreno na concorrência. Eles, em essência, exigem mais Exploração - mudança na Legislação Trabalhista e aceleração das Reformas - para que possam competir no mercado global.

2º CONFUP

36. Isso não quer dizer que não tenham importância as contradições existentes dentro dessa aliança. O tamanho do parque industrial instalado, do mercado a ser disputado, leva a disputas imensas pelas somas de “mais valia” a ser abocanhadas e os prejuízos a serem socializados (como na crise bancária e nas privatizações). Há uma disputa selvagem pela divisão do bolo e rapina do Estado.
37. Tudo isso prenuncia crises sucessivas nas alturas e acaba abrindo brechas para que o movimento de massas explore em suas lutas.
38. Os interesses a longo prazo dos setores burgueses se choca e se contradita com interesses localizados ou imediatos de parte desses setores. Tudo isso em detrimento da maioria da população.
39. Assim, esses choques e brechas podem e devem ser explorados pelo movimento, já que os mesmos dividem “n” vezes a burguesia.
40. No entanto, isto não significa que o movimento dos trabalhadores deva aliar-se a qualquer um dos diferentes setores burgueses. Pelo contrário, não há qualquer perspectiva de ser atendidas as reivindicações dos trabalhadores em aliança com qualquer destes setores. Por exemplo, a política das Câmaras Setoriais e a campanha contra o desemprego em aliança com a FIESP, promovida pela direção majoritária da CUT, na verdade traduzia-se numa campanha pelas reivindicações dos empresários: menos juros e menos recessão e não garantia um único emprego. Ao contrário, a FIESP quer mais exploração, flexibilização de direitos e demissão de funcionários públicos.

CRESCEM AS CONTRADIÇÕES DO PLANO E AS CONDIÇÕES PARA DERROTAR FHC.

41. Depois de 1 ano e meio de governo, o rei começa a ficar nu. Os bilhões dado aos banqueiros, o fisiologismo no Congresso, o ridículo aumento de R\$ 12,00 no salário mínimo, o ataque à aposentadoria por tempo de serviço, os massacres de sem terras, a explosão do desemprego, faz despencar a popularidade de FHC.
42. Aumentam as contradições do Plano Real e as dificuldades para o governo FHC tanto no terreno econômico, como social e político.
43. Do ponto de vista econômico, a manutenção do câmbio valorizado e dos altos juros para manter o patamar das reservas em dólares que dão lastro ao real, tem levado à explosão da dívida interna, que somada à externa é o que pressiona de fato o déficit público. Agregue-se a isso a crise do sistema financeiro, na qual o governo já torrou bilhões e está longe de ser resolvida. Do ponto de vista político, as contradições internas no interior da classe dominante têm levado a problemas crescentes no Congresso e mesmo no encaminhamento das Reformas, na velocidade que FHC precisaria. Do ponto de vista social, além do crescimento do arrocho e do desemprego que atinge em cheio a classe trabalhadora, há uma queda generalizada do nível de vida dos setores médios assalariados e a quebra de pequenos proprietários.
44. A indignação dos trabalhadores e da maioria da população com o governo e, fundamentalmente, a disposição para lutar manifestada na própria pesquisa encomendada pela CUT acerca da Greve Geral é o fator mais importante da conjuntura (apesar das poucas adesões em alguns setores). Pois, por mais problemas que tenham, o Plano Real e o projeto neoliberal não vão cair ou serem derrotados simplesmente pelas suas contradições internas. E preciso que os trabalhadores da cidade e do campo se unifiquem, após análise da Greve Geral, e sigam em luta de forma unificada para derrotar FHC e seu projeto.
45. Nesse sentido, negociações e acordos pontuais, nos marcos do projeto do governo, como se pautou a ação da direção majoritária da CUT durante todo o último ano só serve para legitimar e dar fôlego ao projeto do governo. Enfrentar eficientemente o projeto neoliberal e seus agentes no nosso país (FHC, FIESP, Banqueiros e Latifundiários), pressupõe

2º CONFUP

enfrentá-lo globalmente. E só com muita luta, muita mobilização e unidade da classe trabalhadora é que teremos fora para “virar a mesa”.

CONJUNTURA NA ÁREA DE PETRÓLEO

46. A mundialização e a globalização pretendem nivelar por baixo a situação dos trabalhadores e das populações subdesenvolvidas. E a rapina generalizada.
47. Esse processo tem como eixo principal golpear as antigas históricas conquistas da classe trabalhadora, atacando o serviço público social e privatizando as estatais.
48. Do nosso lado a resistência dos trabalhadores é débil e atomizada e a maioria das vezes é prejudicada por ter frente direções sindicais que não estão à altura para levar esta luta, algumas por terem a firme disposição de pactuar com estes planos das multinacionais e serem co-participantes destes chamados “novos” projetos, outros por corrupção e roubalheira, e outras ainda, apesar de bem intencionadas estão desinformadas e sem capacidade para este enfrentamento.
49. É necessário que a classe trabalhadora vá forjando uma direção alternativa, também a nível internacional, necessitando desenvolver uma política de “globalização sindical”, de “internacionalização de luta”, buscando a integração política e sindical. Retomando o fio da solidariedade internacionalista, aprendendo a compreender a realidade de cada categoria nos diferentes países.
50. Construindo os mais variados tipos de lutas concretas para se defender dos ataques patronais e governamentais
51. Os trabalhadores petroleiros podem cumprir um papel de vanguarda neste processo: Pelo seu papel produtivo a nível mundial, o petróleo ainda é a principal fonte energética do mundo, junto com o gás representam 52% de toda energia do mundo, movimentou em 1995 1,8 trilhões de dólares.
52. Metade do petróleo produzido no mundo é consumido pelas grande potências mundiais. No entanto a maior parte de sua produção é localizada em países subdesenvolvidos. 75% das reservas mundiais estão localizadas em 7 países (Árabes e Latino-Americanos).
53. O Japão importa 99% do seu consumo, Alemanha 96%, Itália e França 94%. E a maior potência, os USA, vivem um rebaixamento das reservas, em 1992 sua produção foi a mais baixa dos últimos 32 ANOS. Sua produção vem caindo 3% ao ano deste 1986. Em 1995 necessitou de 17 milhões barris/dia, e sua produção foi 9 milhões, portanto já importou quase 50% de sua necessidade, em comparação com a década de 70 que importava somente 20.7% e na década de 80 quando importava 35% a projeção para 1996 é em tomo de 53,7%.
54. Esta realidade combinada com instabilidade política do Oriente Médio: Crise do Canal de Suez em 1956, a Guerra dos 6 Dias, em 1967. A Guerra do Yom Kippur em 1973, A Revolução Iraniana em 1974, O Conflito Iran/Iraque em 1980, a recente guerra contra o Iraque e o crescente peso do Islamismo na região; fazem com que o imperialismo tenha a necessidade de assegurar uma região de produção energética tranqüila e estável. Para eles a América Latina.
55. Pretende entrar com suas próprias transnacionais na exploração do Golfo México, 50 bi.b/dia e produção 2,5 mi.b/dia; Venezuela 64bi/dia e produção 2,5 mi.b/dia; Equador com 400mil barris diários. Expandir sua produção na Colômbia 720 mil barris diários e entrar em áreas do Brasil 750 mil barris diários e Bolívia, para eles é uma questão de “Segurança Nacional”.
56. Assim que a ofensiva sobre a produção petroleira é imediata . Desencadeando em todo o continente os projetos de abertura petroleiras e privatizações das estatais. Assim como os ataques ao nível salarial e as conquistas sociais da categoria.

2º CONFUP

57. A resistência, como já foi dito, é débil e atomizada, mas existe em todo mundo. Basta nos lembrarmos das greves petroleira da Nigéria e da Noruega.
58. Algumas vezes é inconsciente e puramente sindical como os “paros” em Colômbia, Venezuela, Equador e Peru (entre 1995 e 1996). Outras vezes, assume uma caráter mais global e político, apesar das reivindicações específicas também figuradas, como o caso da greve petroleira no Brasil em maio de 1995 e as greves, marchas, e protestos dos petroleiros bolivianos.

Tese 5

Sindipetro - Ceará

CONJUNTURA NACIONAL/INTERNACIONAL

OS TRABALHADORES DIANTE DO NEOLIBERALISMO

1. Em que pese o fato da burguesia ainda comemorar a vitória política decorrente da desintegração da URSS e derrocada dos regimes socialistas do Leste Europeu, a evolução da economia capitalista nas últimas décadas indica que o sistema vive, em todo planeta, em fase crítica, de decadência, caracterizada pelos seguintes fatos:
2. Progressivo declínio das taxas de crescimento econômico, que nos países mais desenvolvidos situavam-se na casa dos 5% do PIB durante os anos 50/60 e oscilam hoje em torno de 2,5%. Tal declínio revela o esgotamento do padrão de acumulação proveniente do pós- guerra, baseado no aumento dos investimentos e da participação do Estado na economia.
3. Decadência do império norte-americano, conseqüente do desenvolvimento desigual das potências capitalistas desde o pós-guerra, que deságua no progressivo colapso da ordem econômica mundial institucionalizada através dos acordos de Bretton Woods (EUA).
4. Desemprego massivo e estrutural, sinal mais visível e dramático da crise econômica.

PRODUTIVIDADE E CRISE

5. Entre as causas mais profundas desta fase crítica e decadente, que se arrasta e amadurece desde meados da década de 70, destaca-se a queda das taxas de lucros auferidos pelo capital. O fenômeno está relacionado com a revolução da chamada composição orgânica do capital.
6. Entrelaçado com a fase crítica do sistema capitalista, verifica-se um grandioso desenvolvimento da produtividade do trabalho (e das forças produtivas), impulsionado pelas inovações tecnológicas - especialmente na área da informática. Frente ao ritmo e nível deste desenvolvimento, alguns observadores consideram que a economia mundial vive uma Revolução Industrial, com forte impacto sobre a composição orgânica do capital - nota-se uma apreciável redução do capital variável (contratação e pagamento de mão-de-obra). Como conseqüência, as taxas médias de lucro tendem a cair (e efetivamente declinaram nas últimas décadas), ao mesmo tempo em que o nível de emprego também refluí, e drasticamente, criando- se o fenômeno do desemprego tecnológico.

CREPÚSCULO DO ESTADO PREVIDENCIÁRIO

2º CONFUP

7. Condicionada pelas relações de produção capitalistas, a evolução da produtividade provoca dramáticas mudanças no mundo do trabalho e, ao contrário do que seria lógico e racional, queda generalizada no padrão de vida dos povos.
8. Com o declínio das taxas de acumulação, torna-se cada vez mais difícil, senão impossível (nos marcos do capitalismo), o financiamento do Estado de Bem-Estar Social, a garantia das conquistas trabalhistas acumuladas ao longo das últimas décadas e a obtenção de uma taxa razoável de crescimento do PIB. Os anos dourados do sistema (primeiras décadas PÓS - guerra), de grande prosperidade econômica e avanço dos direitos sociais, foram deixados para trás, cedendo lugar a uma fase de incontestável decadência, desempenho econômico medíocre, desmanche do Estado Previdenciário, eliminação e diminuição das conquistas populares.
9. O modelo de crescimento capitalista desenvolvido após 2 guerra foi uma expressão da falência e negação do velho liberalismo (desmoralizado pela depressão dos anos 30), baseando-se no agigantamento da intervenção estatal na economia e fazendo a glória das idéias elaboradas pelo economista inglês J. M. Keynes. Jogou também grande papel na definição da política econômica a bipolarização entre os sistemas capitalista e socialista (que, bem ou mal, assegurava saúde e educação públicas gratuitas, pleno emprego e outros benefícios aos trabalhadores).
10. Presentemente, o esgotamento deste modelo ensejou uma outra reação das classes dominantes. Motivadas pela necessidade de recompor as margens de lucros, e na esperança de inaugurar um novo ciclo histórico de desenvolvimento do capitalismo, elas colocam em prática um conjunto de medidas e políticas econômicas que vêm sendo apropriadamente caracterizadas de neoliberalismo, já que constituem efetivamente um retorno, ainda que enrustido, a velhas e surradas teses do liberalismo, em antítese ao pensamento keynesiano.
11. Entre as características do neoliberalismo, destacam-se:
 - Desmanche do Estado Previdenciário e redução das intervenções estatais na economia, inclusive com a privatização massiva das empresas públicas.
 - Eliminação e flexibilização dos direitos trabalhistas.
 - Desregulamentação generalizada.
12. Intensificação do processo de internacionalização da economia, ampliando-se a abertura para o fluxo de mercadorias e de capitais, impondo-se esta lógica às nações economicamente dependentes e criando-se blocos econômicos regionais, num processo que vem sendo denominado de globalização.
13. Pode-se dizer que, em suma, o objetivo neoliberal consiste em movimentar uma contra-tendência à queda nas taxas de lucros, elevando o grau de exploração sobre os trabalhadores, através da redução de salários (diretos e indiretos, compreendendo aí os direitos trabalhistas alcançados principalmente desde o pós-guerra e a precarização dos contratos e condições de trabalho); e eliminando impostos sobre o capital (subtraídos, em última instância, dos lucros) que eram destinados à subvenção do Estado Previdenciário.
14. De forma paralela e combinada com esta política, a burguesia está introduzindo novos métodos de gerenciamento da produção (copiados principalmente do modelo japonês), visando uma maior racionalização do processo de trabalho e aumento de produtividade, flexibilizando e otimizando a jornada.
15. Ao lado das inovações tecnológicas, que têm eliminado várias profissões e alterado a relação entre os chamados setores primário (agropecuária), secundário (indústria) e terciário (comércio e serviço) da economia - com a queda relativa, e mesmo absoluta, da participação da agropecuária e da indústria na oferta e geração de emprego -, os novos métodos gerenciais estimulam o trabalho precário e o subemprego, com funestos efeitos para os assalariados.
16. O neoliberalismo é a alternativa capitalista para a crise, provavelmente a única. Como saída praticamente consensual das elites, vem unindo diversas facções das classes

2º CONFUP

dominantes, a ponto de contagiar inclusive a política de tendências e partidos vinculados à social-democracia. Os fatos estão evidenciando que tal projeto não constitui uma solução para a crise econômica e social (muito pelo contrário). Embora resulte, como notou o historiador Perry Anderson, na elevação dos lucros auferidos pelo capital, as taxas de crescimento da economia nos países onde vem sendo aplicado continuam medíocres e mesmo em declínio, provavelmente como decorrência da revolução na composição orgânica do capital (que exige maior volume de investimentos para a reprodução ampliada do capital) e do crescente e globalizante parasitismo (desvio de capitais para compra de títulos, especulação com ações, consumo improdutivo além da capacidade produtiva, como no caso dos EUA, patenteado nos colossais déficits comerciais, e outros fenômenos do gênero). Os resultados mais palpáveis da política neoliberal são: desemprego em massa, arrocho dos salários e acentuada queda no padrão médio de vida da sociedade, através da eliminação de direitos trabalhistas e previdenciários.

17. Com o colapso da URSS e o fim da chamada guerra fria, novas contradições (que estavam germinando nas últimas décadas) emergem com força no cenário geopolítico e tendem a desempenhar um papel determinante nos acontecimentos futuros. Verifica-se a decomposição da liderança norte-americana, que tem como contrapartida a fulminante ascensão do Japão (e da Alemanha, em segundo plano). Hoje, a economia japonesa ostenta títulos que até há pouco eram exclusividade dos EUA: é dona das maiores empresas do globo, de oito entre os 10 maiores conglomerados financeiros; é também a maior credora enquanto os EUA, com déficits a médio prazo insustentáveis no balanço de pagamento e nas contas do setor público, transformaram-se, já desde a segunda metade dos anos 80, no país mais endividado do mundo. Este fenômeno coloca em curso, objetivamente, um movimento de transição para uma nova ordem capitalista mundial (econômica, diplomática e geopolítica), tendente a adequar os status políticos e militares das potências aos seus reais (e alterados) poderios econômicos relativos.
18. Recentemente os ideólogos burgueses criaram o conceito de globalização para caracterizar uma pretensa amenização e até suspensão das contradições entre as potências imperialistas. A globalização teria eliminado o vínculo do capital estrangeiro com seus países de origem, tornando obsoletas as fronteiras e os Estados nacionais e ria uma espécie de superimperialistas, no qual as contradições entre as potências capitalistas deixariam de ter razão, caducariam.
19. Tal teoria não está em harmonia com os fatos. Episódios como a ameaça de sobretaxa de 100% sobre as importações de automóveis japoneses, feita pelo governo dos EUA (a serviço das três ex-grandes de Detroit - GM, Ford e Chrysler), com cenas de espionagem patrocinada pela CIA; perda no caso Sivam (revelando um jogo sujo e pesado entre multinacionais norte-americanas e francesas), sem falar da guerra na ex-Iugoslávia, entre muitos outros, apontam em sentido contrário. Indicam o agravamento das tensões e contradições no seio do imperialismo e entre as nações. O fato é que o capitalismo continua desenvolvendo um movimento contraditório, que aponta tanto para a internacionalização quanto em direção ao nacionalismo e, embora impulse cada vez mais a ampliação e interligação dos mercados mundiais (de mercadorias, serviços e finanças), não se justifica a utilização do conceito de globalização, já elaborado com o objetivo de sugerir a inexistência de vínculos nacionais por parte dos monopólios e o fim dos conflitos interimperialistas.

FIM DA HISTÓRIA VIRA PESADELO

20. As perspectivas otimistas alardeadas pelos propagandistas burgueses após a derrocada do socialismo na URSS e em todo o Leste Europeu, como a generalizada transição para o capitalismo (baleias como o fim da história, implementação da democracia, eternização das economias de mercado, crescimento econômico e prosperidade social), revelam-se falsas.
21. A história mostra que foi deflagrado um processo reacionário naquela região. O retrocesso é visível nas estatísticas, que indicam declínio médio de 40% da produção industrial na Rússia, nos países que compõem a CEI e em todo o Leste Europeu desde o início das reformas capitalistas. O desemprego é massivo, a criminalidade é assustadora (carente de

2º CONFUP

uma burguesia nativa, visto que a existente foi liquidada pela revolução, a iniciativa privada na Rússia foi apropriada pela máfia e desenvolve-se com base na dilapidação do patrimônio público e no crime), a miséria se alastra.

22. Frustrado, o povo da região já está repudiando os políticos burgueses e vota massivamente na esquerda, e especialmente nos comunistas, possibilitando uma formidável derrota ao projeto burguês e neoliberal. E preciso destacar que isso ocorre apenas seis anos após a queda do muro de Berlim, marco do retrocesso ao capitalismo.
23. Os problemas do capitalismo, porém, não se limitam à Rússia e Leste Europeu. Também a ofensiva contra o Estado de Bem-Estar Social nos países mais desenvolvidos em geral e especialmente na Europa vem provocando forte resistência popular, da qual a evidência mais recente pode ser localizada nas poderosas, ousadas e prolongadas greves deflagradas pelos trabalhadores franceses contra a Reforma da Previdência redução dos gastos públicos com a saúde e outras iniciativas reacionárias do governo neoliberal da dupla Chirac-Juppé

CRESCE O PERIGO NEOFACISTA

24. Entrelaçado com o acirramento das contradições entre as grandes potências, provocado pelo desenvolvimento desigual e o irresistível declínio do império norte-americano, o neoliberalismo oferece perspectivas sombrias para a humanidade e ameaçadoras para a democracia. O sistema imperialista em crise tende à reação aberta. O ressurgimento (e crescimento) de movimentos neofacistas e avultamento da intolerância étnica no mundo são sinais preocupantes (e fortes não devendo ser menosprezados) nesta direção. Notemos que a estabilidade democrática presenciada desde o pós-guerra na maioria dos países imperialistas (e sobretudo na Europa, majoritariamente social-democrata), sempre esteve associada às condições econômicas favoráveis, que permitiam o financiamento do Estado Previdenciário e ampliação das conquistas populares. Assim como se alternam as fases do desenvolvimento econômico do capitalismo, tendem a se alternar, também as formas de domínio político da burguesia sobre o proletariado. A política de desmanche do Estado Previdenciário, desemprego em massa, arrocho dos salários e precarização do trabalho, provoca instabilidade política e pode exigir novos métodos de governo, antidemocráticos, fascistizantes. A época da colaboração de classes pode ter chegado ao fim.
25. Os trabalhadores, por outro lado, forçados a uma situação de defesa estratégica, estão reagindo (até com ímpeto revolucionário, como na França) contra a eliminação dos direitos, o desemprego em massa, o arrocho dos salários, embora sem muitas possibilidades de maiores avanços ou de conquistar novos benefícios nos marcos do sistema capitalista. Enfim - também ao contrário da realidade existente nas duas primeiras décadas do pós-guerra, quando se erigiu chamado Estado Previdenciário e registraram-se consideráveis conquistas -, as classes assalariadas estão correndo atrás do prejuízo. Enfrentam ainda os dilemas provenientes da crise do pensamento e do movimento socialista, acentuada com o colapso da URSS e a queda dos regimes ditos socialista do Leste Europeu.

SOCIALISMO É A ÚNICA ALTERNATIVA PROGRESSISTA

26. Não há solução para a crise nos marcos do capitalismo. A fase crítica e decadente do sistema (que em passado recente garantiu prosperidade econômica, estabilidade política e avanço dos direitos sociais) só apresenta a perspectiva de crescimento da miséria social, arrocho dos salários, desemprego em massa, ameaças à democracia, eliminação e redução de direitos. Por isto, o socialismo coloca-se (também de maneira objetiva e a cada dia mais) como a única saída progressista para a humanidade, a única alternativa à degradação social; como uma necessidade imperiosa para a humanidade. Os sindicalistas classistas têm a obrigação de compreender esta verdade (aprofundando o conhecimento) e propagandear-la com convicção e energia para os trabalhadores.
27. As condições históricas (econômicas, principalmente, devido ao grau mais avançado da produtividade do trabalho, e mesmo políticas) para o novo sistema social são mais

2º CONFUP

favoráveis na atualidade do que no início do século, possibilitando o advento de um socialismo mais avançado, democrático, renovado, com capacidade para superar muitos dos erros cometidos na ex-URSS e outros países. Porém, a conclusão de que a única saída para os trabalhadores é o socialismo não significa que a resistência ao neoliberalismo, a luta em defesa dos direitos sociais e pela ampliação das conquistas, deva ser abandonada. Pelo contrário, a participação ativa nas batalhas concretas, cotidianas, em defesa dos anseios e reivindicações das massas, elevará o nível de consciência dos assalariados e criará as condições subjetivas necessárias para a batalha maior pela ruptura revolucionária do sistema capitalista e conquista do socialismo.

CONJUNTURA NACIONAL

PLANO REAL E OFENSIVA CONTRA OS SINDICATOS E OS TRABALHADORES

28. No Brasil, como em outros países de economia dependente e altamente endividados, a crise tem efeitos mais dramáticos. Aqui, a política neoliberal, que enfrentou (desde Collor) e enfrenta apreciável resistência, começou a ser aplicada recentemente. Também os dramas provocados pelas inovações tecnológicas e novas técnicas gerenciais desenrolaram-se mais tarde.
29. A ofensiva contra os trabalhadores, em particular visando o esvaziamento dos sindicatos, e contra os interesses nacionais (em favor do capital estrangeiro) é feroz e está refletida no projeto de reforma constitucional (com quebra dos monopólios e eliminação de direitos sociais), desmanche da Previdência Social, desindexação dos salários e política de privatizações, entre outras.
30. O desemprego tecnológico já se instalou no Brasil como resultado da introdução de novas tecnologias e técnicas gerenciais, e é claramente indicado pelas estatísticas sobre as demissões efetuadas ultimamente. Segundo dados levantados pela FIESP, Ministério do Trabalho e Sindicato da Indústria da Construção Civil, s no Estado de São Paulo, 693 mil operários (24% do total) foram afastados da indústria nos últimos cinco anos; registrou-se ainda a demissão de 180 mil bancários, em todo país (23% do total) e de 501 mil trabalhadores da construção civil em SP (45% do total). O período considerado (últimos cinco anos) deixa claro que o problema não pode ser atribuído a dificuldades conjunturais, sendo suas principais causas o avanço da produtividade do trabalho através das novas tecnologias e a reestruturação produtiva, aliados à queda na taxa do crescimento econômico.
31. O impacto da política econômica do governo FHC, de restrição ao crédito e aos gastos públicos, sobre a atividade econômica e o nível de emprego não pode, por isso, ser ignorado.

GOVERNO FHC: UM NOVO PACTO DAS ELITES BRASILEIRAS

32. O governo FHC, com a coalizão que o elegeu, representa um novo pacto das elites brasileiras que se unificou em torno de um projeto para os próximos anos. Nos últimos 20 anos é a primeira vez que as elites recuperam a iniciativa política de conjunto. As sucessivas vitórias nas votações das reformas constitucionais, principalmente no capítulo da ordem econômica, são indicadoras do grau de adesão dos grupos dominantes. Procurando desenhar um projeto duradouro, contando com grande apoio da ampla burguesia.
33. Como em todas as experiências neoliberais, o populismo tem sido a forma de relacionamento dos governantes com as massas. Na América Latina são o Partido Justicialista (peronista) e o PRI mexicano que aplicam as políticas neoliberais, e mesmo Fujimori criou seu movimento com as mesmas características destes dois partidos populistas. Mesmo Thatcher e Reagan eram representantes de alas populistas dos seus partidos. No Brasil, o próprio Collor tentou construir um relacionamento direto com a população, seus apelos à “minha gente”, patéticos no final do curto mandato, foram a marca da sua vitória nas eleições.

2º CONFUP

34. Tudo indica que FHC não escapará da tentação populista. As atitudes imperiais do Presidente, suas tentativas de se comunicar direto com a população, seu desdém com os movimentos populares, a intolerância com o movimento sindical, juntamente com a constituição do Conselho das Comunidades Solidárias, por fora de qualquer representação da sociedade, são fortes indícios desse curso.

GOVERNO FHC E A CONTRADIÇÃO DA BASE POLÍTICA

35. Em que pese a coalizão conservadora do governo FHC, ter demonstrado um grau elevado de unidade no primeiro ano de governo, observa-se a agudização de uma característica da burguesia nacional, que pela falta de projeto próprio e uma proposta subsidiária ao capital internacional, defende-se em guetos, cada um colocando seu interesse em primeiro plano. Essa prática vem demonstrando uma fragilidade da base de apoio do governo que não aparecia nos primeiros momentos da administração, apesar de termos exemplos históricos desse procedimento.
36. Os exemplos são muitos, mas podemos ficar com a contradição da burguesia financeira que luta para não se abrir o mercado interno aos bancos estrangeiros, e os grandes latifundiários, os usineiros e os industriais que volta e meia se utilizam do guarda chuva estatal. Sem essa proteção, a burguesia nacional fica ao vento da sua própria incompetência.
37. Somadas a esse fator temos as eleições municipais, que tem caráter plebiscitário e produz o desabrochar do único medo que os políticos da base do governo têm - medo de povo. Nesse cenário percebe-se um gradual desencanto e um desgaste crescente do governo FHC. O que não significa dizer que FHC está sem apoio, apenas dá à oposição espaço, para de forma inteligente, alterar a correlação de forças circunstancial e progressivamente.

PROPOMOS CONSTRUIR NA LUTA A RESISTÊNCIA AO NEOLIBERALISMO

OPOSIÇÃO AO GOVERNO DE FHC

38. Formação de um amplo movimento intersindical e político para lutas contra o neoliberalismo e os seus efeitos desastrosos para os trabalhadores, e mais:
- a) Desmascarar o governo antinacionalista e antipopular de FHC;
 - b) Participar das eleições municipais buscando a união das forças de oposição;
 - c) Aprofundar a análise sobre os efeitos negativos da implantação do projeto neoliberal do governo FHC;
 - d) Apresentação de propostas populares à sociedade;
 - e) Oposição ao processo de privatização;
 - f) Em defesa da TELEBRAS, Vale do Rio Doce e outras empresas estratégicas;
 - g) Denunciar os partidos e parlamentares que apoiam as privatizações;
 - h) Iniciar com a categoria, a discussão dos projetos de regulamentação do setor petróleo, objetivando apoiar àquele(s) que contemplem a defesa da soberania nacional;
 - i) Denunciar a privatização da saúde e da educação;
 - j) Contra o desemprego, em defesa do salário e dos direitos sociais;
 - k) Contra o desemprego e melhores condições de trabalho;

2º CONFUP

- l) Lutar pela aprovação do projeto dos deputados federais Inácio Arruda (PCdoB/CE) e Paulo Paim (PT/RS), que reduz a jornada para 40 horas semanais e estabelece remuneração adicional de no mínimo 75% sobre a hora extra. Exigir a redução da jornada sem “flexibilização”, sem redução dos salários e sem corte nos encargos sociais.
- m) Lutar pela implantação de uma política contra o desemprego, procurando formas de unir e organizar os desempregados;
- n) Assegurar o direito de jornadas específicas (exemplo: servidores públicos federais);
- o) Viabilizar formação profissional diversificada para o trabalhador enfrentar o desemprego;
- p) Os sindicatos devem absorver os trabalhadores terceirizado na sua base;
- q) Total apoio ao Movimento dos Sem Terra;
- r) Lutar, junto ao Congresso Nacional, pela regulamentação do direito de Organização nos Locais de Trabalho, e implantação da convenção 158 da OIT, relativa à demissão imotivada;
- s) Em defesa da soberania nacional, por uma política de desenvolvimento do mercado interno com distribuição da renda;
- t) Defender a proteção e o estímulo nacional para a geração de empregos e distribuição da renda;
- u) Incentivo aos setores geradores de empregos e ao desenvolvimento tecnológico e científico do país;
- v) Restrições ao capital estrangeiro especulativo;
- w) Estabelecimento de uma política de desenvolvimento sustentável na busca de melhor qualidade de vida e preservação ambiental, tendo em vista que estas questões hoje somente encontram destaque na ótica do mercado capitalista;
- x) Denunciar a reforma administrativa do governo como um fator de esfacelamento do Estado brasileiro, que ameaça a soberania nacional;
- y) Defender o serviço público e de qualidade;
- z) Participar e contribuir na luta pela preservação ambiental.

Tese 6

Sindicato Único dos Petroleiros da Bahia

FORMAS DE LUTA

Algumas propostas:

1. Envolvimento e esclarecimento da sociedade em nossa campanha
2. Envolvimento de outras categorias e movimentos populares;
3. Criação de uma comissão nacional especializada para acompanhamento da atuação, fixação de critérios, diretrizes e procedimentos da MAS;
4. Amplo apoio ao movimento dos sem terra;

2º CONFUP

5. Deflagração imediata de reuniões setoriais preparatórias para a greve geral e campanha reivindicatória;
6. Utilização do carro de som em Salvador e periferia;
7. Promover arrecadação extraordinária junto a categoria para utilização dos meios de comunicação durante a campanha;
8. Panfletagem em lugares estratégicos;
9. Utilização de ações de mobilização crescentes que se desenvolverão até, se necessário, em greve;
10. Envolvimento dos aposentados nos movimentos;
11. Em caso de greve, garantir a paralisação da produção;
12. Realização de seminários regionais e nacional sobre automatização;
13. Investir em todas as lutas conjunturais para intensificar o desgaste do governo FHC;
14. Coordenação das lutas nacionais pela FUP até o Congresso Nacional;
15. Retomar a continuidade dos seminários da greve qualifica;
16. Implementar o Fundo Nacional de Luta dos petroleiros;
17. Continuar o trabalho de articulação parlamentar e com as lideranças;
18. Campanha de abertura de concurso público na Petrobrás.

Tese 7

Sindipetros Campinas/ SJC/ São Paulo e Mauá

CONJUNTURA NACIONAL/INTERNACIONAL

OS IMPACTOS SOCIAIS DA NOVA ESTRATÉGIA DO CAPITAL

1. O processo de implantação das políticas de cunho neoliberais está inserido no avanço do neoliberalismo como ideologia dominante nos diversos países do mundo.
2. Frente a derrocada do “Leste Europeu” e a superação da guerra fria, polarizada durante 4 décadas entre os EUA e a antiga União Soviética, coloca-se para o capital a necessidade de buscar novas estratégias de relações políticas e comerciais, visando, sobretudo, alcançar um novo padrão de desenvolvimento, que possibilite maior integração entre o 5 mercados nacionais, buscando consolidar o capitalismo enquanto projeto histórico vitorioso.
3. Para tanto, o mundo capitalista precisa superar o abalo que sofreu com a crise fiscal do Estado de Bem-Estar Social nos anos 70, abalo este reforçado pelos impactos da reestruturação produtiva, “que busca superar a “rigidez” da organização do processo de trabalho, de matriz taylorista-fordista, que também explicitou seus limites, na medida que novas tecnologias e novos materiais foram sendo introduzidos como meios necessários nesta nova fase de acumulação.
4. O discurso da classe dominante indica como caminho a ser trilhado, em contraposição ao padrão de desenvolvimento hegemônico no pós-guerra (fordista-keynesiano), a auto-regulamentação dos mercados, a flexibilização dos direitos trabalhistas e a redefinição do papel do Estado no processo de desenvolvimento econômico e social, sendo estas

2º CONFUP

condições “indispensáveis” para a retomada do crescimento e estimular a competitividade entre os diferentes setores, os quais sobreviverão a partir do padrão de qualidade e dos custos ou serviços no mercado.

5. Nesta perspectiva, seguiu-se um alto investimento em novas tecnologias e em novas formas de organização do trabalho, tendo como matriz o “toyotismo” ou “modelo Japonês”, que tem como princípios a descentralização nas tomadas de decisões, a participação, a qualidade e a eficiência. Esse processo vem possibilitando a flexibilização da produção, estabelecendo metas de qualidade e produtividade em níveis internacionais, mudando radicalmente a base produtiva. Para tanto, a flexibilização dos direitos dos trabalhadores também é alvo de profundo ataques.
6. Concomitante a isso, promove-se uma profunda reestruturação dos Estados Nacionais, através da privatização de setores não mais considerados estratégicos para investimento estatal, buscando-se reduzir o “tamanho do Estado”. Flexibiliza-se os direitos do funcionalismo público e dos trabalhadores das estatais, facilitando, assim, as demissões; e quebra-se “barreiras” cambiais que permitem a circulação de produtos nacionais.
7. A formação dos chamados blocos econômicos”, NAFTA, PACTO; UNIÃO EUROPÉIA, LESTE ASIÁTICO E MERCOSUL faz parte dessa lógica e constitui clara demonstração de que a globalização da economia é um processo irreversível. Porém, as contradições e dificuldades intra-regionais tem colocado uma série de dificuldades nesse processo. Não por acaso, a rodada Uruguai do GATT’ Acordo Geral de Tarifas - que iniciou em 1986, foi concluída apenas em 1993. Isso demonstrou que há muitas resistências em relação à flexibilização do trânsito de mercadorias e capitais, particularmente dos chamados “países da periferia” (entre estes o Brasil) em relação aos países industrializados que buscam impor regras comerciais que lhes favoreçam no mercado internacional.
8. Portanto, o processo de reestruturação produtiva faz parte de uma nova etapa de acumulação capitalista, em curso no mundo todo, com reflexos no Brasil. Essa estratégia adotada para superação da crise atual, em busca de um novo modelo de desenvolvimento econômico e social nos países europeus e nos EUA, tem levado a uma crescente política de privatizações, à flexibilização do trabalho, ao sucateamento das políticas públicas com consequentes ataques aos direitos de cidadania e à organização sindical.
9. Como a base dessa nova estratégia é aumentar a produtividade, às custas da redução de mão-de-obra e do fim da intervenção do Estado, como agente regulador do mercado, países como Inglaterra, França, Alemanha, Espanha entre outros, além de apresentarem índices crescentes de desemprego, sendo que a média de desempregados já aproxima-se dos 15% na União Européia, chegando próximo aos 14 milhões, vêm sofrendo uma sensível queda na qualidade da prestação dos serviços públicos. Desta forma, questões como garantia de emprego, redução e jornada de trabalho, redução das horas extras e manutenção dos direitos sociais estão novamente colocadas na pauta do sindicalismo europeu.
10. Estes aspectos demonstram que a via neoliberal, escolhida pelas elites, também apresenta seus limites, fazendo surgir fenômenos sociais como o “desemprego estrutural” e o reaparecimento de ideologias racistas, explícitas nos numerosos conflitos étnicos e nacionalistas.

“DESGOVERNO” FHC NO CONTEXTO NEOLIBERAL

11. Em consonância com a estratégia do capital internacional, o governo FHC não mede esforços para implantar esse modelo de desenvolvimento no Brasil. A aliança estabelecida entre PSDB e PFL com a adesão do PPB e PMPP, deixa claro o caminho pelo qual o país deve trilhar.
12. Com o apoio desses Partidos no Congresso, FHC apressa-se na implementação da chamada “agenda nacional”, com o argumento de que a estabilidade política do país depende do equilíbrio do Plano Real, que depende das reformas tidas como necessárias.

2º CONFUP

Nestas, incluem-se a reforma da previdência, a reforma administrativa, que prevê a quebra da estabilidade. do funcionalismo, e a reforma do sistema financeiro.

13. Seguindo a receita neoliberal, FHC deu início a implementação de sua plataforma de governo. Para além de Collor e Itamar, FHC prossegue na ambição da propalada “modernização” do país. Sustentado pelos interesses das elites, avançou no processo de privatizações, conseguindo aprovar a quebra do monopólio do petróleo e das telecomunicações e vem tentando impor perdas de direitos aos trabalhadores via reforma da previdência.
14. Na busca da redução do chamado “custo Brasil”, FHC lançou o programa de reestruturação do sistema financeiro (PROER), com bases em argumentos de que os bancos devem preparar-se para um contexto de estabilidade econômica. Na realidade, o que vimos foi uma sucessão de escândalos envolvendo setores do próprio governo em transações suspeitas, que já ultrapassaram R\$ 14 bilhões, para viabilizar processos de fusões (Unibanco-Nacional, Excelsior - Econômico e Bandeirantes - Banorte) salvando banqueiros com dinheiro do contribuinte.
15. Para abafar estes escândalos, como também o caso SIVAM -Sistema de Vigilância da Amazônia- e quebrar resistências que surgem em sua base de sustentação - PFL, PPB, PMPB e PSDB, Fernando Henrique lança mão de práticas, as quais a sociedade já havia condenado com o impeachment de Collor, com o fisiologismo do “toma lá, dá cá”. Assim, impede a instalação, da CPI dos bancos e consegue aprovar a proposta do relator da Reforma da Previdência: que representa mais uma colcha de retalhos, ao invés das reformas sérias de que a previdência necessita.
16. No entanto, com uma base de tradição fisiológica, essa aliança torna-se repleta de complexidade e as dificuldades desta aumentam ainda mais, quando se toca em temas como a reforma administrativa e tributária, particularmente esta última, onde muitos interesses estão em jogo. Um exemplo concreto é a chamada bancada ruralista que não tem interesse em mudar a forma de cobrança do imposto territorial rural, cuja quantia é tão ínfima, que muitos fazendeiros nem se dispõem a pagar. Além disso, tentam a flexibilização de uma dívida de 404 milhões junto ao Banco do Brasil. Não é à toa que o Brasil é o país com o maior índice de concentração de renda e de riquezas do mundo, segundo o Banco Mundial. Em função das pressões da sociedade quanto ao “toma lá, dá cá”, FHC se sente encurralado. Mudou o tom do discurso em relação ao fisiologismo na relação com sua base de sustentação no congresso e, como resposta, teve a rejeição do mesmo projeto de reforma da previdência que tinha aprovado anteriormente.
17. Com o tempo voltado para atender aos interesses de sua base parlamentar fisiológica, o governo de FHC tem sido um fracasso em trechos de políticas sociais. A crise nos setores da educação e da saúde aprofunda-se. O programa de compensação que deveria suprir as necessidades das classes menos favorecidas, o “Comunidade Solidária”, sofre de inanição pela incompetência do governo em dotá-lo de recursos para cumprir seu papel. Em consequência desse descaso, qualquer cidadão está sujeito a contaminações como as que ocorreram em Caruaru, no “escândalo da Hemodiálise”. No caso da educação, a situação salarial dos professores e as condições dos livros didáticos, distribuídos pelo ministério da educação com uma série de erros, são uma clara demonstração das prioridades do governo.
18. Em relação à reforma agrária, o governo fecha os olhos para a gravidade do problema fundiário no país e não cumpre as promessas de campanha. Com isso, cresce a tensão no campo, à medida em que crescem as ocupações. O resultado da incompetência governamental na resolução dos conflitos agrários, tem sido as chacinas de trabalhadores rurais sem terra, fazendo aumentar a dor e o desespero dos familiares. Enquanto isso, dados recentes mostram que apenas 0,9% da população ocupam 35% do total das terras, numa evidência de que o problema da concentração fundiária no país é muito grave.
19. Neste caso, a impunidade e a omissão do governo, tem levado os latifundiários a se armarem, organizando verdadeiras milícias para defender “suas” fazendas, quando não infiltram nos pelotões da PM matadores profissionais ou, até mesmo, financiam a própria PM para matar trabalhadores, como ocorreu recentemente em Eldorado dos Carajás no

2º CONFUP

Pará. Isso para impedir as ocupações dos trabalhadores rurais sem terra e inviabilizar a reforma agrária.

20. Para ampliar o caos social em que o país se encontra, a política econômica de FHC, cujas bases sustentam-se na valorização cambial, na elevada taxa de juros e no controle e restrições ao crédito tem provocado, a exemplo de outros países como México, Chile e Argentina, fortes retrações no conjunto da economia. Para conseguir manter a estabilidade do “Real” com juros elevados, o governo busca atrair capital estrangeiro (Dólar). Isso por sua vez, obriga-o a emitir títulos públicos, os quais agravam ainda mais a política fiscal do Estado. Dados da Folha de S. Paulo mostram que somente no primeiro trimestre de 96 os juros cresceram 87,5%, aumentando a dívida pública “de R\$ 108 bilhões, no final de 1995, para R\$ 138 bilhões, tendo como principais razões a compra de dólares de investidores estrangeiros e o socorro aos bancos “ (FSP 27/05/96).
21. Esta política tem levado à falência inúmeras empresas. Segundo dados do IBGE, somente no primeiro bimestre de 1996 a produção industrial no Brasil acumulou queda de 2,2% e o conjunto da produção física industrial sofreu, entre dezembro e fevereiro, uma redução de 1,7% (DESEP).

A CRISE DO EMPREGO NO BRASIL

22. O chamado “desemprego estrutural” como fenômeno no contexto do neoliberalismo, é fruto da conjunção entre as políticas de ajustes que vêm sendo implementadas pelo governo com o processo de reestruturação produtiva, que por sua vez é resultado do avanço tecnológico (surgimento de novas máquinas) e das novas formas de gestão do trabalho em todos os setores produtivos e de serviços.
23. E justamente por isso que o impacto da crise industrial sobre o emprego vem sendo alarmante. Dados do SEADE/DIEESE indicam que somente entre janeiro e março de 1996 o desemprego cresceu 2%, chegando em junho a 16,1% da PEA (População Economicamente Ativa) somente na grande São Paulo. O próprio presidente FHC, em visita recente à França, admitiu que o desemprego no Brasil deve aumentar em 96.
24. De um lado, o governo ignora os efeitos de suas políticas sobre o emprego, de outro, os empresários apegam-se às estratégias do governo para condicionar a criação de novos postos de trabalho à flexibilização de direitos trabalhistas, alegando que estes encarecem o processo de contratação e manutenção da mão-de-obra.
25. Esse argumento é de extrema fragilidade e falseia os verdadeiros interesses empresariais, quais sejam: ampliar a produtividade às custas da redução da mão-de-obra e flexibilizar o processo de trabalho, aprofundando, assim, um dos aspectos que têm contribuído para marginalização dos trabalhadores no processo de reestruturação, que é a precarização da mão-de-obra, ou seja, a desqualificação profissional. Por outro lado, em países onde o nível de desregulamentação alcançou patamares inimagináveis, como França, Espanha, México, Chile e Argentina, não se reverteu a questão do desemprego.
26. Portanto, a via da desregulamentação pura e simples, como propalam setores do governo e do empresariado e mesmo do movimento sindical no Brasil, não aponta para a solução do problema. A resolução desta crise em nosso país passa pela implementação da reforma agrária, cuja capacidade de geração de emprego atinge campo e cidade; pela implementação de políticas sociais, particularmente educação básica e profissional, buscando qualificar os trabalhadores, bem como seus filhos, para enfrentar um mercado altamente competitivo; pela redução da jornada de trabalho; pela limitação das horas extras; como também por uma reforma tributária que aponte para ampliação da distribuição de renda, que combata efetivamente a sonegação, causa maior da crise fiscal do Estado no Brasil.

2º CONFUP

27. Definir uma política de organização nos locais de trabalho, buscando garantir uma ação sindical mais eficaz em relação às condições de trabalho e segurança nos diversos espaços de trabalho da empresa, bem como sua articulação com as lutas dos movimentos populares, em defesa da integridade, qualidade de vida e meio ambiente.

Tese 8

Sindipetro Rio Grande do Sul

CONJUNTURA NACIONAL/INTERNACIONAL

CONJUNTURA INTERNACIONAL

O MUNDO DE UM PUNHADO DE DONOS

1. A fragmentação do bloco socialista no mundo determinou como consequência a predominância de um só sistema econômico, o capitalista. Existe hoje no mundo a tendência geral à concentração de renda, de capitais e de poder. Por trás de guerras estão interesses pelas riquezas do subsolo e pela demarcação das novas fronteiras.

DEPENDÊNCIA

2. Mudanças no papel do Estado, a exigência de “reformas estruturais” e a reestruturação produtiva, são os caminhos impostos aos países cuja trajetória histórica é marcada pela dependência.

TRABALHADORES

3. A redução dos direitos sociais e trabalhistas dos assalariados, o incremento da terceirização e as políticas de privatização que atingem vários países e do mundo, pegaram os trabalhadores ainda desarmados. Uma grande confusão ideológica lança o movimento sindical a uma divisão sem precedentes e milhões de trabalhadores ao descrédito na política.

AINDA É POUCO

4. Embora haja reações na Europa, notadamente na Itália e na França em particular, onde as tentativas de mudanças na previdência foram rechaçadas pelos trabalhadores e servidores públicos, na América Latina, de um modo geral, este movimento ainda não se constitui uma força decisiva para impedir o que se denomina de “nova” ordem internacional.
5. Nesta ordem, os países detentores do capital ditam as regras para as nações dependentes econômica, cultural e tecnologicamente.

CONJUNTURA NACIONAL

O BRASIL DAS ELITES X O BRASIL DOS TRABALHADORES

POLÍTICA NEOLIBERAL

6. No Brasil, a política neoliberal de Fernando Henrique Cardoso expressa claramente a receita ordenada pelas nações capitalistas mais fortes. A desestruturação do mercado nacional através da abertura às importações; a paridade do dólar com o real; os mecanismos recessivos de combate à inflação, combinaram com a política de privatização

2º CONFUP

com papéis podres e capital estrangeiro, com a ofensiva do Congresso, a mando do governo, de realizar cortes nos direitos, com o efetivo corte nas políticas sociais.

EXCLUSÃO E CONCENTRAÇÃO

7. O resultado tem sido a entrega das estatais a preços aviltados, o crescimento do desemprego a índices que beiram aos 15%, à exclusão de milhões de pessoas do mercado de trabalho e o seu lançamento ao mercado informal da subsistência, o aumento da miséria e da fome.
8. A concentração da renda atingiu índices nunca vistos no Brasil dos últimos 50 anos.

TECNOLOGIA = DESEMPREGO

9. As rápidas transformações na produção e a introdução da microinformática e processos automatizados criaram uma nova situação: um desemprego e uma marginalização crescente de trabalhadores, que passam a exigir maiores necessidades sociais.

O QUE É PIOR?

10. Passados dois anos da criação do Real, com o governo mantendo as reservas cambiais às custas de capitais especulativos, as classes dominantes no Brasil se dividem: de um lado estão os defensores intransigentes do projeto de FHC, e de outro seus críticos, que querem ou maior abertura ao capital estrangeiro ou defendem os interesses dos grandes grupos nacionais.
11. Gradativamente, também, grupos nacionais fundem-se com grupos estrangeiros. Empresas nacionais perdem a identidade com a equiparação das empresas de capital nacional com as de capital estrangeiro na Constituição.

DESMONTE GERAL

12. O discurso de FHC na campanha eleitoral comprovou-se falso nos compromissos com o povo, mas bastante coerente nos compromissos com as elites. Têm sido elas as principais aliadas do governo na sua política de desmonte do aparato de Estado e sucateamento dos serviços públicos.

Tese 9

Sindipetro – Caxias

CONJUNTURA NACIONAL/INTERNACIONAL

1. Este é o texto de contribuição à discussão do nosso congresso apresentado pelos companheiros do MTS - Movimento por uma Tendência Socialista - aos delegados credenciados.

A GLOBALIZAÇÃO DA CRISE

2. A “globalização” significa modificações estruturais da economia que foram se impondo por uma necessidade do capital. Os objetivos centrais dos capitalistas eram e são combater a tendência à queda da taxa de lucros e atacar o movimento operário e suas organizações. O capitalismo desde o fim do “boom” econômico do pós-guerra, no final dos anos sessenta, começou a desenvolver esta série de modificações estruturais conhecidas hoje

2º CONFUP

como a “globalização”, que teve na década de 80 seu grande desenvolvimento com os planos neoliberais.

3. Os planos neoliberais (dos anos 80 para a Europa e dos anos 90 para a América Latina) trouxeram profundas mudanças econômicas, sociais e políticas. Estas importantes mudanças estruturais ampliaram as características da etapa imperialista e reforçaram suas contradições. A concentração da produção em oligopólios se acelerou, com as modificações de sua produção e comercialização globalizadas. A dominação do capital financeiro se acentuou, levando a um caráter mais parasitário e especulativo do capitalismo. A exportação de capitais ganhou uma liberdade inédita e assumiu uma forma de “nuvens especulativas” de bilhões de dólares. A repartição do mundo entre os oligopólios e as potências imperialistas assumiu as formas de uma recolonização dos países dependentes e a formação dos blocos comerciais regionais.
4. O imperialismo associa a ofensiva econômica com a ofensiva política, ideológica e militar (as invasões apoiadas pela ONU). Mas, ao contrário da morte do socialismo, do fim da história e da ordem e da estabilidade apregoados pelos propagandistas do capitalismo, estamos perante a ampliação da anarquia da produção capitalista, da desordem, do caos social e da instabilidade.
5. A “globalização” da economia e as políticas de restauração do capitalismo no Leste Europeu, levaram até mesmo setores da esquerda a sucumbir à propaganda imperialista e a prever a superação, sob o capitalismo, da contradição entre a produção mundializada e as fronteiras nacionais. Para nós, está ocorrendo o oposto: está se ampliando a contradição entre a produção globalizada e os estados nacionais. Isto se manifesta nas guerras comerciais entre os blocos imperialistas, como na disputa feroz entre EUA “versus” Japão, assim como no agravamento das lutas das nacionalidades. Uma melhoria na produtividade de um setor determina a falência de fábricas em regiões inteiras em outro país.
6. Mas a ideologia neoliberal acabou penetrando até mesmo em setores do movimento operário. Impactados com as novas tecnologias, passaram a assumir a defesa envergonhada da “revolução industrial” que, segundo eles, possibilitaria uma melhoria no padrão de vida da população mundial e uma nova estabilização do capitalismo. Para explicar os evidentes problemas sociais que se agravam sob o neoliberalismo, esses setores tentam mostrar que toda renovação pressupõe problemas no começo: naturais como as dores do parto. No entanto, vivemos numa fase aguda de decadência do capitalismo. E os avanços tecnológicos, ao serem apropriados pela burguesia e estarem ao serviço do lucro, passam a ser fatores de retrocesso no nível de vida das massas e não de sua melhoria. As novas máquinas, que possibilitariam uma diminuição do tempo de trabalho e aumento do tempo livre, são utilizadas para provocar o desemprego estrutural.
7. A cada dia que passa a situação social dos trabalhadores fica pior, mesmo nos chamados países de primeiro mundo, que agora também convivem com altíssimos níveis de desemprego e com perdas de conquistas históricas.
8. A adesão e aceitação das idéias neoliberais pela esquerda reformista facilitou uma série de derrotas do proletariado e gerou confusão. A social democracia, desde o governo da França e Espanha, com Mitterrand e Felipe Gonzales à frente, seguiram Thatcher e Reagan na implementação do projeto neoliberal do imperialismo.
9. Mas, os ataques brutais ao nível de vida dos trabalhadores e a exclusão social produzida pelos planos neoliberais, começa a resultar em instabilidade política. Os ataques neoliberais ampliam a taxa de lucro dos capitalistas, mas resultam em uma instabilidade maior do conjunto do sistema, por uma série de fatores, dos quais o mais importante é a eclosão de grandes lutas do movimento operário e de massas. As mobilizações de dezembro na França são um símbolo do momento que estamos vivendo: iniciou a crise do neoliberalismo, com uma instabilidade crescente se estendendo aos países imperialistas.

CRESCE A LUTA CONTRA O NEOLIBERALISMO EM TODO O MUNDO

2º CONFUP

10. A greve geral dos trabalhadores do setor público na França foi talvez o movimento contra os planos neoliberais em um país do “primeiro mundo”, que mais se destacou no último período. Mas não foi o único.
11. E o que essas lutas vêm expor de forma clara e categórica, a verdadeira realidade gerada pela aplicação do projeto neoliberal. Os elementos de crise e os impasses que teimam em aparecer e reaparecer na economia desses países desmentem categoricamente o efeito milagroso que lhe era atribuído. Por outro lado, tem agravado fortemente os problemas sociais. O desemprego cresce em toda a Europa, e os principais indicadores sociais mostram uma franca decadência das condições de vida dos trabalhadores daqueles países. Os planos de praticamente todos os governos dos chamados países industrializados, de extinguir ou diminuir drasticamente os investimentos na previdência social são uma expressão concreta dessa realidade e a face mais cruel da falência do neoliberalismo.
12. Por todo o mundo, então, se multiplicam lutas e mobilizações que, mesmo não tendo forças ainda para derrotar globalmente os ajustes neoliberais que vêm sendo aplicados na grande maioria dos países, pelo menos já jogaram por terra o mito da inevitabilidade da implantação desses ajustes e da impossibilidade de lutar contra eles. Na Espanha, no ano passado tivemos duas greves gerais; na Bélgica houve, no início desse ano, greves e manifestações contra os cortes na previdência e nos gastos públicos; na Alemanha se iniciaram neste primeiro de maio uma grande jornada de lutas contra o governo, dando continuidade às lutas que já vinham sendo travadas pelo setor metalúrgico e pelos servidores públicos. Até mesmo nos Estados Unidos, a recente greve contra a terceirização, que paralisou completamente a gigante General Motors, veio demonstrar mais uma vez que os trabalhadores, de nenhuma região deste planeta, aceitam passivamente que lhe tirem os poucos direitos que têm.
13. Como no primeiro mundo, também nos países subdesenvolvidos ou “em desenvolvimento”, a aplicação dos planos neoliberais e a reestruturação produtiva tem mostrado seus efeitos e a reação da nossa classe a estes ataques. Na América Latina - nosso continente - a situação não é diferente.
14. No México, o ascenso dos camponeses levou ao levante de Chiapas, E a explosão da economia mexicana em dezembro de 94 detonou o que era o “exemplo da modernidade neoliberal”. A greve geral do Paraguai, no início de maio, com enfrentamentos violentos com a polícia, é expressão desse novo momento de lutas no continente. Também na Bolívia, há vários meses vêm acontecendo mobilizações muito fortes, com enfrentamentos de rua com a polícia. A luta dos bolivianos é contra a reforma da previdência e a reforma universitária, contra a privatização da empresa de petróleo e, no campo, em defesa das terras e dos direitos das famílias cocaleiras (plantadores de coca). Na Argentina houve marchas e uma greve geral no final do ano passado, contra o desemprego, e seguem acontecendo muitas mobilizações contra a política econômica do governo Menem.
15. E assim poderíamos citar exemplos e mais exemplos de país por país, de como se desenvolve a resistência contra o neoliberalismo. Não é necessário. O que sim, é importante destacar, é que o motivo central das lutas em todos esses países é praticamente o mesmo: as consequências dos ajustes neoliberais (só para dar um exemplo: a luta contra as mudanças na previdência social está presente na Bolívia, na França, na Alemanha, na Bélgica, no Brasil, etc.)
16. Esse quadro da situação política mundial, por outro lado, torna mais presente e concreta a necessidade e a possibilidade de retomada de uma cara tradição do movimento operário - a solidariedade internacional. A unidade política burguesa e a similaridade dos problemas causados aos trabalhadores de todo o mundo pela globalização da economia, recolocam fortemente o desafio para os trabalhadores e suas organizações de desenvolverem lutas comuns em nível internacional.
17. Desde já, propomos que tomemos iniciativas concretas no sentido da unificação internacional das lutas e campanhas contra os planos neoliberais. Além do apoio e solidariedade aos trabalhadores e setores em luta, como quando da greve da GM nos EUA, é possível e preciso, de imediato, articular campanhas e lutas unificadas.

2º CONFUP

18. É possível e preciso uma ação articulada do funcionalismo em toda a América Latina, que tem lutado sistematicamente nos diferentes países, como é o caso do funcionalismo das Províncias na Argentina ou dos professores na Bolívia. É possível articular uma campanha e uma jornada de luta comum em defesa da educação, saúde, previdência e por mais e melhores serviços públicos.
19. É preciso articular também uma campanha pela redução da jornada de trabalho, sem redução do salário em nível mundial, como foi a luta pelas 8 horas no início do século em toda a Europa. É preciso iniciar as articulações neste sentido pelos países e trabalhadores do Mercosul, estendê-las em nível da América Latina, bem como buscar articulações em todo o mundo. É possível de imediato uma campanha e uma jornada de lutas no Mercosul e em toda a América Latina pela redução da jornada de trabalho, sem redução salarial.

BRASIL: INSERÇÃO NA GLOBALIZAÇÃO SOB A BATUTA DO FMI

20. Na tentativa de superação de sua crise via globalização e neoliberalismo, o imperialismo reservou um papel distinto à América Latina, em particular aos chamados países emergentes. Na década de 90, esgotado o modelo de exigir o pagamento da dívida externa com o superávit de exportações, o imperialismo se viu obrigado a buscar uma nova saída para aumentar a sangria e manter seus lucros.
21. Partiram para uma política ainda mais colonizadora: fazer os países privatizarem suas estatais a baixo preço, entregando patrimônio em troca de títulos da dívida. Forçar a abertura das economias aos produtos imperialistas, abdicando da independência nacional a tal ponto, que suas moedas deixaram de ter uma proteção nacional, passando a ser lastreadas no dólar. Exigir o enxugamento do estado para coibir o déficit público, sucateando e desmontando os serviços sociais. Aí nasceram os planos de dolarização segundo o modelo neoliberal do chamado “Consenso de Washington”.
22. O objetivo fundamental integrar plenamente as economias nacionais ao circuito mundial: abrindo as fronteiras e os mercados à concorrência imperialista e aos seus produtos, entregando as riquezas e o patrimônio público, debilitando o Estado Nacional e, sobretudo, aumentando a exploração, através da reestruturação produtiva, dos ataques aos direitos trabalhistas e às conquistas sociais do conjunto dos trabalhadores.
23. O Plano de FHC em essência não difere do Plano Collor. FHC retomou a ofensiva deste sobre o movimento operário conforme manda a cartilha do FMI.
24. O governo avançou nas privatizações. Começou agora a entrega do setor de energia elétrica e a Vale do Rio Doce continua na mira. A quebra do monopólio do petróleo e das telecomunicações foi um grande trunfo do imperialismo, ainda que falte sua regulamentação.
25. Outro grande presente para o imperialismo foi a Lei de Patentes aprovada na Câmara, que trará consequências estruturais em inúmeros terrenos.
26. A reestruturação produtiva nas empresas está sendo implantada de forma acelerada, colocando o Brasil na rota do desemprego estrutural e da precarização do trabalho
27. A abertura comercial, iniciada por Collor, não só se manteve, como se ampliou, o que está levando e acelerando a quebra de vários setores, tais como: calçados e têxtil (que já vinham de antes), bem como autopeças, material elétrico (componentes da indústria eletroeletrônica) etc. Isso também está atingindo o campo, quebrando milhares de pequenos e médios produtores.
28. Por outro lado, fruto da concorrência, há um processo grande de concentração de capital. Tanto que grandes oligopólios ganham as concorrências, levando setores à falência, ou diretamente compram empresas e acabam dominando o mercado, como está havendo um processo grande de fusões. No ano passado houve 314 fusões e aquisições de empresas no Brasil. A Parmalat já engoliu trinta empresas nacionais. Desde o segundo semestre do ano

2º CONFUP

passado, no setor de autopeças se registrou 20 aquisições e 5 “joint ventures”, sem contar que 8 fábricas foram fechadas. A última aquisição, foi a compra da Metal Leve pela empresa alemã Mahle.

29. FHC tem avançado também na reforma do Estado. Em que pese, que este não conseguiu ainda aprovar o conjunto das Reformas que a ordenam: Previdência e Administrativa (as demissões de funcionários nos estados e municípios já ultrapassam 380 mil servidores). De outro lado, o sucateamento e o corte de verbas para os serviços sociais e para a saúde e educação, bem como os ataques brutais ao funcionalismo estão levando à evasão de técnicos, funcionários graduados e professores universitários.
30. A reforma do Estado não corresponde apenas à necessidade de enxugá-lo. É um projeto reacionário que busca concentrar ainda mais riqueza e poder e dar subordinadamente maior racionalidade ao capital.
31. Para tal, faz-se necessário eliminar a possibilidade de que os trabalhadores - em especial os do Estado - possam não apenas contrapor à sua racionalidade, mas - e mais importante - serem elementos ativos na unidade com o conjunto da sociedade na busca de uma racionalidade que ultrapasse os limites do capital. Cientes de que se trata de um profundo embate de projetos - a famosa luta de classes - o governo procura minimizar e centralizar os trabalhadores do Estado. Daí a anunciada passagem dos setores ligados ao atendimento das necessidades da população para fora do Estado.
32. Trata-se do projeto de privatização do serviço público: ficam sob a administração estatal aqueles serviços estratégicos à implementação da racionalidade capitalista. No mais, tudo transformado em espaço reservado ao capital privado.

FHC É O GOVERNO DOS BANQUEIROS, DO GRANDE EMPRESARIADO E DO LATIFÚNDIO

33. A coalizão burguesa que sustenta FHC está articulada em torno do setor dominante: o grande capital financeiro, diretamente vinculado ao imperialismo. A aliança partidária do PSDB com o PFL a expressão da aliança entre a burguesia monopolista do Sudeste e a oligarquia do Nordeste (aquela mais ligada ao projeto de relação com o imperialismo). É o que sustenta essa coalizão exatamente a busca de uma vinculação mais decidida à economia imperialista “globalizada”. Dentro da coalizão estão ‘os principais setores burgueses (os banqueiros, os grandes empresários e o latifúndio), mesmo os que têm determinadas contradições com o plano.
34. Pela sua relação com o imperialismo, a subserviência uma marca registrada desta coalizão, como na Lei das Patentes, no caso Sivam, na unidade burguesa pela quebra dos monopólios do petróleo e das telecomunicações etc. Isso faz com que seu setor mais consequente seja o que está no comando efetivo da área econômica, integrado aos circuitos “globais”, ao capital financeiro internacional. Há setores que têm contradições com esse comando, questionam no varejo, mas não têm uma alternativa ao projeto neoliberal. É o caso de uma parte dos grandes empresários, que até marcharam sobre Brasília porque estão perdendo terreno na concorrência. Eles, em essência, exigem mais Exploração - mudança na Legislação Trabalhista e aceleração das Reformas - para que possam competir no mercado global.
35. Isso não quer dizer que não tenham importância as contradições existentes dentro dessa aliança. O tamanho do parque industrial instalado, do mercado a ser disputado, leva a disputas imensas pelas somas de “mais valia” a ser abocanhadas e os prejuízos a serem socializados (como na crise bancária e nas privatizações). Há uma disputa selvagem pela divisão do bolo e rapina do Estado.
36. Tudo isso prenuncia crises sucessivas nas alturas e acaba abrindo brechas para que o movimento de massas explore em suas lutas.

2º CONFUP

37. Os interesses a longo prazo dos setores burgueses se choca e se contradiz com interesses localizados ou imediatos de parte desses setores. Tudo isso em detrimento da maioria da população.
38. Assim, esses choques e brechas podem e devem ser explorados pelo movimento, já que os mesmos dividem “n” vezes a burguesia.
39. No entanto, isto não significa que o movimento dos trabalhadores deva aliar-se a qualquer um dos diferentes setores burgueses. Pelo contrário, não há qualquer perspectiva de serem atendidas as reivindicações dos trabalhadores em aliança com qualquer destes setores. Por exemplo, a política das Câmaras Setoriais e a campanha contra o desemprego em aliança com a FIESP, promovida pela direção majoritária da CUT, na verdade, traduzia-se numa campanha pelas reivindicações dos empresários: menos juros e menos recessão e não garantia um único emprego. Ao contrário, a FIESP quer mais exploração, flexibilização de direitos e demissão de funcionários públicos.

CRESCEM AS CONTRADIÇÕES DO PLANO

AS CONDIÇÕES PARA DERROTAR FHC

40. Depois de 1 ano e meio de governo, o rei começa a ficar nu. Os bilhões dado aos banqueiros, o fisiologismo no Congresso, o ridículo aumento de R\$ 12,00 no salário mínimo, o ataque à aposentadoria por tempo de serviço, os massacres de sem terras, a explosão do desemprego, faz despencar a popularidade de FHC.
41. Aumentam as contradições do Plano Real e as dificuldades para o governo FHC tanto no terreno econômico, como social e político.
42. Do ponto de vista econômico, a manutenção do câmbio valorizado e dos altos juros para manter o patamar das reservas em dólares que dão lastro ao real, têm levado à explosão da dívida interna que, somada à externa é o que pressiona de fato o déficit público. Agregue-se a isso a crise do sistema financeiro, na qual o governo já torrou bilhões e está longe de ser resolvida. Do ponto de vista político, as contradições internas no interior da classe dominante têm levado a problemas crescentes no Congresso e mesmo no encaminhamento das Reformas, na velocidade que FHC precisaria. Do ponto de vista social, além do crescimento do arrocho e do desemprego que atinge em cheio a classe trabalhadora, há uma queda generalizada do nível de vida dos setores médios assalariados e a quebra de pequenos proprietários.
43. A indignação dos trabalhadores e da maioria da população com o governo e, fundamentalmente, a disposição para lutar manifestada na própria pesquisa encomendada pela CUT acerca da Greve Geral é o fator mais importante da conjuntura (apesar das poucas adesões em alguns setores). Pois, por mais problemas que tenham, o Plano Real e o projeto neoliberal não vão cair ou serem derrotados simplesmente pelas suas contradições internas. É preciso que os trabalhadores da cidade e do campo se unifiquem, após análise da Greve Geral, e sigam em luta de forma unificada para derrotar FHC e seu projeto.
44. Nesse sentido, negociações e acordos pontuais, nos marcos do projeto do governo, como se pautou a ação da direção majoritária da CUT durante todo o último ano só serve para legitimar e dar fôlego ao projeto do governo. Enfrentar eficientemente o projeto neoliberal e seus agentes no nosso país (FHC, FIESP, Banqueiros e Latifundiários), pressupõe enfrentá-lo globalmente. E só com muita luta, muita mobilização e unidade da classe trabalhadora é que teremos força para “virar a mesa”.

A SAÍDA CONTRA O PROJETO NEOLIBERAL É O SOCIALISMO

45. Nenhuma alternativa é possível ou viável para o conjunto da sociedade e para todas as classes sociais. No sistema capitalista, o que norteia é o lucro e a exploração da classe trabalhadora para que seja garantida aos donos dos meios de produção cada vez lucros e riquezas. Enquanto isso, a maioria da população, a classe trabalhadora e explorados em

2º CONFUP

geral vê seu nível de vida chegar ao desespero. A usura dos capitalistas coloca para os trabalhadores uma situação de penúria agravante, chegando ao ponto de hoje vermos sinais claros de barbárie despontando aos olhos de todo o mundo, em todos os países, inclusive os do chamado primeiro mundo.

46. Alguns colocam a necessidade de que a população possa ser respeitada em seus direitos, e que cada homem deve ser tratado como cidadão. O problema é que a burguesia, ao se enfrentar com os explorados, não vem para o combate homem a homem. Atinge cada um de nós individualmente, mas faz isso enquanto classe social. E para isso mantém um forte controle sobre todas as instituições da sociedade, como no legislativo, executivo, judiciário, exército etc.
47. Existem companheiros que afirmam que, por isso, a saída é ocupar também os espaços na sociedade civil, a chamada “guerra de posições” para que a nossa classe possa se fortalecer para um embate mais global. Nós achamos que devemos buscar todos os espaços dentro das instituições para que seja denunciado o caráter de manutenção do poder capitalista sobre o conjunto do povo e todas as aberrações de corrupção e opressão que nossa classe está sujeita pelo parlamento, pela justiça etc.
48. Estas denúncias, é a alteração da correlação de forças entre as classes. E isso é possibilitado somente pelo movimento vivo, organizado, no combate direto, das mobilizações, greves e convulsões sociais. Ou seja, nosso centro deve ser a mobilização e organização permanente do movimento de massas.
49. Esta é a história de nossa classe no Brasil e no mundo: a luta e a resistência sempre tiveram que passar pelo embate direto entre nós, trabalhadores e a classe dominante. Este é o único caminho da vitória. Não existem atalhos nesta caminhada.
50. Mesmo assim é preciso que nossa classe possa se dotar de uma ferramenta indispensável nesta luta: um programa que relacione suas reivindicações imediatas com suas necessidades históricas. Em nosso modo de ver, os eixos centrais deste programa devem ser:
 - a) Não ao pagamento da dívida externa
 - b) Estatização do sistema financeiro
 - c) Salário mínimo do Dieese
 - d) Reajuste automático dos salários, de acordo com a inflação
 - e) Redução da jornada de trabalho sem redução dos salários
 - f) Reforma agrária sob controle dos trabalhadores
 - g) Não às privatizações! Estatais sob controle dos trabalhadores
 - h) Conselhos populares

CONJUNTURA NA ÁREA DE PETRÓLEO

51. A mundialização e a globalização pretendem nivelar por baixo a situação dos trabalhadores e das populações subdesenvolvidas. E a rapina generalizada.
52. Esses processo tem como eixo principal golpear as velhas conquistas da classe trabalhadora, atacando o serviço público social e privatizando as estatais.
53. Do nosso lado a resistência dos trabalhadores é débil e atomizada e a maioria das vezes é prejudicada por ter frente direções sindicais que não estão à altura para levar esta luta, algumas por terem a firme disposição de pactuar com estes planos das multinacionais e serem co-participantes destes chamados “novos” projetos, outros por corrupção e roubo, e outras ainda, apesar de bem intencionadas estão desenformadas e sem capacidade para este enfrentamento.
54. É necessário que a classe trabalhadora vá forjando uma direção alternativa, também a nível internacional, necessitando desenvolver uma política de “globalização sindical”, de “internacionalização de luta”, buscando a integração política e sindical. Retomando o fio

2º CONFUP

da solidariedade internacionalista, aprendendo a compreender a realidade de cada categoria nos diferentes países.

55. Construindo os mais variados tipos de lutas concretas para se defender dos ataques patronais e governamentais.
56. Os trabalhadores petroleiros podem cumprir um papel de vanguarda neste processo: Pelo seu papel produtivo a nível mundial, o petróleo ainda é a principal fonte energética do mundo, junto com o gás representam 52% de toda energia do mundo, movimentou em 1995, 1,8 trilhões de dólares.
57. Metade do petróleo produzido no mundo é consumido pelas grandes potências mundiais, No entanto a maior parte de sua produção é localizada em países subdesenvolvidos. 75% das reservas mundiais estão localizadas em 7 países (Árabes e Latino-Americanos).
58. O Japão importa 99% do seu consumo, Alemanha 96%, Itália e França 94%. E a maior potência, os USA, vivem um rebaixamento das reservas, em 1992 sua produção foi a mais baixa dos últimos 32 anos. Sua produção vem caindo 3% ao ano desde 1986. Em 1995 necessitou de 17 milhões barris/dia, e sua produção foi 9 milhões, portanto já importou quase 50% de sua necessidade, em comparação com a década de 70 que importava somente 20.7% e na década de 80 quando importava 35% a projeção para 1996 é em torno de 53,7%.
59. Esta realidade combinada com instabilidade política do Oriente Médio: Crise do Cana! de Suez em 1956, a Guerra dos 6 Dias em 1967. A Guerra do Yom Kippur em 1973, A Revolução Iraniana em 1974, o conflito Iran/Iraque em 1980, a recente guerra contra o Iraque e o crescente peso do Islamismo na região; fazem com que o imperialismo tenha a necessidade de assegurar uma região de produção energética tranquila e estável. Para eles a América Latina.
60. Pretende entrar com suas próprias transnacionais na exploração do Golfo México, 50 bi.b/dia e produção 2,5 mi.b/dia; Venezuela 64bi/dia e produção 2,5 mi.b/dia; Equador com 400mil barris diários. Expandir sua produção em Colômbia 720 mil barris diários e entrar em áreas do Brasil 650 mil barris diários e Bolívia, para eles é uma questão de “Segurança Nacional”.
61. Assim que a ofensiva sobre a produção petroleira é imediata. Desencadeando em todo o continente os projetos de abertura petroleiras e privatizações das estatais. Assim como os ataques ao nível salarial e as conquistas sociais da categoria.
62. A resistência, como já foi dito, é débil e atomizada, mas existe em todo mundo. Basta nos lembrarmos das greves petroleira da Nigéria e da Noruega.
63. Algumas vezes é inconsciente e puramente sindical como os “paros” em Colômbia, Venezuela, Equador e Peru (entre 1995 e 1996). Outras vezes assume uma caráter mais global e político, apesar das reivindicações específicas também figuradas, como o caso da greve petroleira no Brasil em maio de 1995 e as greves, marchas, e protestos dos petroleiros bolivianos.

Resoluções

SINDICALISMO E AÇÃO SINDICAL

1. **Polêmica: 1** - Visando a construção da unidade política da militância do campo cutista, este Congresso recomenda que todas as forças políticas organizadas na categoria construam chapas unitárias formadas em convenções. As chapas unitárias assim

2º CONFUP

construídas devem respeitar a proporcionalidade qualificada para todas as instâncias da entidade.

POLÍTICA DE AÇÃO SINDICAL

2. Valores
3. Construção de uma nação soberana e justa com seu povo
4. Estabelecimento da democracia
5. **Polêmica. 2** - preservação do estado enquanto um instrumento que proporcione o desenvolvimento, a justiça, a liberdade e o progresso social e também como agente que elimine os privilégios da classe que sabota e oprime a nação.

CAMINHOS GERAIS

6. Repúdio ao sistema financeiro nacional.
7. Repúdio a toda e qualquer decisão que direta ou indiretamente inviabilizam a nossa auto-determinação enquanto povo. Ex. Lei de Patentes; privatização de setores estratégicos; quebra do serviço público como educação e saúde; exploração das riquezas minerais pelos agentes externos.
8. Abertura de canal de informação com a sociedade, respeitando a diversidade existente.
9. Promover a base conceitual nos trabalhadores, favorecendo a unificação e a reação.
10. Abortar as ações isoladas que so tem servido a fragmentação e ao avanço do sistema.

CAMINHOS ESPECÍFICOS NO SETOR ESTATAL E PÚBLICO

11. **Polêmica 3** - Criação de um comando, a semelhança ao que existia nos petroleiros que unifique estes setores (FTESP) - Federação dos Trabalhadores em Estatais e Serviços Públicos
12. Unificar as propostas nestes setores,
13. Unificam a da das reivindicações,
14. Fundamentar nestes setores os objetivos que os une
15. Desestimular as ações isoladas.

SETEMBRO

16. Esclarecer - Temos cara a visão que, a decisão por posturas semelhantes as que tem ocorrido, além de impor a categoria mais derrotas e o consequente aprofundamento da fragmentação já existente, estaremos aprofundando a crença na impotência. Deve estar claro nas nossas cabeças que sozinhos:
 - a) não mudaremos a conjuntura;
 - b) nos submeteremos ao TST;
 - c) alargaremos a distância entre nós e a sociedade;
 - d) abriremos espaços aos oportunistas em nossas organizações.

PLANO DE AÇÃO

17. A greve geral de 21 de junho foi um movimento muito positivo. Um protesto importante do povo brasileiro, que envolveu a ação de categorias organizadas do movimento sindical, mas que também contou com uma grande adesão Popular. Foram entre 12 e 14 milhões de trabalhadores que, de uma forma ou de outra, participaram da maior ação já realizada contra o governo FHC. Apesar de não ter sido um movimento forte o suficiente para mudar a relação de forças na conjuntura, essa greve colocou o enfrentamento com a política de FHC num outro patamar: os trabalhadores começam a superar a fragmentação de suas lutas e unificam-se contra o projeto neoliberal do governo.

2º CONFUP

18. É preciso formular um plano de ação que parta deste patamar, dando continuidade e fortalecendo o processo de mobilização desencadeado contra o governo FHC.
19. Nossa campanha salarial, atividade central da Federação, neste segundo semestre deve, portanto, ser organizada levando em consideração essa situação. É fundamental, por exemplo, dar importância a unificação das campanhas salariais previstas para este período, como: Petroleiros, Bancários, Eletricitários, Telefônicos, Correios, . Por outro lado, a CNBB está convocando manifestações em todo o país, neste 7 de setembro (Grito do Excluídos). É importante nossa participação.
20. Nossa campanha salarial deve, portanto, estar integrada a luta mais geral contra o governo, sustentada em eixos que e os interesses da maioria da população. Neste sentido, estamos propondo que a Federação busque impulsionar as seguintes campanhas:
 - a) Campanha nacional pela redução da jornada de trabalho para 36 horas semanais, sem redução salarial. Essa campanha tem grande importância nesse momento por responder a um dos problemas fundamentais da classe trabalhadora que é o crescimento do desemprego. Essa campanha pode e deve ter desdobramento internacional. Devemos propor a CUT que essa discussão com as Centrais Sindicais de outros os países;
 - b) Campanha Nacional pela Reforma Agrária, apoiando e impulsionando as ocupações e a luta dos trabalhadores rurais, e construindo apoio a sua luta nas cidades. Nesta atividade é importante estreitar nossos laços solidários com todas as organizações que lutam pela reforma agrária, particularmente o MST, vanguarda indiscutível dessa luta;
 - c) Campanha em defesa dos direitos dos trabalhadores e contra as reformas neoliberais de FHC, centrando a denúncia na reforma da previdência (em curso) na reforma administrativa, nas propostas de reforma trabalhista do governo, e repudiando as propostas de flexibilização da jornada de trabalho e dos direitos trabalhistas;
 - d) A Federação e os Sindicatos devem atuar nestas eleições municipais, tendo como norte a luta contra o projeto neoliberal. Devemos, portanto, apoiar os candidatos do campo democrático e popular, que tenham compromisso com a classe trabalhadora. Nesse sentido, é importante promover debates com estes candidatos nos sindicatos e utilizar outros meios de divulgação de suas propostas;
 - e) A organização e o encaminhamento dessas lutas devem, por outro lado, acumular a luta geral contra as políticas do governo, contribuindo com a construção das condições para a realização de nossos protestos e greves gerais, como a que foi realizada em 21 de junho.

CAMPANHA CONTRA A INTERVENÇÃO DO ESTADO NO SINDICATO

21. Deve-se organizar ações de mobilização dentro dos locais de trabalho visando a minimizar os descontos financeiros que a empresa vem impondo à categoria por participar do movimento e, maximizar o efeito de pressão sobre a direção de cada órgão e, portanto, sobre o governo, com a perspectiva de realização de greves de ocupação.
22. Para a concretização destes dois eixos de campanha, duas medidas organizativas devem ser tomadas:
 - a) criação de comandos unitários a nível estadual, envolvendo representação de todos os
 - b) sindicatos das categorias em luta e as CUT's estaduais
 - c) eleição de comissões de mobilização em cada local do trabalho que representem
 - d) proporcionalmente todas as tendências políticas com atuação nestes locais.
23. Ratificar e incluir nos estatutos da FUI' os suplentes de direção e do conselho fiscal e incorporar os suplentes.
 - Buscar a unificação dos sindicatos de petróleo nos estados e nas regiões.
 - Formar um grupo de trabalho sobre reestruturação do setor petróleo
24. Resgate do último acordo coletivo 93/94 que garante a estabilidade no emprego.

2º CONFUP

25. Definir como prioridade na campanha salarial, a reintegração dos demitidos e anistiados.
26. E mais:
- Campanha contra a flexibilização das relações de trabalho proposto pelo governo e combate aos encaminhamentos da Força Sindical nesta área;
 - Campanha contra a Lei de Greve;
 - Defesa da Previdência Pública, do INSS;
 - Mais verbas para a saúde, educação e questões sociais;
 - Campanha contra a reeleição de FHC;
 - Campanha contra a flexibilização do setor petróleo, conforme projeto encaminhado ao Congresso Nacional.
27. **Polêmica 4** - Realizar encontro nacional de todos os trabalhadores demitidos e anistiados do sistema Petrobrás para discutir a construção de um fundo de solidariedade e o processo de atuação política para fazer-se cumprir a convenção 158 da OIT e a constituição.
28. Pela necessidade de responder ao ataque neoliberal na América Latina os petroleiros, através da FUP, viabilizará a participação do encontro latino-americano sugerido pelos companheiros petroleiros venezuelanos em dezembro 14/12/94.
29. A FUP, em conjunto com os sindicatos e a AEPET, procurar desenvolver procedimentos para resgatar a defesa do Monopólio Estatal do Petróleo.
- A categoria sempre que se fizer necessário, demandar ações judiciais trabalhistas como forma de se obter não somente a reparação às lesões dos direitos dos petroleiros, bem como a criação de um quadro inteiramente contrário a qualquer tentativa de privatização da Petrobrás.
30. Quanto aos sindicatos dos petroleiros e sua reorganização:
- Intensificar nos estados o debate sobre a unificação dos sindicatos buscando fortalecer nossa organização neste âmbito, promovendo um processo de participação, fazendo deste um marco da democracia em nossa categoria;
 - Investir em um amplo processos de reflexão e formulação em torno da concepção de ramo de atividade, para identificarmos as categorias com as quais devemos investir na unificação nos diferentes níveis: sindicatos, federação e confederação. Neste aspecto, aprofundar o debate e formulações sobre nossa relação e participação na CNQ. Coloca-se como questão fundamental, assim como devemos intensificar nossa participação nas instâncias horizontais como meio de interagir com outras categorias, concretizando, efetivamente, nossa ação solidária com o conjunto dos trabalhadores;
 - Definir uma política de organização nos locais de trabalho, buscando garantir uma ação sindical mais eficaz em relação as condições de trabalho e segurança nos diversos espaços de trabalho da empresa, bem como sua articulação com as lutas dos movimentos populares em defesa da integridade, qualidade de vida e meio ambiente.
31. Os delegados presentes ao 2º CONFUP deliberam que todos os sindicatos busquem promover a filiação de todos os trabalhadores terceirizados e promovam eleições para que os companheiros tenham participação na vida do sindicato, não só como filiados, mas que sejam contemplados na direção dos sindicatos e nas comissões de fábrica, com representação proporcional ao número de trabalhadores na base.
32. Os delegados do 2º CONFUP ratificam a deliberação do 1º CONFUP, definindo que a nossa greve deve ser de ocupação, com parada total de produção e corte de bombeio imediato. Esta resolução está centrada na necessidade de termos uma ação firme e decisiva para garantir nossas propostas.
33. Acompanhamento efetivo das resoluções do 1º CONFUP (o que foi realizado, e continuar mantendo como meta o que não foi cumprido).

2º CONFUP

34. A partir deste 2º CONFUP a FUP tem que prioritariamente, bimestralmente, fazer um balanço sobre cada resolução aprovada neste congresso.
35. A ação sindical deve traçar metas levando em consideração também a pesquisa que foi estabelecida no 1º CONFUP (páginas 90 a 94)

Páginas 90 a 94 do Caderno de Teses

UNIFICAR E MOBILIZAR TODO O POVO PARA DERROTAR FHC E SEU PROJETO NEOLIBERAL

108 Para derrotar esse governo, portanto, é preciso mudarmos a estratégia atual da direção da CUT, que é, em essência, a estratégia de negociar propostas dentro dos limites estabelecidos pelo capital. Prova disso foi a Greve Geral que, na tentativa apenas de pressionar o governo, não indicou continuidade à mobilização, correndo o risco de as Centrais voltarem a negociar migalhas e a “abrir mão” de direitos históricos, como ocorreu na negociação da Reforma da Previdência. Aí, mais uma vez, estaríamos apenas legitimando a implantação dos planos do governo.

109 A Greve Geral, ocorrida em 21 de junho, tem de ser um marco de arrancada para um grande processo de mobilização nacional contra o governo e os patrões, que vá se fortalecendo, inclusive com a hipótese de outras paralisações nacionais - até derrotar FHC. A Greve Geral segue sendo então uma forma de luta privilegiada dentro da nossa estratégia mais geral.

OS EIXOS DA LUTA SÃO: EMPREGO, SALÁRIO, REFORMA AGRÁRIA, DEFESA DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES E CONTRA AS REFORMAS NEOLIBERAIS DE FHC

111 Os eixos centrais da nossa luta contra o governo FHC e contra a reestruturação neoliberal levada a cabo pelas empresas devem responder aos problemas centrais colocados aos trabalhadores hoje. O salário, o emprego, os ataques aos direitos sociais, a reforma agrária e as reformas neoliberais.

112 As lutas específicas das diferentes categorias e setores devem estar estreitamente vinculadas com a luta política mais geral, aos eixos políticos gerais, contra o governo. Em cada momento específico da conjuntura, e para os diferentes setores, um determinado eixo pode assumir preponderância sobre os outros, sendo que, no entanto, a combinação entre todos eles deve ser preservada, de forma a não se perder a perspectiva de enfrentamento do programa neoliberal na sua globalidade.

CAMPANHA DE LUTA CONTRA O DESEMPREGO

114 O desemprego crescente no nosso país, é fruto de uma combinação de fatores. A política de estabilização monetária do governo, com os juros altos, leva à retração do crescimento; a abertura indiscriminada do mercado interno tem levado à destruição de setores inteiros de indústrias; e há outro fator que, talvez, estruturalmente seja mais importante, que é a reestruturação produtiva neoliberal que já atinge todos os setores da economia, gerando o chamado “crescimento sem emprego”.

115 As razões de fundo, portanto, do crescimento do desemprego está na aplicação dos planos e ajustes neoliberais por parte do governo e dos empresários, que buscam assegurar as condições para a retomada do crescimento das taxas de lucro dos grandes grupos econômicos, às custas do aprofundamento da miséria de milhões de trabalhadores.

116 É essa mesma lógica perversa que leva o governo a, cinicamente, propor uma Reforma Trabalhista que diminui direitos, desregulamenta as relações de trabalho, com o argumento fantasioso de que isso geraria mais emprego.

2º CONFUP

117 Tudo isso nos leva à conclusão de que combater o desemprego no nosso país é combater contra a política do governo e dos empresários, não há espaço para soluções de parceria, pois os interesses envolvidos são opostos. As soluções para os trabalhadores só serão alcançadas com muita luta, com mobilização. Os mecanismos prioritários, portanto, para a nossa ação sindical não são os mecanismos tripartites, como as câmaras setoriais, que já demonstraram a sua incapacidade de deter a onda de desemprego. Não correta também a política já esboçada por companheiros da direção da nossa Central, de encaminhar a luta contra o desemprego conjuntamente com os patrões.

118 Nossa ação deve estar centrada na construção da mobilização, da unidade com o movimento popular, com os partidos do campo da classe trabalhadora, etc. Apenas dessa forma conseguiremos incidir na relação de forças atual e obrigar governo e empresários a negociarem com os trabalhadores uma mudança na política atual.

119 As propostas que apresentamos ao Congresso dos Petroleiros são para uma campanha de luta contra o desemprego, para serem apresentadas à toda a sociedade, mas fundamentalmente para serem debatidas com toda a nossa base e nossos aliados, para construirmos um amplo e permanente movimento de luta contra o desemprego no nosso país.

120 Redução da jornada de trabalho, sem Redução salarial. Temos que estudar se propomos a Redução para 40 h ou se para 36 h semanais. O espírito dessa discussão deve ser o de retomar uma bandeira tradicional do movimento operário internacional: a escala móvel de horas de trabalho. Todo o tempo de trabalho existente seria distribuído entre todos os trabalhadores existentes. Essa é a única forma de fato eficiente de fugir à lógica perversa da reestruturação neoliberal.

121 Rechaçar frontalmente a proposta de reforma trabalhista do governo. Queremos mais emprego sim, menos direitos Não. Somos contrários à desregulamentação e à flexibilização de direitos propostas pelo governo e pelos patrões.

122 Fim das horas extras. As horas extras que, eventualmente e mediante acordo com o sindicato forem realizadas, serão pagas em dobro e o trabalhador ter ainda o direito ao descanso pelo mesmo número de horas extraordinárias que trabalhou.

123 Reforma agrária ampla, que garanta a terra a quem nela quiser trabalhar. Essa política dever vir acompanhada de outra, que assegure o apoio necessário ao trabalhador assentado, e ao pequeno produtor rural.

124 proibição da demissão imotivada, assegurando a plena vigência da convenção 158 da OIT. Defesa da manutenção da estabilidade dos trabalhadores do serviço público.

125 Exigir do governo um plano imediato de obras públicas na área da saúde e educação, que gere empregos e melhore os serviços prestados à população nessas áreas.

126 Continuar e fortalecer as campanhas que a CUT já vem fazendo, contra o trabalho infantil e contra o trabalho escravo.

127 Isenção de taxas de água e luz para desempregados. suspensão da cobrança do IPTU, prestações do BNH, etc. Fornecimento, pelas prefeituras, de vale transporte integral. Isto para quem estiver desempregado.

128 Como proposta de ação, apontamos para a necessidade de continuar e fortalecer nossa jornada de lutas contra FHC, buscando a aliança com os movimentos populares, partidos, igreja e com o MST, apoiando a luta dos trabalhadores rurais pela reforma agrária.

A REESTRUTURAÇÃO NEOLIBERAL

130 O empresariado, que vive chorando devido a aspectos da política do governo (como juros altos por exemplo), estão apenas preocupados em aumentar mais ainda os seus lucros. O desemprego existente no nosso país não é causado apenas pela política econômica do governo. A reestruturação das empresas aos moldes neoliberais, geram desemprego estrutural,

2º CONFUP

que não se reverte nem com o crescimento econômico. E a expressão de um dos mais nefastos aspectos do neoliberalismo: o crescimento sem emprego, ou seja, aumenta a produtividade e o lucro das empresas e diminuem os postos de trabalho.

131 Os mecanismos utilizados pelos empresários para levar adiante essa reestruturação são os mais variados: vão desde a terceirização, largamente utilizada no setor metalúrgico, como forma de precarizar as relações de trabalho, rebaixando direitos e aumentando a exploração, até a implantação de novas formas de gestão do trabalho dentro das empresas - a chamada qualidade total e sistemas similares.

132 Há toda uma ofensiva do empresariado na implantação dessas novas formas de gestão, buscando envolver ideologicamente os trabalhadores, levando-os a “vestirem a camisa” da empresa. Para isso o empresariado tem se aproveitado muito da ausência de organização dos trabalhadores dentro das empresas e do afastamento dos sindicatos do cotidiano do trabalhador com o aumento da produtividade e da qualidade. Uma delas a chamada participação nos lucros. Esse tem sido um mecanismo poderoso. Em troca da chamada participação nos lucros e resultados, os trabalhadores têm aceitado e muitos sindicatos têm assinado acordos prevendo aumento de produtividade, de qualidade, além de melhoria da assiduidade. Isso significa aceitar a idéia de que para ganhar mais é preciso produzir mais e melhor e faltar menos ao serviço. Ou seja, aceitar a antiga lógica patronal de que: se a empresa estiver melhor, o trabalhador também estar melhor.

134 Ora, todos nós sabemos que isso é uma falácia. Que a empresa aumenta a produtividade e demite, porque se um trabalha para dois ela passa a precisar de apenas metade dos empregados que tinha antes. Assim aumenta ainda mais seu lucro. Por outro lado, isso remete à discussão do ganho econômico para empresa por empresa, gerando o risco de facilitarmos a implantação do sindicato por empresa (objetivo confesso do neoliberalismo). E não só o ideológico e o da demissão. Há também a saúde do trabalhador que fica na empresa trabalhando num ritmo alucinante e sob pressão o tempo todo, gerando uma verdadeira epidemia de acidentes e doenças profissionais, como a LER (lesão por esforço repetitivo), por exemplo.

135 E evidente que os sindicatos não podem se furtar a reivindicar, a mobilizar e a negociar a participação nos lucros dos trabalhadores (por mais que saibamos que, rigorosamente, essa urna forma de flexibilização do salário). No entanto os sindicatos, a despeito das dificuldades, não podem aceitar critérios como meta de produção e qualidade, assiduidade etc., sob pena de se transformarem em auxiliares de gerentes das empresas. Para cobrar o cumprimento de um acordo de participação nos lucros, o sindicato teria que cobrar também dos trabalhadores que deon da meta de produção. Greve então, passa a ser contraproducente, pois ameaça a meta de produção, e vai por aí adiante.

136 Temos que contrapor à lógica das empresas, de exigir produção, qualidade e assiduidade, a lógica dos trabalhadores, que a defesa da saúde, de mais empregos e melhores salários.

137 A implantação da reestruturação, para ser feita a fundo exige a flexibilização de direitos dos trabalhadores. O esforço do empresariado do setor metalúrgico em flexibilizar a jornada de trabalho tem a ver com isso. Para isso, contam com o apoio cínico do governo, que acaba de apresentar uma proposta de reforma trabalhista no Congresso Nacional, atendendo o reclamo dos patrões e pondo fim em muitos de nossos direitos. O Ministro Paulo Paiva diz que a proposta visa combater o desemprego, no entanto as medidas concretas são todas para baratear os custos da demissão (diminui o FGTS, acaba com os 40% de multa, etc.).

ORGANIZAÇÃO SINDICAL: SINDICATO ORGÂNICO: AVANÇO OU RETROCESSO?

SOBRE O ENCAMINHAMENTO DA DISCUSSÃO

140 A questão prévia que queremos abordar aqui sobre o encaminhamento dessa discussão. Por considerá-la de grande importância e bastante polêmica dentro da nossa Central, e considerando ainda que a discussão na base da CUT sobre esse tema recém se inicia, acreditamos que a 8º Plenária deve ser um momento de aprofundamento e sistematização da

2º CONFUP

discussão sobre organicidade, sem que, no entanto, se precipitem novas resoluções sobre o mérito da questão.

SOBRE O MÉRITO DA DISCUSSÃO - SOBRE ORGANICIDADE

142 A sétima Plenária Nacional da CUT aprovou resolução favorável á adoção do modelo de sindicato orgânico à Central. O sindicato passaria a ser uma instância da CUT e portanto, subordinado às suas instâncias de direção. A filiação do trabalhador seria uma filiação à Central, diretamente.

143 O argumento dos defensores dessa proposta é de que ela é necessária para se superar os inúmeros problemas e impasses vividos pela nossa organização sindical. Problemas e impasses estes, que vão desde a manutenção de vários aspectos da estrutura getulista que nós herdamos dos pelegos (unicidade imposta por lei, imposto sindical, poder normativo da justiça do trabalho, fragmentação dos trabalhadores em milhares de sindicatos, ausência de organização nos locais de trabalho, etc.), até problemas mais novos e contemporâneos do “novo sindicalismo” (manutenção e reprodução da lógica autoritária e burocrática de gestão sindical, acomodação à estrutura oficial de organização, degeneração na ética das relações no interior das entidades, enfrentamentos fratricidas entre cutistas em eleições sindicais, etc.).

144 Concordamos inteiramente com o diagnóstico, ou seja, com os problemas apontados e com a urgência em superá-los, para que possamos ter uma estrutura de organização mais adequada ao projeto político transformador que queremos implantar na sociedade. Pena que só agora se chega a essa conclusão. E mais, com as mudanças no mundo do trabalho, em função da reestruturação produtiva, dos desafios do neoliberalismo, essa situação agravada imensamente, exigindo uma verdadeira revolução nos nossos sindicatos, O que não concordamos é com o remédio proposto. A nosso ver, ele pode “matar o doente”.

145 Os problemas de organização do movimento sindical cutista são importantes e se constituem em um entrave cada vez mais absoluto à implantação do nosso projeto político. No entanto, não é correto reduzir todos os problemas enfrentados pelo movimento cutista a questões de organização. Os problemas fundamentais vividos hoje pelo movimento sindical são políticos, sejam aqueles gerados pelo neoliberalismo, sejam os causados pelas próprias deficiências internas do movimento. E é no enfrentamento desses problemas políticos que começamos a assistir mudanças profundas na estratégia política da Central e nos seus métodos de ação. Essas mudanças têm afastado cada vez mais a CUT da sua estratégia socialista, da combatividade que a caracterizava desde a fundação, e reduzido os horizontes de atuação da nossa Central aos marcos do próprio capitalismo, com uma forma de atuação batizada de “propositiva” que nada mais do que a busca da parceria com patrões e governos como mecanismo privilegiado de ação sindical. O reflexo disso é que o impulsionar da luta de massas deixa de ser prioridade, pois não se adequa a uma política de parceria, de conciliação. Isso tem trazido mais dificuldades para enfrentar o neoliberalismo, do que os problemas na nossa organização.

146 No entanto, a organicidade proposta pelos companheiros não ajuda nem a corrigir os problemas de organização. Na verdade serve (e esse deve ser seu principal objetivo) para facilitar a implantação dessas mudanças na estratégia política da Central, da implantação de um novo projeto político - de conciliação de classes nos marcos do capitalismo - defendido pela articulação Sindical (corrente majoritária na Central). A organicidade proposta retira a autonomia dos sindicatos de base. Eles terão de repassar seu patrimônio para a CUT e ficarão submetidos às suas instâncias de direção. Estarão sujeitos portanto às deliberações da direção e o da Central. Tamanha concentração de poderes nas mãos da direção da Central ajuda a aplicar o projeto político da direção e não a resolver os problemas de organização que temos, de burocratismo, cupulismo, etc. Ao contrário, esses problemas tendem a se agravar, pois os mecanismos de decisão ficarão ainda mais longe da base.

147 Os companheiros defensores da proposta de organicidade dizem que as instâncias de base seguirão sendo soberanas. Que as assembleias de base serão respeitadas pela direção. Ora, essa proposta de organicidade já foi votada na plenária nacional sem que nenhum sindicato tivesse feito assembleia para discutir a questão. Todo o episódio lamentável de negociação da previdência foi levado a cabo pela direção, sem ouvir uma assembleia de base sequer, apesar

2º CONFUP

dos apelos de todo um setor da direção para que isso fosse feito. E esse o respeito que vai haver às assembléias de base?

148 Por outro lado, a adoção da organicidade nos levaria a outro problema. Se o sindicato é instância da CUT, só poderão fazer parte dele trabalhadores que forem cutistas. Teríamos que dizer a todos que não são cutistas que façam o seu sindicato. Ou seja, ao invés de seguir a nossa luta para manter a unidade dos trabalhadores no seu sindicato de base, estaríamos ajudando a dividir os sindicatos. Sempre lutamos pelo fim da unicidade (unidade imposta por Lei) porque um princípio defender a liberdade de organização. Mas sempre lutamos também para convencer os trabalhadores a manter a unidade em um só sindicato de base, em que pese as divergências que pudessem existir. Com a organicidade não poderíamos fazer mais isso. Sabemos que manter a unidade não depende só de nós, que os pelegos, ou mesmo os patrões podem tentar dividir o sindicato assim mesmo. Mas lutar contra isso obrigação que temos, e o mínimo que devemos fazer permitir que todos possam participar do nosso sindicato.

149 Devemos, portanto, recusar essa mudança aprovada na plenária nacional passada e lutar para que essa decisão seja revertida no próximo congresso da nossa Central.

150 No entanto, nada disso tira importância dos problemas de organização que temos. Superar o que ainda resta de herança da estrutura corporativa tarefa importante e urgente, e apresentamos uma série de propostas para esse debate:

151 - construir o sindicato por ramo de atividade, fundir e unificar sindicatos, preservando a democracia e o controle da base, para superar a fragmentação existente hoje;

152 - avançar na construção das organizações nos locais de trabalho;

153 - democratizar radicalmente a estrutura das entidades, implantando a proporcionalidade, criando mecanismos que possibilitem que a base efetivamente controle o sindicato, etc;

154 - adoção de um código de ética que coíba verdadeiras “bandalheiras” que acontecem hoje no movimento;

155 - retomar seriamente a luta pela liberdade e autonomia sindical, com o fim da unicidade, do imposto sindical, do poder normativo da justiça do trabalho, etc.

156 E queremos propor também que todos aqueles que sinceramente estão preocupados em dar uma saída para os impasses organizativos que vivemos (essa proposta se estende também, obviamente, aos companheiros da articulação) a que nos debruçemos sobre estas e outras propostas para transformarmos decididamente e o mais rapidamente possível nossos sindicatos, construindo uma estrutura de organização adequada ao projeto político que nos norteou quando fundamos a CUT. A partir dessa discussão conjunta, e de uma discussão séria na base, podemos levar para o próximo congresso da CUT todas as propostas de mudanças estatutárias que forem necessárias e cabíveis para implantar as transformações que queremos fazer nos sindicatos. Sem tirar a autonomia dos sindicatos e da base. Sem ferir a democracia da nossa Central. Ao contrário, aprofundando-a.

36. **Incluir** os parágrafos 181, 182, 183, 184, 185, 186, 189, 190, 191, 192, 193, 194 das páginas 95 e 96 do Caderno de Teses:

Páginas 95 e 96 do Caderno de Teses

181. Nós, petroleiros de Caxias, reafirmamos nosso compromisso com as bandeiras históricas da CUT. Defendemos um sindicalismo de massas, classista, de luta, que busca permanentemente melhores condições de vida para os trabalhadores e que está engajado no processo de transformação da sociedade, em direção à democracia e ao socialismo.

182. Acreditamos na organização dos trabalhadores pela base, na implementação imediata das comissões de fábrica - ou Organização por Local de Trabalho, como atualmente se prefere chamar - como o único caminho para o avanço concreto da organização dos trabalhadores;

2º CONFUP

183. Repudiamos com veemência a centralização das decisões de cúpula da CUT-Nacional, a falta de independência dos sindicatos e a cassação da iniciativa e poder de decisão das bases, que estão contidos na proposta de sindicalismo orgânico;

184. Repudiamos com veemência a linha conciliatória que está trilhando a maioria da direção da CUT e da FUP, e que acabará nos igualando ao “sindicalismo de resultados” de Medeiros. Depois de conquistarmos a maioria dos sindicatos estratégicos do país, depois de derrotarmos o ciclo do peleguismo com muita combatividade e coerência, tais vacilações representam um inexplicável recuo, trazendo insegurança e descrença para a classe trabalhadora.

185. Em todas as suas instâncias as representações dos trabalhadores deveriam responder à altura aos ataques que vêm sofrendo os companheiros do Movimento dos Sem Terra e os trabalhadores em geral, atingidos nos seus direitos sociais. previdenciários e que passam por um arrocho salarial sem precedentes (inclusive com o fim da reposição automática da inflação; o que traz prejuízos incalculáveis, sobretudo para as categorias menos organizadas).

186. Nesse cenário, não podem a maioria da direção da FUP e da CUT limitarem-se a mídia, aos entendimentos de cúpula com parlamentares, abandonando para segundo plano a organização dos trabalhadores. A cada dia, mais bilhões se injetam nos bancos - que se unificam para se fortalecer - enquanto mais perdas sofrem os trabalhadores, que ficam indefesos, diante de uma oratória sindical tímida e fraca.

187. Reafirmando a nossa crença nos princípios democráticos e o Congresso dos Petroleiros de Caxias reconhecem a vitória da Chapa 2 no Pleito Eleitoral em que foi renovada a diretoria do Sindipetro/RJ, eleita pelas bases do Rio, Angra, Campos e Macaé.

188. No entanto, acreditamos e buscaremos concretizar, num processo permanente de convencimento das direções e das bases dos petroleiros do Estado Rio de Janeiro, na resolução da Plenária Nacional Zumbi dos Palmares realizada pela CUT-Nacional entre 30/9 e 2/10/95, posteriormente reproduzida na carta de princípios do Fórum Estadual para a Unificação dos Trabalhadores do Setor Petróleo e Ramo Químico do RJ que diz: “é necessário darmos um salto de qualidade em nossa organização, estimular a fusão de sindicatos, ampliando a força e a representatividade de nossas entidades ... enfim, nos prepararmos para o verdadeiro enfrentamento, uma disputa de projetos de classe”.

189. Com base no acima exposto, o 5º Congresso Local dos Petroleiros de Caxias propõe como estratégias para o enfrentamento com o capital na atual conjuntura e para garantir os direitos dos trabalhadores:

190. Constituir comissões de fábrica previamente à discussão do acordo coletivo 96/97;

191. Todos os sindicatos deverão implementar a eleição das comissões de fábrica até 30 dias após a realização do 2º CONFUP;

192. Constituir uma direção nacional com o objetivo principal de organizar os trabalhadores na base, a fim de nossas reivindicações sejam asseguradas;

193. Que a direção eleita da FUP inicie de imediato após o congresso, um princípio de mobilização junto com a categoria, direção dos sindicatos, comissões de fábrica para que no momento de fazer a avaliação da contraproposta e indicativo à categoria, este se dê da avaliação da base e não dos atuais métodos utilizados pela FUP. ex.: após as negociações a direção tem indicado sem o sentimento real da categoria;

194. Os delegados do 5º Congresso Local dos Petroleiros de Caxias se declaram contra a proposta de sindicato orgânico encaminhada pela CUT, por entendermos que essa política elimina a iniciativa dos trabalhadores e prejudica a construção de um sindicalismo combativo, com representações autênticas;

2º CONFUP

Polêmica 5: parágrafos 183, 184, 186, 193, 194 (em destaque)

37. Fortalecer a FUP e a CNQ

- Apoio a resolução 187 da OIT que defende a liberdade e autonomia sindical

Polêmica 6: - Repudiar e lutar pelo fim da unicidade sindical, do imposto sindical e do poder normativo da Justiça do Trabalho.

ESTRUTURA SINDICAL

38. Rejeitar a deliberação da 7ª Plenária da CUT sobre sindicalismo orgânico e encaminhar as diversas propostas sobre estrutura sindical para as bases.

39. Sindicato Orgânico - Remeter as bases todos os documentos apresentados neste congresso e apresentar à base através de debates e sumários as várias concepções colocadas neste congresso.

EMENDAS ÀS TESES:

40. Página 100

incluir: * e anistiados.

41. **Encaminhar para o jurídico** analisar a questão da implementação do Adicional Administrativo de Campo.

42. **Suprimir** o parágrafo - A FUP se encarregará de tomar medidas para impedir que os médicos da empresa continuem a invalidar os atestados concedidos por outros médicos

43. **Substituir** com manuseio de produtos químicos por .. em áreas sujeitas à periculosidade e/ou insalubridade.

APOSENTADOS/PETROS

44. Propostas apresentadas:

- A categoria deve reivindicar da Companhia o aporte financeiro necessário para a Petros assegurar os companheiros pós 78/79;
- A FUP deverá entrar com ação individual plúrima para garantir a representação dos trabalhadores na direção da Petros;
- Que FUP crie uma comissão para tratar especificamente a questão dos trabalhadores pós/78, com a presença de todos os sindicatos filiados e outras categorias que estejam na mesma situação, com a participação e envolvimento dos partidos políticos que defendam a manutenção dos fundos;
- Que a FUP assegure aos aposentados tenham direito a voz e voto nas suas instâncias

SAÚDE, MEIO AMBIENTE E NOVAS TECNOLOGIAS

Prioridades a serem encaminhadas para a secretaria de Saúde da FUP:

- Reativar o Coletivo Nacional de Saúde com dois diretores da Secretaria de Saúde da FUP, mais um companheiro por sindicato;
- Dar continuidade na realização dos seminários regionais, ex: São Paulo. Faltam acontecer os seminários do Rio de Janeiro, Bahia, Ceará, abrangendo as respectivas regionais;
- Convocar Seminário Nacional conjunto ao 3º CONFUP.

2º CONFUP

45. AÇÕES

- Mapa de risco - elaboração e divulgação dos resultados.
- GT Benzeno
- Implantação e sistematização CAT - formar banco de dados
- Campanha para redução da jornada de trabalho, sem perdas salariais

46. PROPOSTAS GERAIS

- a) Que a alimentação dos companheiros terceirizados seja a mesma dos funcionários da/
- b) PETROBRÁS;
- c) Acompanhar o trabalho da CIPA (mapeamento de riscos, análise de Acidentes, etc) repassando as informações para a Diretoria;
- d) Tomar como referência os dados indicados pela sondagem de opinião realizada com os Petroleiros (dezembro/95) sobre condições de trabalho, inovações tecnológicas e serviços internos da REPLAN;
- e) Exigir da empresa ações específicas para diminuir a exposição ao ruído (fiscalizar PPRA);
- f) Solicitar ao CESAU uma análise das audiometrias para identificar os setores de maior;
- g) exposição ao ruído (fiscalizar PCMSO);
- h) Solicitar o mapeamento do ruído das plantas;
- i) Exigir da empresa ficha técnica dos produtos químicos e os riscos a saúde;
- j) Exigir da direção da PETROBRÁS o cancelamento dos serviços geradores de silicose;
- k) Exigir da direção da PETROBRÁS que as avaliações médicas não sofram interferência dos gerentes;
- l) Criar comissão Empresa/C para discutir efetivo mínimo nas unidades;
- m) Que todos os presentes na comissão de Saúde MA NT, se comprometam a discutir nas CIPAs e acompanhar os levantamentos dos riscos químicos, físicos, mecânicos, etc;
- n) Acompanhar a delimitação de área para periculosidade.

47. CAMPANHA JUNTO AOS PETROLEIROS

- a) Realizar um estudo nacional sobre as condições de saúde de todos os petroleiros e sua qualidade de vida;
- b) FUP a SINDIPETROS acompanhar as modificações da NR 13 e NR-5;
- c) Os sindicatos devem promover a realização de Encontros Regionais dos Cípias (Sul, Sudeste, Norte e Nordeste). No próximo CONFUP se discutirá e encaminhará o Encontro Nacional - Inter-CIPAs;
- d) Os sindicatos devem orienta/realizar fortins unificados cípias no setor petróleo;
- e) Convênio entre FUP e órgãos ambientais para mapear áreas ambientais de atuação da PETROBRÁS, ex: Bahia;
- f) Denunciar as não conformidades ao Comitê ISO 14000;
- g) Exigir da direção da PETROBRÁS a entrega dos exames de saúde (periódico) ao empregado (Pauta de reivindicação);
- h) Exigir da direção da PETROBRÁS a garantia de não virada de turno (dobra?);
- i) Horas Extras - máximo 02 horas, exceto em caso de emergência (Pauta de Reivindicações).
- j) Avaliar o quanto o stress está afetando a vida do petroleiro (banco de dados);
- k) Que a Secretaria de Saúde a FUP se referencie o continue implementando as resoluções de saúde do 1º CONFUP;
- l) A FUP deve ter um banco de dados dos petroleiros participantes nos conselhos de Saúde, previdência e outros;
- m) Divulgação das revisões das NRs, especialmente NR5, propor alteração através da CUT do quadro 1 da NR5 - maior representação dos trabalhadores;
- n) Manter as negociações de saúde NT, NA em separado, conforme resolução do 1º CONFUP.
- o) Divulgar a cartilha sobre LER da CUT, promover debates, inclusive sobre Novas Tecnologias.
- p) Que a SIPAT se transforme em um fórum de discussão da saúde do trabalhador;

2º CONFUP

- r) Apoiar a tese do mestrado da médica do trabalho Norma sobre a mortalidade por câncer na categoria petroleira nos últimos 20 anos, especificamente no estado da Bahia;
- s) Sindicatos realizar cursos para cipeiros, coordenação da FUP;
- t) Reivindicação de uma política de retreinamento e reaproveitamento de pessoal (Pauta da Reivindicações);
- u) Gestionar junto à direção da PETROBRÁS o levantamento do nível de mercúrio em todas as unidades operacionais da PETROBRÁS incluindo campos de produção terra e mar
Publicar e divulgar o resultado (FUP e sindicatos);
- v) Que os sindicatos participem efetivamente das reuniões da CIPA;
- w) Efetivar o Primeira Mão em Saúde - bimensal
- x) Cobrar da direção da PETROBRÁS o poder do embargo para os profissionais da área da segurança, que hoje são tratados como meros assessores;
- y) Cobrar da direção da PETROBRÁS um programa mais objetivo no acompanhamento e tratamento dos trabalhadores com perda auditiva;
- z) Desenvolver ação política junto à direção da PETROBRÁS pela participação dos sindicatos na CIPA;
- aa) Que sejam sistematizadas os documentos de saúde MA e TM do 1º CONFUP para constar das resoluções;
- bb) Formular e discutir uma proposta concreta para negociar com a direção da PETROBRÁS a questão da educação ambiental.

TERCEIRIZAÇÃO

48. Propostas apresentadas:

- a) Considerar todos os trabalhadores contratados indiretamente como petroleiros;
- b) Que a FUP implemente dentro de sua estrutura um Departamento específico, que todos os sindicatos implementem o Departamento de Empreiteiras;
- c) Que os sindicatos negociem diretamente o acordo coletivo destes trabalhadores;
- d) Realizar um encontro nacional para discutir o tema;
- e) Funções do Departamento;
- f) Sindicalizar todos os trabalhadores como forma de garantir a representatividade legal e política destes trabalhadores.

POLÍTICAS ESPECÍFICAS

PAUTA DE REIVINDICAÇÕES

PROPOSTA DE ACORDO COLETIVO 96/97

CAPÍTULO 1- DOS SALÁRIOS

REAJUSTE SALARIAL

CLÁUSULA 1ª. - Em 1 de setembro de 1996, a Companhia reajustará os salários de seus empregados, conforme vigentes em agosto de 1996, em 100% do ICV-DIEESE acumulado entre 1 de setembro de 1995 e 31 de agosto de 1996.

REPOSIÇÃO DE PERDA INFLACIONÁRIA

CLÁUSULA 2ª. - Sobre o reajuste referido incidirá o percentual de 6,21%, a título de compensação da perda salarial verificada nos meses de julho e agosto de 1995.

ANTECIPAÇÃO MENSAL DO SALÁRIO

CLÁUSULA 3ª. - A Companhia efetuará o pagamento normal dos salários no dia 25 do respectivo mês. Eventuais acertos desse pagamento serão processados e pagos dentro do prazo legal.

Parágrafo único - A Companhia concederá o adiantamento de 50% do salário líquido estimado do mês, no dia 10 respectivo, para desconto integral no dia 25 subsequente.

2º CONFUP

CORREÇÃO SALARIAL E LINEARIDADE

CLÁUSULA 4 - A Companhia corrigirá, a partir de outubro de 1996, os salários de seus empregados mensalmente, de acordo com a variação do ICV-DIEESE do mês imediatamente anterior.

PROPORCIONALIDADE - REAJUSTE INTEGRAL

CLÁUSULA 5ª. - A Companhia garante correção integral de salário para os empregados admitidos após a data-base, desconsiderando, desse modo, a figura da proporcionalidade.

PISO SALARIAL

CLÁUSULA 6ª. - A Companhia se compromete a observar o valor mínimo de R\$ 500,00 (quinhentos reais) para o menor salário-básico praticado.

PASSIVOS TRABALHISTAS

CLÁUSULA 7ª. - A Companhia reporá as perdas salariais anteriores a setembro de 1996 não contempladas nos Acordos Coletivos já pactuados, sem prejuízo do direito às diferenças

vencidas até a data do acordo (Planos Bresser, Verão e Collor, Horas Extras de Turno, Diferenças do 13 º de 1994).

Parágrafo 1º - Todos os empregados ativos, aposentados e pensionistas serão reclassificados nos níveis salariais, na mesma proporção da tabela salarial dos empregados que obtiveram na Justiça a incorporação nos vencimentos de 26,06%, decorrente das perdas produzidas pelo Plano Bresser

Parágrafo 2º - A companhia reconhece a validade e se compromete com o cumprimento de eventuais pendências das disposições contidas nos acordos firmados com a FUP em 5 de outubro de 1994, e 10 e 25 de novembro de 1994.

AUMENTO REAL POR PRODUTIVIDADE

CLÁUSULA 8 - Sobre os salários corrigidos na fórmula da cláusula 1ª. incidirá o percentual de 12,47%, a título de aumento real por produtividade.

PERDAS SALARIAIS

CLÁUSULA 9 - A Companhia pagará no mês de setembro de 1996, a título de perda da massa salarial, o equivalente a 1,33 salários estimados para o mês de setembro de 1996, com base na fórmula da Cláusula 1ª.

TRABALHADORES DO SISTEMA PETROBRÁS

CLÁUSULA 10 - A Companhia e a FUP acordam que os princípios constantes das cláusulas relativas a, salários desse Acordo Coletivo valerão também para todo o Sistema PETROBRÁS, sendo extensivos, portanto, aos trabalhadores de todas as subsidiárias.

CAPÍTULO II- MELHORES CONDIÇÕES

ATS

CLÁUSULA 11 - A Companhia pagará o Adicional por Tempo de Serviço - ATS (Anuênio) para todos os empregados, de acordo com a tabela utilizada no A.C. 93/94.

Parágrafo único - O Adicional por Tempo de Serviço integrará o salário básico para cálculo de adicionais, gratificações e quaisquer outras parcelas remuneratórias referenciadas no salário-básico.

PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS (PL)

CLÁUSULA 12 - A Companhia, e os representantes dos sindicatos e da FUP, instituirão conjuntamente uma comissão paritária para estabelecer percentual a título de participação nos lucros verificados na empresa.

Parágrafo único- Enquanto este percentual não for definido, a Companhia concederá. a título de participação nos lucros, indistintamente, a todos os empregados, o maior índice aplicado pela PETROBRÁS, cabendo à empresa informar aos sindicatos e à FUP, trimestralmente, o lucro obtido no período.

PERICULOSIDADE

CLÁUSULA 13 - A Companhia concederá o Adicional de Periculosidade, dentro de suas características básicas e da legislação, sendo vedado o pagamento retroativo a qualquer título.

GRATIFICAÇÃO DE FÉRIAS (G.F)

2º CONFUP

CLÁUSULA 14 - A Companhia manterá a concessão da Gratificação de Férias a todos os empregados do sistema PETROBRAS.

Parágrafo único- O pagamento será efetuado na folha do mês que anteceder ao gozo de férias.

INDENIZAÇÃO DA G.F

CLÁUSULA 15 - A Companhia garante aos empregados o pagamento da indenização da Gratificação de Férias, correspondente ao período aquisitivo proporcional ou vencido e não gozado, em todas as rescisões contratuais e nos casos de aposentadoria.

Parágrafo único - Não fará jus à indenização da Gratificação de Férias proporcional o empregado dispensado a pedido, ou demitido, com menos de 1 (um) ano de casa, e aquele dispensado por justa causa.

ADICIONAL DE SOBREAVISO (ASA)

CLÁUSULA 16 - A Companhia manterá em 40% (quarenta por cento) o valor do Adicional de Sobreaviso (ASA), incidente sobre o total resultante da soma do Salário Básico, do Auxílio-Almoço e do ATS, efetivamente percebido no mês, acrescido do Adicional de Periculosidade.

Parágrafo único - Sempre que o trabalho efetivo, em jornada de trabalho de regime em Sobreaviso, exceder as 12 horas legais, será devido o pagamento de horas extraordinárias.

ADICIONAL DE EQUIPE SÍSMICA

CLÁUSULA 17 - A Companhia concederá aos empregados, enquanto estiverem efetivamente engajados em trabalho de equipe sísmica terrestre, um adicional no valor equivalente a 20% (vinte por cento) do total resultante da soma do Salário Básico, do Auxílio-Almoço e do ATS.

ADICIONAL DE CONFINAMENTO

CLÁUSULA 18 - A Companhia manterá o percentual do Adicional Regional de Confinamento (ARC) em 5%, 10%, 15% e 30%, assegurados os critérios de concessão do referido adicional, constantes da Norma-30-20-00/00, de Administração de Cargos e Salários.

HE/INTEGRAÇÃO DOS ADICIONAIS DE CÁLCULO

CLÁUSULA 24 - A Companhia incluirá no cálculo das horas extras do pessoal de revezamento de turno os adicionais efetivamente percebidos pelo empregado, inclusive o Adicional de Hora Repouso e Alimentação (HRA).

HE/ VIAGEM A SERVIÇO

CLÁUSULA 25 - No caso de viagem a serviço da Companhia que coincida com o dia de folga ou de repouso remunerado, a Companhia garante a sua retribuição como se fora de trabalho extra, nos limites da jornada normal. Excetuam-se desse tratamento os empregados isentos de ponto, e aqueles que viajarem para o cumprimento de programa de treinamento.

Parágrafo único - Em qualquer hipótese será respeitada a opção e a forma referidas no parágrafo 2 da cláusula 21, para gozo de repouso remunerado ou pagamento das horas extraordinárias.

HE/ INTEGRAÇÃO PARA O H.A

CLÁUSULA 26 - A Companhia incluirá no cálculo das horas extras do pessoal de regime administrativo, o Adicional de Periculosidade, o Adicional de Tempo de Serviço, o Adicional Regional, e o Auxílio-Almoço, quando o empregado fizer jus aos referidos adicionais.

AUXÍLIO ALMOÇO

CLÁUSULA 27 - A Companhia compromete-se, na vigência do presente instrumento, a atualizar nas mesmas épocas de reajuste geral dos salários, os valores pagos a títulos de Auxílio Almoço, tendo como base a variação do índice do custo de alimentação.

Parágrafo único - O Auxílio-Almoço integrará o salário básico para cálculo de adicionais, gratificações e quaisquer outras parcelas remuneratórias referenciadas no salário-básico.

ANTECIPAÇÃO DO 13º SALÁRIO

CLÁUSULA 28 - No exercício de 1997, não havendo manifestação em contrário do empregado, expressa e por escrito, a Companhia pagará até o dia 15 de janeiro, como adiantamento do 13º salário (lei 4.090/62 e 4.749/65), metade da remuneração devida naquele mês. O empregado poderá optar, também, por receber esse adiantamento

2º CONFUP

por ocasião do gozo de férias, se ocorrer em mês diferente de janeiro. Em julho, com base na remuneração desse mês, a Companhia pagará a diferença resultante entre a metade desse novo valor e o adiantamento já recebido, pelo empregado, até junho, a Companhia pagará ainda, a esses empregados, a diferença entre o (s) adiantamentos concedido (s) e o valor da metade do 13º salário calculado com base na remuneração do mês de férias.

13º SALÁRIO REMANESCENTE

CLÁUSULA 29 - O pagamento da diferença da antecipação do 13 salário (complementar ou integral) do ano de 1996, será efetuado no dia 25.11.1996. Em dezembro de 1996, na forma da legislação em vigor, a Companhia promoverá os ajustes desse pagamento.

AUXÍLIO DOENÇA - FÉRIAS E 13º SALÁRIO

CLÁUSULA 30 - A Companhia garante, nos casos de afastamento do empregado em decorrência de doença ou acidente, por até 180 (cento e oitenta) dias, devidamente caracterizados pelo órgão de saúde da Companhia ou da Previdência Social, que este receberá o 13º salário e as férias do período, além das vantagens que lhe são asseguradas.

AUXÍLIO DOENÇA - COMPLEMENTAÇÃO

CLÁUSULA 31 - A Companhia assegurará, a título de Complementação do Auxílio- Doença, a complementação da remuneração integral do empregado afastado em decorrência de Acidente de Trabalho ou Doença Profissional durante os 6 (seis) primeiros anos de afastamento e durante os 5 (cinco) primeiros anos, para os demais casos de Auxílio-Doença.

AUMENTO POR MÉRITO

CLÁUSULA 32 - A Companhia manterá os interstícios de 12 (doze) meses para a concessão de Aumento por Mérito a todos os seus empregados, inclusive os anistiados e reintegrados.

ADICIONAL DE INTERINIDADE

CLÁUSULA 33 - A Companhia garante o pagamento do Adicional de Interinidade a partir do primeiro dia de substituição interina, em qualquer situação, tendo como base o salário do substituído.

Parágrafo único - O acréscimo percebido em razão da substituição interina terá sua média duodecimal computada para cálculo da remuneração de férias, Gratificação de Férias e 13º salário.

ADICIONAIS DE PERICULOSIDADE E REGIONAL - CABIMENTO

CLÁUSULA 34 - A Companhia efetuará, nos termos das Normas 30-08-00 e 30-20-00/00, respectivamente, o pagamento do Adicional de Periculosidade e do Adicional Regional de Confinamento ao pessoal designado para executar trabalhos em instalações offshore (embarcado) ou no campo (confinado), desde o primeiro dia de trabalho nessas condições, independente do número de dias embarcados ou confinados.

Parágrafo único - O referido pagamento não será devido nos casos de visitas ou estadas eventuais naquelas instalações e locais, com duração inferior a 24 (vinte e quatro) horas.

ADICIONAL REGIONAL - TRANSFERÊNCIA

CLÁUSULA 35 - A Companhia manterá o pagamento de indenização do Adicional Regional no caso de transferência ou designação do empregado, para servir em localidades onde a concessão da vantagem não esteja prevista em Norma e desde que já venha percebendo, por mais de 12 (doze) meses consecutivos.

Parágrafo único - A Companhia concederá a todos os empregados transferidos por conveniência da empresa, o pagamento do auxílio residência por um período de 3 (três) anos, em valor nunca inferior a um salário-básico.

REMUNERAÇÃO - PAGAMENTO

CLÁUSULA 36 - A Companhia se compromete a adotar valores vigentes na data do efetivo pagamento de parcelas referentes a serviço extraordinário, vantagens por engajamento eventual em outros regimes, indenizações normativas e demais situações análogas.

CAPÍTULO III - DOS BENEFÍCIOS

CESTA BÁSICA

CLÁUSULA 37 - A Companhia fornecerá cesta-básica alimentar a seus empregados, em valor mensal a ser definido por Comissão Paritária, entre os sindicatos e a FUP por um lado e a companhia por outro, a ser especialmente composta para este fim no prazo de trinta dias.

2º CONFUP

AUXÍLIO CRECHE

CLÁUSULA 38 - A Companhia concederá o Auxílio-Creche/Acompanhante, nas seguintes condições:

a) Clientela:

- empregadas com filho ou com a guarda/tutela de menor, em decorrência de sentença judicial, até 36 meses de idade da criança;

- empregados solteiros, viúvos, separados judicialmente ou divorciados com a guarda/tutela de filho ou menor, em decorrência de sentença judicial, até 36 meses de idade da criança.

b) Critério de reembolso:

- auxílio financeiro automático do valor da tabela-limite do auxílio creche/acompanhante elaborada pela Companhia em conjunto com os sindicatos, com reajustes mensais.

Parágrafo único - É previsto o reembolso integral das despesas comprovadas na utilização de creche, enquanto a criança tiver até 36 meses de idade.

ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR

CLÁUSULA 39 - A Companhia manterá o Programa de Assistência Pré-Escolar, nos termos da legislação vigente, resguardando o direito de os empregados, aposentados e pensionistas optarem entre o mesmo e os benefícios do Auxílio-Creche/Acompanhante.

BOLSA DE ESTUDOS

CLÁUSULA 40 - A Companhia prestará bolsa de estudo aos empregados com dependentes em idade escolar, ou cursando nível superior de instrução, até a conclusão deste último.

Parágrafo único - O valor da bolsa referida será definido por Comissão Paritária a ser composta para esse fim específico, entre os sindicatos e a FUP por um lado e a Companhia por outro, no prazo de noventa dias da assinatura do acordo.

ASSISTÊNCIA MÉDICA SUPLETIVA (AMS) CUSTEIO

CLÁUSULA 41 - A Companhia adotará, para o exercício de 1997 o mínimo de 4,5% (quatro e meio por cento) da despesa de pessoal (salários, vantagens, previdência e assistência social e encargos trabalhistas, excluída a Assistência Médica Supletiva - AMS e odontológica), para o custeio dos programas de Assistência Médica Supletiva (AMS), inclusive odontologia e de Assistência ao Excepcional (PAE).

Parágrafo 1º - A Companhia desenvolverá esforços para o credenciamento de profissionais de saúde de todas as especialidades médicas e odontológicas existentes nas localidades em que residam seus empregados.

Parágrafo 2º - Fica garantido o direito ao sistema de livre escolha.

AMS - BENEFICIÁRIOS

CLÁUSULA 42 - A Companhia concederá a AMS para os empregados e demais beneficiários constantes da tabela a seguir:

BENEFICIÁRIOS DA ASSISTÊNCIA MÉDICA SUPLETIVA

A - EMPREGADO

Desde que esteja recebendo remuneração da Companhia.

B - DEPENDENTES DO EMPREGADO

1 - CÔNJUGE - Na vigência do casamento.

2 - EX-CÔNJUGE - Mediante determinação judicial.

3 - COMPANHEIRA - Inscrita no INSS nesta condição, com convivência comprovada ou na existência de filhos do casal.

4 - COMPANHEIRO - Com convivência comprovada ou na existência de filhos do casal.

5 - FILHO/FILHA/ENTEADO - (Desde que solteiro), até 21 anos; MENOR SOB GUARDA até 21 anos, ou até a conclusão do curso universitário, salvo em caso de reprovação de período, abandono, trancamento de matrícula ou exclusão do curso; OU TUTELA de qualquer idade, se inválido e DEPENDENTE SOB CURATELA.

6 - PAI - Maior de 60 anos ou inválido, sem economia própria ou com renda mensal até 06 (seis) salários mínimos.

7 - MÃE - Solteira, viúva ou separada judicialmente, sem economia própria ou com renda mensal até 06 (seis) salários mínimos ou maior de 60 anos, independentemente da situação do marido.

8 - PADRASTO - Desde que comprovado o casamento, maior de 60 anos ou inválido, sem economia própria ou com renda mensal até 06 (seis) salários mínimos.

2º CONFUP

9 - MADRASTA - Desde que comprovado o casamento, e o marido seja dependente do empregado ou seja viúva, sem economia própria ou com renda mensal até 06 (seis) salários mínimos.

C - APOSENTADO

Manutenção da atual política ou Assistência Médica Supletiva (AMS), com extensão aos beneficiários nos mesmos moldes da ativa a todos os que tenham pedido desligamento da Companhia., para aposentadoria, desde que:

- Requeira sua aposentadoria e receba seus proventos através da Petros nos termos do convênio Petrobrás-INSS.
- Desde que preencham os requisitos exigidos para inclusão dos aposentados com direito a AMS
- Não tenha sido dispensado por justa causa.

Exceto: . -

- Os ex-empregados amparados pela Lei da Anistia que utilizaram o benefício de aposentadoria.

- Os ex-empregados que tenham estado em Auxílio Doença concedido pelo INSS e tiveram esse benefício transformado em Aposentadoria por Invalidez, para os quais o prazo será o período compreendido entre a data do desligamento da Companhia e o início do Auxílio- Doença.

Desde que preencham os requisitos a,b,c, incluem-se entre os aposentados com direito à

AMS:

- o não mantenedor beneficiário da PETROS
- o que se aposenta após o acordo rescisório, mesmo o celebrado na justiça;
- o pré-existente à criação da PETROS.

D - DEPENDENTES DO APOSENTADO

São aqueles reconhecidos como dependentes do empregado, citados no item B.

E - PENSIONISTAS E DEPENDENTES DE EMPREGADO FALECIDO

Desde que recebam os proventos (pensão do INSS ou suplementação de pensão da PETROS) através da PETROS.

Os dependentes dos empregados falecidos são aqueles reconhecidos como dependentes do empregado citados no item B.

AMS - CUSTEIO DE EMPREGADOS, APOSENTADOS E PENSIONISTAS

CLÁUSULA 43 - A participação dos empregados, aposentados e pensionistas no custeio da AMS será efetuada conforme a tabela a seguir:

% DE PARTICIPAÇÃO

CLASSE DE RENDA

em MSBP (*) -

		GRANDE RISCO		PEQUENO RISCO	
		ATÉ 3 DEPEN	MAIS DE 3 DEPEN. -	ATÉ 3 DEPEN.	ACIMA DE 3 DEPEN.
Até	1,3 MSBP	2,0	1,5	7,0	5,0
Até	2,4MSBP	3,5	2,0	14,0	11,0
Até	4,8 MSBP	6,5	5,5	22,0	19,0
Até	9,6 MSBP	11,0	9,0	27,0	24,0
Até	19,2 MSBP	17,0	15,0	31,0	28,0
Acima de	19,2 MSBP	19,0	17,0	35,0	32,0

(*) MSBP - Menor Salário Básico Praticado

AMS - TABELA DO GRANDE RISCO

CLÁUSULA 44 - A Companhia dará a cobertura financeira prevista na tabela do Grande Risco da AMS, para a diária de 1 (um) acompanhante nos casos de internação de:

- empregados, aposentados e pensionistas que sejam beneficiários da AMS com idade superior a 55 anos;
- dependentes menores, com até 15 anos de idade (inclusive);
- dependentes , com idade superior a 55 anos e;
- doentes terminais.

2º CONFUP

Parágrafo único - A Companhia assumirá os custos com traslado e estadia do beneficiário e seu acompanhante, quando a localidade em que residir não oferecer o atendimento técnico necessário.

AMS - COBERTURA ODONTOLÓGICA

CLÁUSULA 45 - A Companhia concederá cobertura da AMS para tratamento odontológico e ortodôntico, para os empregados e seus dependentes, beneficiários da AMS, independentemente da carência.

AMS - TABELAS DE PROCEDIMENTOS

CLÁUSULA 46 - A Companhia manterá gestões junto às sociedades médicas e odontológicas, excetuando-se as de finalidade comercial, no sentido de analisar a composição das tabelas de procedimentos, bem como desenvolverá esforços para o credenciamento de profissionais para o atendimento dos empregados pela AMS, com ênfase naquelas localidades onde as carências de atendimento sejam mais acentuadas.

PROGRAMA DE ATENDIMENTO AO EXCEPCIONAL (PAE)

CLÁUSULA 47 - A Companhia concederá o Programa de Assistência ao Excepcional (PAE) para dependentes de empregados, aposentados e pensionistas. A participação financeira dos empregados, aposentados e pensionistas no PAE será aquela definida na Assistência Médica Supletiva (AMS) na modalidade de Grande Risco.

Parágrafo 1º - Referidos dependentes são aqueles reconhecidos pela Companhia por vontade expressa do empregado e/ou aposentado quando em vida.

Parágrafo 2º - A Tabela de Auxílio do PAE será revista pela Companhia, garantindo, no mínimo, os valores e tetos atuais.

PAE - PROGRAMA DE ORIENTAÇÃO

CLÁUSULA 48 - A Companhia realizará, na vigência do presente instrumento, programa destinado à orientação dos empregados quanto ao PAE. Para a realização do Programa de Orientação, os Sindicatos darão o seu apoio à participação.

PETROS - REPRESENTAÇÃO DOS MANTENEDORES - BENEFICIÁRIOS

CLÁUSULA 49 - A Companhia assegurará a representação dos Mantenedores-Beneficiários no Conselho de Curadores da Fundação PETROBRAS de Seguridade Social - PETROS através de 2 (dois) diretores, 4 (quatro) curadores e 2 (dois) conselheiros fiscais, membros titulares e respectivos suplentes. Esses representantes serão obrigatoriamente Mantenedores-Beneficiários em gozo de seus direitos estatutários e com mais de 5 (cinco) anos de vinculação trabalhista à Companhia e deverão ser eleitos pelos Mantenedores-Beneficiários em votação secreta fiscalizada pela Companhia e pelos Sindicatos.

PETROS - REVISÃO DO PLANO DE SEGURIDADE

CLÁUSULA 50 - A Companhia manterá os sindicatos informados sobre a evolução dos estudos referentes à revisão do Plano de Seguridade da PETROS.

LIMITE DE IDADE

CLÁUSULA 51 - A Companhia favorecerá a PETROS com o aporte financeiro necessário à suplementação dos benefícios previdenciários dos inscritos na Fundação após 1º de janeiro de 1978, e tomará todas as medidas administrativas necessárias a garantir a extinção de quaisquer exigências de um limite mínimo de idade para o gozo de benefícios.

Parágrafo único - Enquanto for mantida a inexistência de limite mínimo de idade para suplementação de benefícios previdenciários pela PETROS, a inscrição dos empregados da Companhia no Plano de Benefícios da Fundação será automática.

AMS: DIRIGENTES SINDICAIS

CLÁUSULA 52 - A companhia se compromete a estender os benefícios da Assistência Médica Supletiva aos dirigentes sindicais afastados em licença não remunerada, para o cumprimento de mandato sindical e respectivos dependentes.

Parágrafo único - A parcela relativa à participação no custeio da AMS dos dirigentes sindicais citados no caput será ressarcida mensalmente pelos Sindicatos a que estiverem filiados mediante dedução nos seus respectivos créditos junto à Companhia.

EXAME PERIÓDICO / APOSENTADOS

2º CONFUP

CLÁUSULA 53 - A Companhia elaborará, para distribuição aos aposentados, manual de orientação sobre avaliação periódica de saúde, a ser realizada voluntariamente, usando os recursos disponíveis na AMS, obedecendo as condições das cláusulas 42, 43 e 44.

Parágrafo único - A Companhia estudará junto à Fundação PETROBRÁS de Seguridade Social - PETROS, instrumentos para o reforço periódico dessas orientações.

PENSIONISTA - SUPLEMENTAÇÃO

CLÁUSULA 54 - A Companhia solicitará à PETROS estudo de viabilidade e condições para que a suplementação de pensão paga às pensionistas se situe em percentual mínimo de 80%, aplicado sobre o valor da suplementação paga ao mantenedor-beneficiário em vida.

Parágrafo 1 - O aporte financeiro referente ao período de afastamento dos anistiados de 1983, para efeito de aposentadoria, será pago pela companhia, inclusive aos empregados que retomaram após 1985.

Parágrafo 2 - A Companhia se compromete com a imediata solução, a seu inteiro ônus financeiro, da regularização da situação dos anistiados de 1983 perante a PETROS.

PLANO DE SAÚDE ESPECIAL

CLÁUSULA 55 - A Companhia garantirá aos portadores do vírus HIV, plano de saúde especial que ofereça todas as condições técnicas para o tratamento da doença.

CAPÍTULO IV - DA SEGURANÇA NO EMPREGO

GARANTIA DE EMPREGO

CLÁUSULA 56 - Objetivando valorizar o bom empregado, a PETROBRÁS adapta sua política de emprego às disposições da Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho, comprometendo-se a não proceder a dispensas coletivas, ou de caráter sistemático, não implantar rotatividade de pessoal, bem como não promover despedidas arbitrárias, quais sejam as desvinculadas de motivação técnica, disciplinar, falta grave, ou dificuldade econômico/financeira.

ESTABILIDADE - GESTANTE

CLÁUSULA 57 - A Companhia garante emprego e salário à empregada gestante, até 5 (cinco) meses após o parto, nos termos do estabelecido na letra b, inciso II, do artigo 10 das Disposições Transitórias da Constituição Federal.

ESTABILIDADE - ACIDENTADO

CLÁUSULA 58 - A Companhia assegura emprego e salário, por 1 (um) ano, ao empregado acidentado no trabalho, a partir da cessação do Auxílio-Doença acidentário. Esta garantia não vigorará nos casos de rescisão de contrato com base no artigo 482 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Parágrafo único - A presente garantia será estendida aos empregados paraplégicos, independentemente da causa da lesão.

ESTABILIDADE - DOENÇA PROFISSIONAL

CLÁUSULA 59 - A Companhia assegura as mesmas garantias de emprego e salário concedidas aos acidentados no trabalho, ao empregado portador de doença profissional, contraída no exercício do atual emprego desde comprovada pelo órgão de saúde da Companhia ou pelo órgão competente da Previdência Social.

CAPÍTULO V - DO PLANEJAMENTO, RECRUTAMENTO, SELEÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAL

EFETIVO MÍNIMO

CLÁUSULA 60 - A Companhia se compromete a manter os efetivos mínimos definidos em conjunto Com os sindicatos.

Parágrafo 1º - Essa definição será efetuada por comissões paritárias, entre a Companhia e os sindicatos, no prazo máximo de 90 (noventa) dias.

Parágrafo 2º - O preenchimento dos cargos definidos neste processo se dará por Concurso Público, observada a prioridade dos empregados que possam ser remanejados, e dos já classificados em concursos anteriores ainda válidos.

AValiação DE DESEMPENHO

CLÁUSULA 61 - A Companhia praticará o princípio da Avaliação de Desempenho que não contenha o Sistema de Curva Forçada.

2º CONFUP

Parágrafo único - Qualquer modificação no sistema de avaliação de desempenho só será implementada após ser acordada com a Federação Única dos Petroleiros.

PLANO DE CARGOS

CLÁUSULA 62 - Os contratos para provimento de funções de Direção e Chefia e Assessoramento, de funções não integrantes do plano de Cargos e os Técnicos Estrangeiros não se vincularão ao quadro permanente da Companhia, devendo o contrato extinguir ao final do mandato, da missão, do prazo estipulado, ou do mandato do Dirigente a que esteja vinculada a assessoria.

PCCS - REFORMULAÇÃO

CLÁUSULA 63 - A Companhia compromete-se a iniciar imediatamente estudos para reformulação do PCCS, que deverão ser apresentados até maio de 1997 à Federação Única dos Petroleiros para negociação de sua implementação.

NÍVEIS SALARIAIS - APOSENTADOS

CLÁUSULA 64 - A Companhia manterá a atual relação dos níveis salariais dos aposentados, considerando o último nível da faixa em que se aposentaram, sempre que forem criados novos níveis em cada função, inclusive os decorrentes da última alteração no plano de cargos e salários da empresa.

CARGO PÚBLICO - ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

CLÁUSULA 65 - A Companhia assegura que o afastamento do emprego, em virtude de encargos públicos, não constituirá motivo para alteração ou rescisão do contrato de trabalho do empregado.

Parágrafo único - Quando do retorno do empregado, do referido afastamento, o mesmo será lotado no órgão de origem.

HOMOLOGAÇÃO - SINDICATOS

CLÁUSULA 66 - A Companhia garante que as homologações das rescisões dos contratos de trabalho dos empregados, quando exigidas por lei, deverão ser realizadas nos Sindicatos representativos da categoria profissional, desde que no local exista representação da entidade de classe.

MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAL

CLÁUSULA 67 - A Companhia informará, mensalmente, a cada Sindicato, a movimentação de pessoal ocorrida em sua base territorial.

TRABALHADORES DO SISTEMA

CLÁUSULA 68 - A Companhia compromete-se a absorver, a partir de 01/09/96, todos os trabalhadores dos quadros efetivos das empresas do Sistema Petrobrás admitidos legalmente, que estão prestando serviços através de cessão/requisição à PETROBRAS.

ESTÁGIO - PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO EMPRESA/ESCOLA

CLÁUSULA 69 - A Companhia se compromete, a conceder estágios referentes ao Programa de Integração Empresa x Escola de que trata a Lei n 6.494 de 07.12.77, e a receber bolsista em Curso de Formação, utilizando-os em trabalhos que contribuam para sua formação profissional e somente sob adequada supervisão, não os considerando como componente do efetivo mínimo.

PROCESSO SELETIVO

CLÁUSULA 70 - Nos casos de abertura de processo seletivo a Companhia assegura precedência ao recrutamento interno, possibilitando deste modo a ascensão de seus empregados a cargos mais elevados, bem como garante a divulgação da lista dos aprovados, em ordem de classificação, no final do processo.

Parágrafo 1º - Quando necessário, as fases de recrutamento e seleção poderão ser realizadas interna e externamente em caráter simultâneo, sendo o Sindicato devidamente comunicado, ficando garantida a prioridade aos candidatos internos aprovados em todas as etapas do processo seletivo, desde que satisfeitas, quando de sua inscrição, todas as condições estabelecidas no respectivo processo;

Parágrafo 2º - Será dada ampla divulgação aos processos seletivos, respeitada sua área de abrangência .

Parágrafo 3º - A Companhia garantirá a reclassificação dos aprovados em todas as etapas do processo, respeitada sua classificação, as necessidades do órgão, e o número de vagas estabelecidas.

Parágrafo 4º - A Companhia fornecerá aos empregados todas as informações sobre condições e andamento de processos seletivos, visando garantir a sua absoluta transparência

2º CONFUP

INTERINIDADE

CLÁUSULA 71 - A Companhia garante que, nos casos de interinidade exercida por 180 (cento e oitenta) dias, vencido este prazo promoverá o preenchimento em caráter efetivo.

CAPITULO VI- DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO

CINCO FALTAS

CLÁUSULA 72 - A Companhia permitirá ao empregado faltar até 5 (cinco) vezes ao ano, sem que ocorra descontos nos salários.

LICENÇA PARA ACOMPANHAMENTO MÉDICO

CLÁUSULA 73 - A Companhia concederá licença ao empregado, quando dependente deste necessitar de internação ou tratamento de saúde, desde que solicitado mediante apresentação de atestado médico.

PROCESSAMENTO DE DADOS

CLÁUSULA 74 - A Companhia garante que o tempo efetivo de entrada de dados não excederá a limite de 5 (cinco) horas, sendo que no período de tempo restante da jornada, o empregado poderá exercer outras atividades inerentes ao seu cargo.

Parágrafo único - A Companhia garante, nas atividades de entrada de dados, intervalo de 10 (dez) minutos de repouso, para cada 50 (cinquenta) minutos trabalhados, não deduzidos da jornada normal de trabalho.

TURNO ININTERRUPTO DE REVEZAMENTO

CLÁUSULA 75 - Em atendimento ao inciso XIV do artigo 7º da Constituição Federal, cinco carga semanal do pessoal engajado no esquema de turno ininterrupto de revezamento é de cinco grupos de turnos, com jornada de 8 horas diárias e carga semanal de 33,6, sem que, em consequência, caiba pagamento de quaisquer horas extras, garantindo, porém, o pagamento dos adicionais de trabalho noturno, hora de repouso e alimentação e periculosidade.

Parágrafo 1º - Nas unidades onde sejam praticadas cargas diárias ou semanais diferentes da estabelecida no caput, a Companhia compromete-se a mantê-la, enquanto os empregados não manifestarem desejo de modificá-la.

Parágrafo 2º - A Companhia estenderá a todos os empregados em turno ininterrupto de revezamento eventuais vantagens referentes a este regime de trabalho que venham a ser deferidas pela justiça do trabalho em reclamações trabalhistas ajuizadas pelos Sindicatos, como substituto processual, simples representante ou qualquer reclamação trabalhista individual ou coletiva, em que figure como reclamada a Companhia, a partir do trânsito em julgado, ou seja, quando não couber mais recursos no mesmo processo, admitidas, desde logo, a compensação ou dedução de qualquer pagamento efetuado a mesmo título ou mesmo objetivo.

EQUIPE SÍSMICA - RELAÇÃO TRABALHO/FOLGA

CLÁUSULA 76 - A Companhia concederá aos empregados efetivamente engajados em trabalho de equipes sísmicas terrestres, a relação trabalho/folga de 1 x 1, jornada de 10 horas e a carga semanal de 35 horas.

LICENÇA ADOÇÃO

CLÁUSULA 77 - A Companhia concederá licença adoção pelo período de 30 dias aos empregados que adotarem menores até a idade de 07 (sete) anos completos, na forma estabelecida na legislação específica para adoção. A licença terá vigência a partir do 1º dia em que a mãe ou o pai adotivo receber o menor sob sua responsabilidade através do termo legal

Parágrafo único - Quando o menor adotado tiver idade inferior a 1 (um) ano completo a licença adoção será de 120 (cento e vinte) dias para as empregadas.

HORÁRIO ADMINISTRATIVO (HA) - JORNADA

CLÁUSULA 78 - A Companhia garante a jornada corrida de 06 (seis) horas diárias para os empregados sujeitos ao horário administrativo, sem redução do salário contratado.

EXAME PRÉ-NATAL

CLÁUSULA 79 - A Companhia concederá às suas empregadas as dispensas necessárias, para que se submetam ao exame pré-natal, a critério de seu órgão de saúde.

CONFINAMENTO EM CAMPOS DE PRODUÇÃO

CLÁUSULA 80 - A Companhia, manterá para os empregados que trabalham nos campos de produção, e plataformas marítimas, os regimes de trabalho de turno de revezamento ou de sobreaviso.

2º CONFUP

Parágrafo único - A Companhia se compromete a considerar como dia efetivamente trabalhado os dias de embarque em que o empregado deixa seu domicílio para atender à periodicidade laboral em local de confinamento indicado pela empresa, e de desembarque, quando do retorno.

REGIMES DE TRABALHO DAS CONTRATADAS

Cláusula 81 - A companhia exigirá das empresas contratadas para prestação/execução de serviços, que adotem os mesmos regimes especiais de trabalho, assim como as vantagens e benefícios a eles inerentes, conforme praticado para os empregados da PETRO quando em idênticas condições.

ALTERAÇÃO DA REMUNERAÇÃO PERANTE A PETROS

CLÁUSULA 82 - Em quaisquer alterações de regime de trabalho, transferências, ou outras medidas que impliquem em redução da remuneração mensal do empregado, a Companhia comunicará ao mesmo a opção de manter, com ônus próprio, o nível da contribuição da PETROS, a fim de sustentar no mesmo patamar sua expectativa de benefício.

CAPÍTULO VII- DA SEGURANÇA DO TRABALHO, DO MEIO AMBIENTE E DA SAUDE OCUPACIONAL

EXAME MÉDICO - GRATUIDADE

CLÁUSULA 83 - A Companhia isentará os empregados de qualquer participação nas despesas relativas à realização de exames médicos por ela solicitados, relacionados com o trabalho ou explicitados em normas.

EXAMES DOS EMPREGADOS DE EMPREITEIRAS

CLAUSUIA 84 - A Companhia exigirá das empreiteiras a realização dos exames de saúde periódicos, e os programas específicos de treinamento em segurança para os empregados das mesmas.

ESTABILIDADE DO ACIDENTADO

CLÁUSULA 85 - A Companhia assegura ao empregado que sofreu acidente de trabalho, ou portador de doença profissional, pelo prazo mínimo de vinte e quatro meses, a manutenção de seu contrato de trabalho independentemente da percepção de auxílio doença, a partir: da alta de benefício previdenciário decorrente do acidente com afastamento; do dia do acidente se não resultar em afastamento; ou da constatação da moléstia.

READAPTAÇÃO - ACIDENTADO/DOENÇA OCUPACIONAL

CLÁUSULA 86 - A Companhia manterá a atual política de readaptação para o empregado reabilitado pela Instituição Previdenciária, em cargo compatível com a redução de sua capacidade laborativa ocorrida em razão de acidente ou doença, segundo parecer médico do órgão oficial.

Parágrafo 1º - Será garantida a percepção da remuneração total paga à época do acidente ou constatação da doença ocupacional, ao empregado reabilitado.

Parágrafo 2º - No caso de empregados paraplégicos submetidos a reabilitação funcional, a Companhia se compromete a manter a mesma remuneração global resultante de salários, benefícios e vantagens percebidos anteriormente à lesão, independentemente da causa da lesão.

PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO - NUTRICIONISTA

CLÁUSULA 87 - A Companhia obriga-se a supervisionar o programa de alimentação, com apoio de profissionais da área de nutrição efetivos da empresa, informando aos Sindicatos as condições existentes e as modificações a serem implementadas.

CIPA/CST

CLÁUSULA 88 - A Companhia garantirá a transformação das CIPA's em Comissões de Saúde do Trabalhador (CST).

Parágrafo único - As eleições das CIPA/CST serão convocadas e coordenadas pelo Sindicato e pela Companhia, comunicadas a todos os trabalhadores, efetivos e terceirizados, com antecedência de 90 (noventa) dias, observando-se os seguintes procedimentos:

a) - Todos os participantes da CIPA/CST dos empregados serão eleitos por escrutínio direto e secreto. O número base para a definição dos participantes da CIPA/CST é de um titular e um suplente para cada grupo de 50 (cinquenta) trabalhadores, incluindo-se os terceirizados, com estabilidade para todos os membros titulares e suplentes;

b) A CIPA/CST terá acesso a todas as informações e dados estatísticos referentes à saúde, segurança do trabalho e meio ambiente;

2º CONFUP

- e) Todos os membros da CIPA/CST serão liberados pela Companhia, diariamente, por um período mínimo de uma hora, para inspeção regular nos locais de trabalho, bem como para participar de reuniões da Comissão e exercício das demais atividades exigidas pelo cargo, sem prejuízo da remuneração;
- d) É permitida a reeleição dos membros da CIPA/CST;
- e) É vedada a transferência dos componentes de seus locais de trabalho, sem a expressa anuência do mesmo, homologada pelo Sindicato;
- f) A CIPA/CST terá acesso a todos os locais de trabalho, sendo vedada à Companhia impedir, limitar ou inibir suas ações;
- g) Os componentes da CIPA/CST têm direito a estar presentes e a acompanhar todas as diligências na análise dos acidentes ocorridos nas respectivas áreas de atuação, devendo a empresa informá-los previamente sobre tais atividades;
- h) A Companhia garantirá a formação de uma CIPA/CST para cada plataforma marítima.

Parágrafo único - Para fins do presente acordo entenda-se como trabalhadores “terceirizados” os empregados de empresas interpostas (“contratadas” ou “empreiteiras”) que prestam serviços de caráter permanente nas instalações ou unidades da Companhia.

CIPA/CST - PARTICIPAÇÃO DO SINDICATO

CLÁUSULA 89 - A Companhia assegura a presença, às reuniões da CIPA/CST, de um representante sindical indicado pelo respectivo órgão de classe, fornecendo-se ao Sindicato cópia das atas.

CIPA/CST - AMPLIAÇÃO INDUSTRIAL

CLÁUSULA 90 - A Companhia garantirá a participação dos Sindicatos, CIPA's/CST's, nos projetos de ampliação e manutenção de suas instalações industriais, detectando os impactos sobre o meio ambiente, sobre a saúde dos trabalhadores e da população vizinha, definindo os respectivos mecanismos de controle.

COMUNICAÇÕES OBRIGATÓRIAS

CLÁUSULA 91 - A Companhia assegura o encaminhamento, aos respectivos sindicatos, da seguinte documentação:

- a) Cópia da Comunicação do Acidente de Trabalho (C.A.T.), no prazo de 24 (vinte e quatro) horas de sua emissão, de empregado acidentado, afastado por doença profissional, ou em agravamento desta;
- b) Cópia dos relatórios das CIPAS/CST a respeito de acidente sem afastamento e outros incidentes;
- c) Cópia dos Relatórios de Ocorrência Anormal, Relatórios de Acidente com Lesão, no prazo de 72 (setenta e duas) horas e de todo relatório da Companhia que possa permitir ao Sindicato o acompanhamento das condições de saúde e do ambiente de trabalho.

CIPA/CST - CURSOS E PALESTRAS

CLÁUSULA 92 - A Companhia se compromete a manter, em articulação com as CIPA's/CST's e os Sindicatos, a realização de cursos, palestras e seminários com a participação conjunta de representantes da Companhia e dos Sindicatos sobre os agentes com características tóxicas de suas matérias-primas e produtos, bem como os demais riscos presentes nos locais de trabalho e os meios necessários à preservação ou limitação de seus efeitos nocivos.

ÓRGÃOS OPERACIONAIS - ENFERMEIROS

CLÁUSULA 93 - A Companhia manterá, em seus órgãos operacionais, no mínimo 2 (dois) empregados de nível médio da área de enfermagem por grupo de turno.

UNIDADE AÉREA DE SAÚDE

CLÁUSULA 94 - A Companhia se compromete a implantar, e manter onde já existirem, unidade aérea de terapia intensiva, para todas as áreas de confinamento.

SEGURANÇA E SAÚDE OCUPACIONAL

CLÁUSULA 95 - A Companhia manterá seus esforços de permanente melhoria das condições de segurança e saúde ocupacional, consoante o que estabelecem as suas políticas e diretrizes para estas funções.

Parágrafo 1º - A Companhia realizará programas de treinamento com vistas a promover a capacitação dos empregados e assegurar sua participação nos programas de segurança e saúde ocupacional;

Parágrafo 2º - A Companhia assegura o direito dos sindicatos e da FUP às informações sobre os riscos presentes nos seus locais de trabalho, assim como às medidas adotadas para prevenir e limitar estes riscos;

Parágrafo 3º - A Companhia garante aos sindicatos e à FUP a exibição em local visível e o acesso às fichas técnicas de todos os produtos químicos existentes no meio ambiente de trabalho.

2º CONFUP

DOENÇAS TROPICAIS

CLÁUSULA 96 - A Companhia considerará como doenças profissionais, para todos os efeitos, as moléstias designadas como “doenças tropicais” (tais como malária, hepatite e leishmaniose) adquiridas durante jornada de trabalho em regiões de reconhecida incidência.

JATEAMENTO DE AREIA

CLÁUSULA 97 - A Companhia assegura estender a todas as suas unidades e órgãos operacionais, independentemente dos Estados onde estejam instalados, os procedimentos por ela adotados no Estado do Rio de Janeiro, conforme determinado pela respectiva Lei Estadual 1.979/92, que trata da substituição do jateamento de areia.

COMISSÃO - MÉDICO, ENGENHEIRO DO TRABALHO E MINISTÉRIO PÚBLICO

CLÁUSULA 98 - A Companhia assegurará o acesso aos locais de trabalho de uma comissão formada por 1 (um) Médico do Trabalho e 1 (um) Engenheiro de Segurança do Trabalho, de cada parte, por esta indicados, para, na qualidade de representantes do Sindicato, do Ministério Público e da Companhia, verificarem as condições de saúde, higiene e segurança do trabalho.

ACESSO AO LOCAL DO ACIDENTE

CLÁUSULA 99 - A Companhia garantirá o acesso imediato de representante dos sindicatos na área onde ocorrer acidente, assim como assegurará o acompanhamento, por esses representantes, dos inquéritos e/ou investigações decorrentes.

FISCALIZAÇÃO / REPRESENTANTE

CLÁUSULA 100 - A Companhia permitirá que representantes sindicais acompanhem a fiscalização, pelos órgãos competentes, dos preceitos legais e regulamentares sobre segurança e saúde do trabalhador.

EXAME MÉDICO - RESULTADOS

CLÁUSULA 101 - A Companhia assegura que cada empregado será informado, por escrito, pelo seu órgão de Saúde Ocupacional, sobre o resultado da avaliação de seu estado de saúde, e dos exames complementares a que foi submetido.

Parágrafo 1º - Sempre que solicitado por Médico do Trabalho do Sindicato, o órgão de Saúde Ocupacional da Companhia fornecerá, mediante autorização do empregado, os resultados dos exames e informações sobre a saúde, relacionados com suas atividades ocupacionais;

Parágrafo 2º - Será implantada a Caderneta de Saúde do Trabalhador, que deverá conter os resultados dos exames médicos e de complemento de diagnóstico, além dos fatores de risco a que o trabalhador esteja exposto.

EXAME MÉDICO E ODONTOLÓGICO NA APOSENTADORIA

CLÁUSULA 102 - A

Companhia realizará exames médicos e odontológicos em todo empregado por ocasião da aposentadoria.

Parágrafo 1º - A Companhia manterá o direito ao exame médico periódico anual para os aposentados;

Parágrafo 2º - As despesas com tratamento, caso indicado, e desde que configurada doença profissional adquirida na Companhia, ocorrerão por conta da mesma;

EQUIPE DE COMBATE A INCÊNDIO

CLÁUSULA 103 - A Companhia comporá, a primeira equipe de combate a incêndios de suas Organizações de Controle de Emergência, exclusivamente com pessoal da área de Segurança Industrial.

MONITORAMENTO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO

CLÁUSULA 104 - A Companhia compromete-se a fazer monitoramento biológico, sempre acompanhado do ambiental, nos locais de manuseio ou presença de produtos químicos.

POLÍTICA DE SAÚDE DA COMPANHIA

CLÁUSULA 105 - A Companhia compromete-se a adotar uma nova Política de Saúde, priorizando as ações preventivas e aperfeiçoando as ações corretivas de saúde na assistência aos empregados.

POLÍTICA DE SEGURANÇA

2º CONFUP

CLÁUSULA 106 - A Companhia garantirá aos seus empregados o direito fundamental de prestar serviços com segurança e dentro dos critérios de saúde ocupacional.

Parágrafo 1º - Não será permitido submeter o empregado a qualquer sanção disciplinar, quando este se recusar a trabalhar em situações que estejam em discordância com as normas de segurança e medicina do trabalho e do Ministério do Trabalho.

Parágrafo 2º - A Companhia garantirá que os técnicos de segurança não enfrentarão nenhum empecilho, obstrução, ou punição, no exercício de seu poder de embargo de atividades, procedimentos ou instalações que estejam em discordância com as normas de segurança e medicina do trabalho.

CAPÍTULO VIII - DAS INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS

IMPLANTAÇÃO

CLÁUSULA 107 - A implantação de novas tecnologias de trabalho terá como objetivo o aumento da eficiência, da qualidade dos trabalhos, da competitividade, da segurança e saúde dos empregados.

Parágrafo único - A implantação de novas tecnologias que tragam alterações substanciais, será precedida de uma apresentação aos sindicatos dos objetivos, avanços e ganhos sociais que tais melhorias acarretarão.

RELOCAÇÃO DE PESSOAL

CLÁUSULA 108 - A Companhia assegura que no seu esforço de modernização e dentro de sua política e busca de inovações tecnológicas, promoverá, quando necessário a relocação dos empregados envolvidos, garantindo ainda treinamento nas novas funções, respeitadas as respectivas condições específicas, tabelas salariais, e regimes de trabalho dessas novas funções.

Parágrafo único - Para tal a Companhia manterá programas de treinamento que atendam as novas necessidades determinadas.

CAPÍTULO IX - DAS RELAÇÕES SINDICAIS

LIBERAÇÃO DE DIRIGENTES

CLÁUSULA 109 - A Companhia assegura a liberação de 3 (três) dirigentes sindicais, para cada sindicato, sem prejuízo da remuneração (interrupção da prestação de serviços).

Parágrafo único - Caberá ao sindicato a indicação dos dirigentes a serem liberados.

LIBERAÇÃO DE DIRIGENTES POR TRABALHADORES NA BASE

CLÁUSULA 110 - A Companhia assegura ainda aos sindicatos a liberação de mais 1 (um) dirigente (interrupção da prestação de serviços), para cada dois mil trabalhadores vinculados a sua base territorial.

LIBERAÇÃO DE DIRIGENTES / ENCARGOS

CLÁUSULA 111 - A Companhia assegura que assumirá os encargos previdenciários (INSS, PETROS e FGTS) dos dirigentes sindicais liberados sem remuneração.

Parágrafo 1º - O dirigente liberado na forma do caput terá garantida, quando de seu retorno, toda a progressão funcional do período do referido afastamento.

Parágrafo 2º - O dirigente liberado na forma do caput será mantido na folha de pagamento, repassado o custo correspondente para os sindicatos em desconto nas mensalidades sindicais.

LIBERAÇÃO DE DIRIGENTES / FEDERAÇÃO

CLÁUSULA 112 - A Companhia assegura a liberação para a Federação Única dos Petroleiros, de 11 (onze) dirigentes, sem prejuízo da remuneração (interrupção da prestação de serviços).

CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

CLÁUSULA 113 - A Companhia descontará em folha normal de pagamento, observado seu cronograma operacional, as importâncias aprovadas nas Assembléias Gerais, como contribuição assistencial aos Sindicatos, desde que não haja oposição expressa e por escrito do empregado, no prazo de 15 (quinze) dias úteis após o recebimento, pela Companhia, da comunicação do Sindicato.

COMISSÃO MISTA PARA ACOMPANHAMENTO DO ACORDO

CLÁUSULA 114 - A Companhia e os Sindicatos promoverão a instalação e funcionamento de comissão mista para acompanhamento e interpretação das cláusulas do presente instrumento, em reuniões a cada 2 (dois) meses.

CAPÍTULO X - DAS OUTRAS DISPOSIÇÕES

REINTEGRAÇÃO DOS DEMITIDOS - PLANO COLLOR

2º CONFUP

CLÁUSULA 115 - A Companhia reintegrará todos os empregados dispensados do Sistema PETROBRAS entre 16 de março de 1990 e 30 de setembro de 1992, e os demais dispensados já anistiados, mantendo-se assim o conteúdo respectivo do Acordo Coletivo de Trabalho de 1993/94.

REINTEGRAÇÃO DOS DEMITIDOS - GREVES E PUNIÇÕES

CLÁUSULA 116 - A Companhia reintegrará, com os mesmos procedimentos da cláusula anterior os empregados dispensados a partir de setembro de 1994, ou com contrato suspenso para apuração de falta grave, desde que tenham sido afastados por participação em movimentos políticos e/ou reivindicatórios, independentemente da alegação de falta grave, e ainda aqueles que tenham sido dispensados em inobservância às disposições da cláusula 47 do Acordo Coletivo 1993/94.

PUNIÇÕES

CLÁUSULA 117 - A Companhia cancelará todas as punições (advertências e suspensões disciplinares) aplicadas em represália aos movimentos reivindicatórios de 1994 e 1995, retificando-se os respectivos apontamentos funcionais.

Parágrafo único - Os empregados que tenham sofrido suspensões disciplinares serão indenizados nos valores equivalentes aos dias da suspensão, assim como eventuais diferenças decorrentes a serem apuradas nas férias, gratificações de férias e natalinas, e demais parcelas remuneratórias.

MOTORISTAS: RESSARCIMENTO DE DANOS

CLÁUSULA 118 - A Companhia garante que seus motoristas profissionais ou condutores autorizados não serão obrigados a ressarcir os danos causados em qualquer tipo de viatura que dirigirem, ficando apenas sujeitos, como todos os empregados, às Normas de Relações no Trabalho.

INTERNÍVEIS

CLÁUSULA 119 - Dentro do prazo de vigência do Acordo, a Companhia analisará a atual relação interníveis das escalas salariais, visando a possibilidade de promover eventuais adequações de caráter exclusivamente técnico, vinculadas à manutenção do equilíbrio remuneratório interno.

ANTECIPAÇÃO DOS BENEFÍCIOS DOS APOSENTADOS

CLÁUSULA 120 - A Petrobrás e a Petros se comprometem a pagar o adiantamento de 50% (cinquenta por cento) dos benefícios dos aposentados, anistiados conveniados e pensionistas, no dia 10 de cada mês, e, inclusive a antecipação do 1 salário, conforme procedimento adotado para os empregados da ativa.

CAPÍTULO XI: DA VIGÊNCIA

PRORROGAÇÃO, DENÚNCIA OU REVOGAÇÃO DO ACORDO COLETIVO CLÁUSULA 121 - O procedimento de prorrogação, revisão, denúncia ou revogação total ou parcial do presente ficará subordinado às normas estabelecidas pelo artigo 615 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

VIGÊNCIA

CLÁUSULA 122 - O presente Instrumento, e as Normas Internas da Companhia nele referenciadas, vigorarão a partir de 1º de setembro de 1996 até 31 de agosto de 1997.